

FOIA DOS ROCÊRO:
Crítica política e humor na imprensa baiana do
século XIX

REITOR

Silvio Luiz Oliveira Soglia

VICE-REITORA

Georgina Gonçalves dos Santos



SUPERINTENDENTE

Sérgio Augusto Soares Mattos

CONSELHO EDITORIAL

Alessandra Cristina Silva Valentim

Ana Cristina Fermino Soares

Ana Georgina Peixoto Rocha

Jeane Saskya Campos Tavares

Robério Marcelo Ribeiro

Rosineide Pereira Mubarack Garcia

Sérgio Augusto Soares Mattos (presidente)

SUPLENTES

Ana Cristina Vello Loyola Dantas

Geovana Paz Monteiro

EDITORA FILIADA À



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Neuma Augusta Dantas e Silva

FOIA DOS ROCÊRO:
Crítica política e humor na imprensa baiana do
século XIX

(2ª edição)



Editora UFRB

Cruz das Almas - Bahia /2019

Copyright©2019 Neuma Augusta Dantas e Silva.

Direitos para esta edição cedidos à EDUFRB.

Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica:

Antonio Vagno Santana Cardoso

Revisão, normatização técnica:

Neuma Augusta Dantas e Silva

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme

decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio,
seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

S586f Silva, Neuma Augusta Dantas e

*Foia dos Rocêro: crítica política e humor na imprensa
baiana do século XIX / Neuma Augusta Dantas e Silva. --
2. ed. - Cruz das Almas/BA : UFRB, 2019.*

166 p.; il.

ISBN: 978-85-5971-079-3

1. Jornalismo 2. Humor 4. Sátira política 5.
Linguagem coloquial I. Título.

CDD 070

Ficha catalográfica elaborada por: Ivete Castro CRB/1073



Editora UFRB

Rua Rui Barbosa, 710 – Centro
44380-000 Cruz das Almas – BA
Tel.: (75) 3621-7672

editora@reitoria.ufrb.edu.br
www.ufrb.edu.br/editora
www.facebook.com/editoraufrb

À minha tia, Maria Isabel
Dantas Leal, Titia Sy, por mostrar-me que é preciso sair do ninho e
alçar voos.

(In memoriam)

Aos meus sobrinhos, Ana Júlia, Ticiano e Tiago que têm um
mundo para conquistar.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me concedeu a graça de chegar até aqui.

A meus pais, pelo ensinamento do quanto é bom estudar. Deles herdei a inteligência.

Aos mestres, todos eles, dos primeiros, na infância, aos que virão. Todos marcaram positivamente minha vida.

Ao Orientador desta pesquisa, professor Dr. Luis Guilherme Pontes Tavares, estudioso da História da Imprensa Baiana, pelas lições e sugestão do tema. À Coorientadora, professora Dr. Débora Lopez, pela condução aos caminhos da escrita científica.

À Lygia Sampaio, mais do que uma museóloga, um anjo que conservou os exemplares do *Foia dos Rocêro* na Associação Bahiana de Imprensa. À bibliotecária, Valésia Oliveira, pela permissão dada para pesquisar o jornal mesmo durante a reforma da ABI.

Ao redator do Órgão oficial da roça e do partido do dizingrossa, *Coroné Zé Perêra Capa Bode*, pela espiritualidade de fazer rir e pensar ao mesmo tempo ainda hoje.

À Editora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, na pessoa do seu Superintendente e Presidente do Conselho Editorial, o Professor Dr. Sérgio Augusto Soares Mattos, por entender a importância deste livro no estudo da imprensa baiana e do jornalismo político brasileiro. A publicação do seu conteúdo, primeiro como e-book e agora como impresso, realiza um sonho da autora.

*Melhor é de risos que de lágrimas escrever
Porque o riso é a marca do homem.
Aristóteles*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
POLÍTICA, CULTURA, SOCIEDADE E ECONOMIA NA VELHA BAHIA	13
Bahia Política (1899-1900)	13
Processo matinal de cultura	31
Cidade suja, pobre, mas colorida	38
JORNALISMO HUMORÍSTICO: o riso subversivo da notícia	45
A linguagem caipira	45
O humor e a ironia como estratégias do discurso cômico	53
Pseudônimo como autor	67
Ilustrações: a reportagem gráfica da <i>Foia</i>	75
ANÁLISE DA FOIA DOS ROCÊRO	91
Como é e o que diz	91
O conteúdo da <i>Foia</i>	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	127
APÊNDICES	143
ANEXOS	161

INTRODUÇÃO

A imprensa de narrativa irreverente foi bastante praticada no século XIX e início do século XX, chegando a contar, na Bahia, com mais de 50 títulos de jornais humorísticos entre os anos de 1800 a 1900. Esse estilo, que carrega peculiaridades do universo cômico, intencionava propósitos diversos, que iam desde a desforra dos poderosos, o riso fácil e a sátira política, até o protesto em formato jornalístico, caracterizando, assim, uma oposição debochada.

Desse conjunto de publicações, se propõe agora analisar o jornal *Foia dos Rocêro*, periódico humorístico de crítica política, publicado pela primeira vez em agosto de 1899, em Salvador, e que perdurou até o ano de 1968. O universo da pesquisa que aqui se apresenta abarca, exclusivamente, seu primeiro ano de vida, de 1899 a 1900.

A coluna Imbirrança, assinada por O Imbirreiro,¹ traduz o espírito crítico do jornal frente à política vigente e justifica, assim, o título deste trabalho. A coluna de crítica citada será um dos itens considerados, porém não o único, já que o jornal foi analisado em seu completo teor.

Apesar das inúmeras publicações em território baiano, não há estudos sobre esta produção jornalística. Logo, ao voltar-se para esse tema, este livro pretende corrigir uma injustiça para com a história da imprensa baiana. Infelizmente, como constata Paula Ester Janovitch, essa “imprensa de narrativa gaiata pouco ou quase nada guardou de sua própria história” (JANOVITCH, 2006, p.102). Não se intenciona, no entanto, cobrir toda essa falha. A pesquisa de que este livro é fruto e que se apresenta agora ao leitor assinala, sobretudo, a forma engraçada de noticiar, pontua o que há por trás dela e aponta ainda para outros estudos que possam esclarecer uma forma distinta de fazer jornalismo, notadamente o político.

Mais especificamente, teve-se por objetivo analisar o jornal *Foia dos Rocêro*, observando se os instrumentos humorísticos elencados foram

1 - Ambas as expressões são oriundas do verbo intransitivo embirrar (em + birra + ar, do leonês dialetal birra) que significa “teimar com ira e pertinácia ou enfado; insistir muito” (BUARQUE DE HOLANDA, 1975).

utilizados pelo redator proprietário, *Coroné Zé Perêra Capa Bode*, como estratégias para disfarçar a denúncia dos modos de fazer política na Bahia. Cogita, portanto, se por detrás da linguagem havia um noticiário mais incisivo a respeito dos fatos políticos. Enfim, quer entender como a linguagem humorística servia de disfarce para abordar a política.

Para atender a tais objetivos, buscou-se estudar o contexto político (seus partidos e atores), assim como as condições sociais, econômicas e culturais da Bahia do final do século XIX e início do século XX. Esse recurso visou subsidiar a análise do jornal e a compreensão do papel que o semanário exercia no período. Foram observados, especificamente, sete exemplares de *As Coisa dos Rocêro* (primeiro título do jornal) e mais 38 números do *Foia dos Rocêro*, seu nome posterior, no período citado.

A metodologia aplicada seguiu, assim, a investigação histórica, buscando nos acontecimentos passados explicações e causas do formato jornalístico de apresentação dos acontecimentos e da crítica política. A pesquisa foi ao encontro da ideologia do periódico, para saber quem falava e a quem se dirigia a crítica. Na observação, propriamente dita, atentou-se especialmente para a utilização do humor e da ironia, assim como de termos depreciativos e de animalização no jornal.

Em virtude do ineditismo desta pesquisa, não foram encontrados outros textos dedicados, exclusivamente, ao estudo do semanário. O conteúdo da *Foia* foi, assim, sua principal fonte. Contudo, foram ainda de extrema importância: a análise documental de livros e de outros jornais em arquivos públicos, museus e bibliotecas; entrevistas com historiadores; o contato com estudiosos do humor, do riso; proposições do jornalismo do período. Todos esses elementos complementaram a fundamentação teórica que embasou esta pesquisa.

O primeiro capítulo, “Política, Cultura, Sociedade e Economia na Velha Bahia”, divide-se em três momentos: *Bahia Política* (1899-1900); *Processo matinal de Cultura* e *Cidade suja, pobre, mas colorida*. O primeiro deles descreve o ambiente social e político de uma Bahia ainda com características ruralistas, acompanhando, para isso, os passos de historiadores e escritores que relataram essa história. Como estratégia de análise, foi escolhido o conflito político de 13 de novembro de 1899, a *Revolta dos Caixeiros*, como exemplo das práticas da política de então.

O *Processo matinal de cultura*² mostra, panoramicamente, como era a sociedade de classes, as preferências de lazer dos baianos e a atmosfera cultural, literária e social do período, marcada por um *modus vivendi* ligado aos desejos de modernização e desafricanização da cidade. *Cidade suja, pobre, mas colorida*, por sua vez, mostra como funcionava a economia na Velha Bahia – o ambiente comercial, financeiro e industrial; as dificuldades e consequências enfrentadas com a perda do posto de capital do país; ocorrências de epidemias pelas frágeis condições de salubridade e a falta de infraestrutura. Momentos em que a crítica ferrenha do *Foia dos Rocêros* à forma político-administrativa de conduzir a cidade fazia-se mais presente.

O segundo capítulo, intitulado “Jornalismo Humorístico: o riso subversivo da notícia” se desdobra em *A Linguagem dos Caipiras; O Humor e a Ironia como estratégias do discurso crítico; Pseudônimo como autor e Ilustrações: a reportagem gráfica da Foia dos Rocêro*. Nesse capítulo há o diálogo com as teorias que explicam cada uma dessas características que formam o universo humorístico, suas origens, aplicação e formatos sempre conjugados ao exercício jornalístico. Tais peculiaridades compõem a estrutura do semanário *Foia dos Rocêros*, as quais estão presentes nas práticas do jornalismo satírico brasileiro desde o século XIX, herdadas do modo narrativo do pasquim que “trazia para a rua uma política habitualmente preparada em gabinetes, introduzia o elemento popular naquilo de que ele havia sido propositadamente excluído” (cf. SODRÉ, 1999, p. 156/157).

Finalmente, em “Análise da *Foia dos Rocêro*”, o periódico é examinado, detalhadamente, em seu conteúdo – como é e o que diz. Em todas as folhas em que aparecem os trechos em linguagem caipira são oferecidas “traduções” em notas de rodapé. Chama-se atenção, na oportunidade, que pode haver erros ou falhas pela impossibilidade de fazê-las com total assertividade.

Acredita-se que, ao retirar o *Foia dos Rocêro* do anonimato, este trabalho contribui com a formação da memória do jornalismo baiano e brasileiro, apontando para um valioso objeto de estudo que, sob os escombros do esquecimento, necessitava ser iluminado para esclarecer o uso da linguagem satírica e humorística na imprensa da Bahia na virada do século

2 - Expressão usado por Antonio Risério (2004).

XIX para XX. Por fim, vale atentar para um último detalhe sobre o nome do redator do jornal. As referências, inclusive no período estudado, tratam sempre tal jornalista pelo pseudônimo de *Coroné Zé Perêra Capa Bode*.

Ainda que no exemplar de 14 de agosto de 1968 se encontre no frontispício do jornal a informação de seu suposto nome verdadeiro: “Fundado por Jesuíno Ávila, o *Coroné Capa Bode*”, este será referenciado neste trabalho sempre por seu pseudônimo, visto não ter sido encontrado nenhum outro registro que confirmasse sua identidade.

Faço uma preposta munto honrada a vosmicê, caro leitor, para iscuítá bem esta histora, qui é d’um jorná que mete a pêa, mais porém tem graça ingraçada, sem dexá de sê séro.

Inté cumpadi, inté cumadi,

POLÍTICA, CULTURA, SOCIEDADE E ECONOMIA NA VELHA BAHIA

Este capítulo inicial pretende contextualizar o ambiente político onde nasceu o jornal *Foia dos Rocêro*, apresentando uma breve visão do funcionamento do setor político, o poder exercido pelos chefes de Partido e a pouca interferência que as classes populares tinham nos destinos da cidade da Bahia (a qual será exemplificada com o episódio do 13 de novembro). Trata, igualmente, da vida em sociedade e dos mundos das letras, artes e economia.

Nesse contexto, o *Coroné Zé Perêra Capa Bode* exercia papel de representante dos roceiros e, através do órgão oficiá da roça e do partido do dizingrossa, criticava os modos políticos e socioeconômicos, utilizando-se de recursos humorísticos e zombando dos poderosos, como meio de apresentar a notícia silenciada. O texto pretende, assim, demonstrar o estreito vínculo que existia entre jornalismo e política no período estudado.

BAHIA POLÍTICA (1899-1900)

O Brasil tinha 16 milhões de habitantes no ano em que foi publicado o jornal *Foia dos Rocêro*. Manuel Ferraz de Campos Salles, segundo presidente civil da história brasileira (1898-1902), comandava o país. Era o tempo da *República Oligárquica*³ e Ruy Barbosa atuava como um dos Senadores federais baianos.

Na Bahia, o chefe do Partido Republicano, conselheiro Luiz Viana, governava o Estado desde 1896. Em 1900 ele foi substituído pelo advogado Severino Vieira, que conduziu os destinos da Bahia até 1904. O Intendente Antonio Vitorio de Araújo Falcão administrava, interinamente, a Prefeitura de Salvador (de abril a dezembro de 1899), seguindo-se a ele

3- Oligarquia vem do grego e significa governo de poucos. A política-administrativa da República Oligárquica (1894-1930) baseou-se na existência das oligarquias-estaduais, a exemplo da política do “café-com-leite”, em que “coronéis” paulistas e mineiros alternavam-se no poder. Fonte: <http://www.brasilecola.com/politica/oligarquia.htm>

José Eduardo Freire Carvalho Filho. Era esse o berço do *Orgo ufiaciá da roça e do partido do dizingrossa*⁴.

Proclamada a República em 1889, o período que vai até a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, é conhecido como *Primeira ou Velha República*. Dentro desse período, os historiadores consideram de 1894 a 1930, em particular, a *República Oligárquica*, data em que foi eleito o primeiro presidente do Brasil, Prudente de Moraes e que encerrava a chamada *República das Espadas* (SCHNEEBERGER, 2003). A Velha República nas terras baianas não fugiu às características gerais do país. A política era marcada por interesses individuais, consoante a historiadora Consuelo Novais Sampaio, em seu livro *Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República* (1975), correspondendo aos procedimentos de uma sociedade essencialmente agrária e conservadora, na qual a participação dos setores intermediários e populares praticamente inexistia no plano político.

A política tinha uma característica essencialmente individualista e costumava estabelecer lideranças que, pelo seu carisma, acabavam carregando o nome do partido. Daí os partidos da República Velha serem “conhecidos e identificados muito mais através dos nomes dos seus chefes que do rótulo que ostentavam” (NOVAIS SAMPAIO, 1975, p.19).

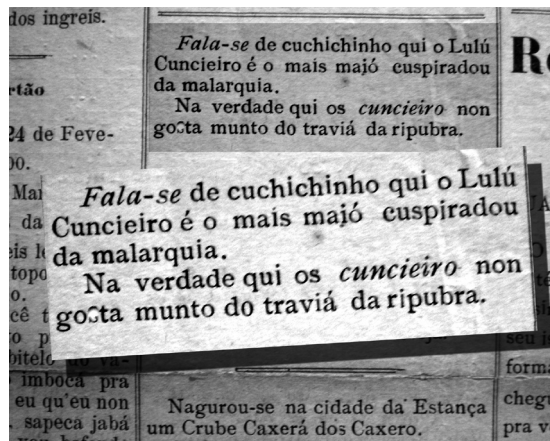
Essa peculiaridade é nomeada pelo professor Antonio Guerreiro⁵ como *personalismo* ou o culto às lideranças políticas personalistas, uma marca que caracteriza toda a República brasileira. Qualquer pessoa que chegasse a um patamar de liderança no período colocava seu nome à frente da organização política: “Eram lideranças mais fortes que os partidos, alguns chegavam a abrigar vários deles para dirimir as divergências locais e as vozes discordantes”. Enfim, parecia mais fácil gravar nomes como *vianistas* ou *severanistas* do que Partido Conservador, Liberal, Republicano ou Constitucionalista naquela época (GUERREIRO, 2007).

4- Epíteto do Foia dos Rocêro. Como os órgãos da imprensa eram vinculados, no período, a partidos políticos, o redator brincou nomeando o jornal como “Órgão oficial da roça e do partido do desengrossa”. Ou seja do partido de oposição, de partidários que não bajulavam o poder. O verbo engrossar também significa adular, agradar, bajular.

5- As citações de Guerreiro (2007) referem-se à entrevista concedida à autora em 09/08/2007.

Esses mesmos políticos, conservadores ou liberais oriundos da Monarquia, foram acolhidos pelo novo sistema de governo, prolongando suas antigas e viciadas práticas. A ânsia pela sobrevivência política movimentava seus atores rumo à República apenas por que eram obrigadas a seguir as novas ordens. A República agregava, assim, nobres, conservadores e monarquista no mesmo âmbito. No entendimento de Novais Sampaio (1975), o reduto de republicanos na Bahia ainda era incipiente⁶

Em um dos primeiros exemplares, na coluna *Taco das Nutiça* é dito: “Fala-se de cuchichinho qui o Lulú Cuncieiro é o mais maió cuspiradou da malarquia. Na verdade qui os cuncieiro non gocta munto do traviá da ripubra”⁷.



Foia dos Rocêro, nº 17, 4ª Duminga do mês de março de 1900

Os historiadores registraram adesão dos políticos ao novo sistema mais por circunstâncias ou mudanças gerais do campo e menos pela vontade dos atores envolvidos; como diz o redator da Foia, Coroné Zé Perê-

6 - Houve resistência ao novo regime no estado. Como nos diz Risério, a Bahia foi a última província a reconhecer a República. Para ele, o movimento republicano foi coisa de “grupúsculo de intelectuais e estudantes” (2004, p.405). Para Dias Tavares, não chegavam a duas centenas, porém depois de proclamada agregou todas as facções e partidos.

7- Fala-se de cochichinhos que o conselheiro Luiz Vianna é o maior conspirador da Monarquia. Na verdade, os Conselheiros não gostam muito dos procedimentos da República.

ra Capa Bode, os conselheiros não gostavam do trivial da República. A Foia dos Rocêro teve como princípio fazer oposição ao governo de Luiz Vianna e ao Partido Republicano, embora as condições políticas e sociais abatessem as manifestações das classes operárias, a luta continuava para os críticos da imprensa satírica.

As eleições, tanto para a Câmara dos Deputados, Senado Estadual e Federal, Governos estaduais e Intendência Municipal, por seu turno, eram viciadas e viciosas⁸. A Lei nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, conhecida como Lei Saraiva, reformou a legislação eleitoral, abolindo as eleições indiretas adotadas há 60 anos. Segundo Hilda Soares Braga (1990), em tempos de oligarquia rural, havia manipulação “do governo e dos agentes locais que decidiam o direito de votos dos cidadãos” (BRAGA, 1990, p. 46).

As exclusões eram de várias ordens, como o voto a descoberto, “voto bico de pena”, o chamado “bicório” (o voto em aberto) ou assinado (a fraude explícita). Isso em razão da verificação feita pelo Senado e Câmara dos Deputados, através da Comissão de Verificação dos Poderes, “que praticava a chamada ‘degola’ ou ‘depuração’, justificando a incompatibilidade do cidadão eleito” (BRAGA, 1990, p. 47).

O Regulamento Alvim, de junho de 1890 (portanto, dois anos depois da Abolição), regulamentou a eleição do Congresso Nacional Constituinte na República Velha que aboliu o voto censitário⁹, manteve a proibição do voto feminino, dos analfabetos e a interferência das autoridades judiciárias no processo de apuração. Após as eleições, a Junta Apuradora lavrava a ata dos trabalhos. O professor Luis Henrique Dias Tavares (2007) confirma “as combinações eleitorais”, detalhando as fraudes em tabelas falsas de votação onde eleitores fantasmas assinavam inúmeras vezes a mando dos interessados, além das atas do processo eleitoral de apuração que poderiam não conter dados verdadeiros. Para o professor, as duvidosas práticas eleitorais continuaram pós-República apesar das leis e decretos que sancionavam as mudanças.

8- Segundo professor Luis Henrique Dias Tavares, em entrevistas concedidas à autora em 05, 14/09 e 11/10//2007.

9- Para votar “exigia-se do eleitor que tivesse renda líquida anual não inferior a 200 mil réis por bens de raiz, indústria e comércio ou emprego”. (BRAGA, 1990, p. 41)

Embora houvesse manipulações do governo, Braga destaca que sempre houve o voto oposicionista: “O governo tinha o controle sobre o voto rural, que era a maioria, mas não conseguia fazer o mesmo em relação ao voto urbano” (BRAGA, 1990, p. 47). Assim, não faltaram tentativas na Bahia de organizar politicamente as classes trabalhadoras, como a fundação do Partido Operário, em 1890, cuja agremiação de vida curta não resistiu às pressões de uma elite desinteressada nas vozes minoritárias. Registre-se também a criação, em 1894, do Centro Operário da Bahia. É significativo, pois, trazer a informação do professor Nelson de Souza Sampaio sobre o que significava fazer oposição ao sistema vigente:

[...] na realidade a oposição verdadeira quase não podia existir, em consequência da falsidade eleitoral e da hipertrofia da autoridade do Poder Executivo, mais precisamente, do Governador do Estado e, sobretudo, do Presidente da República. Em face disso, a oposição – talvez fosse melhor dizer os opositores – lançava mão de todos os expedientes para sobreviver. (SAMPAIO apud NOVAIS, 1975, p. 21)

quem quizé vê rato vá nas rapartição pubrica desta capitá; é cada um bitello qui inté o má da bouba tem medo deles”.¹⁰

Crimes de “colarinho branco”¹¹. Assim são nomeados os sofisticados delitos com ganhos financeiros cometidos por “respeitáveis” políticos ou executivos de nível socioeconômico elevado. No período estudado, 1899/1900, esse tipo de crime era personalizado na crítica roceira pelo “ratão de pança branca”. Essa era a tônica do semanário que combatia, de maneira contundente, os procedimentos mandonistas que vinham dos tempos do império. “No início da República, como ainda hoje, as pessoas de poder não tinham

10- O Coronel dá dez tostões a quem pegar o ratão de pança branca que tem na Câmara. São tão grandes que até a peste bubônica tem medo dos ratos humanos. 1ª Dominga do mês de fevereiro de 1900.

11- Lei nº 7.492/86, chamada no Brasil de Lei dos Crimes de Colarinho Branco. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1043>. Acesso em 21 de set de 2007.

limites para usar a mão forte do estado” (GUERREIRO, 2007), que se formalizava em atos de violência contra as aspirações populares.

Os governantes mandavam em um ambiente com todas as sequelas que vinham desde o século XIX: a maioria da população era escrava, sem autonomia e sem reconhecimento da cidadania. Uma sociedade debelada enfim, com diminuto nível de entendimento de seus direitos, sem força política para organizar-se enquanto grupo competitivo, o que permitia brechas que facilitavam, segundo as citações do *Foia*, desvios do erário público sem perspectivas de qualquer prestação de contas.

Em seu discurso de posse como 2º Governador republicano da Bahia, o médico Manoel Vitorino¹² disse, em 1889, que as “organizações infeccionadas, com os seus planos de egoísmo e corrupção, [...] com as suas políticas de filhotismo, perseguições e principalmente de subserviências [...] mataram a monarquia” (ARAGÃO apud NOVAIS, 1975, p. 27). Ao contrário do que pregou o governador sobre as agremiações políticas, os vícios continuaram, até porque a assinatura da Proclamação da República, não alterou o *modus operandi* da área política na cidade da Bahia.

As ações dos “novos” governos ganhavam estatutos agigantados no uso da força policial para conter manifestações ousadas. O historiador Luis Henrique Dias Tavares (2001) relata o episódio sangrento ocorrido em 13 de novembro de 1899 por ocasião das eleições municipais de Salvador no período *vianista*: “Dia em que o governador Luiz Vianna respondeu com força policial militar às manifestações de protesto na Cidade Baixa” (DIAS TAVARES, 2001, p. 312). Pela sua importância, tanto para o governo quanto para a classe comercial da Bahia, selecionou-se o episódio de 13 de novembro para retratar a política do período, visto suas características e consequências para o destino administrativo da cidade de Salvador.

Uma operação de guerra, que o *Foia* denominou de *A Revolta dos Caixêro*, reveladora das fissuras sociais e políticas da velha Bahia. O protesto, segundo relato do professor Dias Tavares (2001), ocorreu, entre outros

12- Médico, jornalista, político do Partido Liberal, Manuel Vitorino Pereira, indicado pelo Ministro da Fazenda do Governo Provisório, Rui Barbosa, tomou posse como governador Republicano em 23 de novembro de 1889. A historiadora Consuelo Pondé o considera 2º governador, porque Virgílio Damásio assumiu o cargo antes dele, por apenas cinco dias.

motivos, em consequência do resultado eleitoral para Intendente [prefeito], acusado de fraudulento.

A intervenção da Polícia Militar causou mortes e feridos em número jamais estabelecido. Também ocorreram prisões, muitas prisões, de empregados do comércio e populares. [...] Refletindo a insatisfação social e política das camadas sociais médias da capital (os empregados do comércio não foram os únicos manifestantes), o 13 de novembro revelou também velhos e novos conflitos entre as oligarquias, sendo os mais recentes que participavam do processo sucessório em descobrimento naqueles meses finais de 1899. Haveria eleição para governador em janeiro de 1900 (DIAS TAVARES, 2001,p.133).

Os manifestantes não aceitavam o resultado que consagrava como eleito o candidato *vianista* do Partido Republicano (PR), José Eduardo Freire de Carvalho Filho, contrário aos seus desejos. A classe do comércio esperava a vitória do candidato de oposição, o jornalista e redator-chefe do *Diário da Bahia*, Domingos Guimarães, filiado ao Partido Constitucionalista (PC). A professora e historiadora Kátia Carvalho detalha que Domingos Guimarães era “candidato do Comércio, parente de José Joaquim Fernandes Dias de quem era sócio de Rodrigues & Fernandes & Cia, casa que se envolveria no conflito no dia 13” (CARVALHO, 1975, p. 68).

Pela ousadia de reagirem, os caixeiros foram atacados a tiros e golpes de espada pela cavalaria policial. O conflito teve início na esquina da Livraria Catilina¹³ às 13h, quando um funcionário do Estado colava, na parede da casa comercial, um boletim que já anunciava a vitória ao candidato da situação antes mesmo das apurações finais. Populares, a maioria caixeiros, tentou impedir o ato, o que gerou desentendimentos entre a polícia e o grupo e culminou no pisoteamento de um deles por um cavalo (fato que

13- Situava-se na esquina de uma transversal da Praça da Inglaterra no bairro do Comércio, Cidade Baixa. No final do século XIX, a Livraria e editora Catilina publicou títulos literários importantes, a exemplo dos autores Rui Barbosa e Xavier Marques (GARCIA ROSA & BARROS, 2004) Disponível em <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/flaviagoullartesusanasantos.pdf>, acesso em 03 de setembro de 2007.

levou, por sua vez, à reação dos populares que deu início ao tumulto). No dia seguinte, o bairro Comercial foi bloqueado pela força policial que exigia dos proprietários a entrega dos manifestantes que se encontravam refugiados nas lojas (CARVALHO, 1975).

Em concordância com Dias Tavares, o historiador e jornalista Mário Augusto da Silva Santos, em seu trabalho *Os Caixeiros da Bahia* (1974), também explica os motivos do conflito, listando a inépcia do governo de Luiz Vianna em resolver problemas da seca no interior, irregularidades nos pagamentos aos funcionários públicos, desrespeito à lei e ao direito do voto. Direito esse que excluía, além de analfabetos e mulheres, os praças de pré (policiais), mendigos, religiosos de ordem monástica etc. (NOVAIS SAMPAIO, 1975).

De volta ao conflito, importadores e exportadores do comércio baiano, prejudicados com a área dos negócios fechada, redigiram um manifesto condenando a repressão e exigindo maior participação da classe nas decisões do governo. “O 13 de novembro passou a ser data política reverenciada em atos cívicos e religiosos patrocinados pela Associação Comercial da Bahia” (DIAS TAVARES, 2000, p.235).

Em consequência à reação pública e aos desdobramentos violentos da polícia, a Associação Comercial da Bahia emitiu um texto de repulsa às atitudes do governo, escrito em Português e Inglês. Outra forma de protesto foi a paralisação das atividades do comércio por seis dias ininterruptos, como resposta à atitude do governo de interditar a área. Tal manifesto foi duramente criticado pela imprensa, incluindo o semanário *Foia dos Rocêro*, assim como todo o episódio, não só a ação policial, mas o proceder eleitoral dos governos da Primeira República, e em particular da gestão de Luiz Vianna (PR).

No livro *A República do Povo* (2001), o professor, historiador e jornalista Mário Augusto da Silva Santos observa a presença dos comerciantes na composição do Conselho Municipal de Salvador, constatando a classe como um “grupo de representação qualitativa não desprezível. Membros da Associação Comercial formavam um ‘lobby’: exportadores, importadores e grandes atacadistas de gêneros alimentícios” (SILVA SANTOS, 2001, p. 89). Conforme

seu quadro demonstrativo, havia oito profissionais liberais e 11 comerciantes no quadro da direção na legislatura de 1896/99.

O Comércio era a atividade prioritária no estado da Bahia do século XIX. Conforme a escritora e historiadora Consuelo Pondé, “representantes de diferentes categorias sociais praticavam os mais diversos tipos de negócio, fossem os grandes negociantes ou os mais modestos: caixeiros viajantes, ambulantes, agentes de câmbio” (PONDÉ, 2006, p.14). Além dos negócios locais e nacionais, a Bahia também era um polo importador de produtos da Europa. Na realidade, segundo a historiadora, Salvador era não apenas um centro de comércio internacional, mas também polo distribuidor de mercadorias importadas para todo o interior. Os caixeiros viajantes enfrentavam um sistema de transporte (ferroviário, fluvial e marítimo) difícil. Como não havia filiais das lojas, eram eles que transportavam e distribuíam as mercadorias pelo interior. Nesse sentido, “O maior grupo de pressão do estado era a Associação Comercial da Bahia, portanto, mexer com o comércio, no final do século XIX, era mexer com toda a estrutura do estado, incluindo sua capacidade de arrecadar” (GUERREIRO, 2007).

Para o historiador Antonio Fernando Guerreiro, em consonância com Dias Tavares e Silva Santos, a classe caixeiral era um grupo sócio profissional muito importante naquele momento: “Os caixeiros além de levarem recados de seus patrões, fechavam compromissos políticos” (DIAS TAVARES, 2007).

O acontecimento de 13 de novembro constitui, assim, um fato sociopolítico relevante que foi retratado pela imprensa em suas diferentes versões através dos veículos divulgadores dos respectivos partidos do período. Considerado, pela oposição, como mais um fato arbitrário da política *vianista* e, pela situação, como perturbação da ordem pública, fato é que o episódio constituiu uma contenda aberta entre o governo e a burguesia comercial. Por tratar-se da classe mais representativa para a economia do estado, as insatisfações geraram consequências políticas para Luiz Vianna.

O mandatário passou a ser alvo de constantes campanhas promovidas pela Associação Comercial e pelo jornal *A Bahia*, “órgão das classes

comerciais e industriais”, que criticavam a política financeira do governo. Em razão da luta contra Vianna e da própria crise econômica e financeira do país, os comerciantes e “elementos conservadores da sociedade” sentiram-se desamparados pelo Governo Federal. Em busca de seus interesses individuais, a classe foi refugiar-se no apoio ao governador eleito, Severino Vieira, o qual passou a representar “a tábua de salvação” (NOVAIS SAM-PAIO, 1978, p. 46) da burguesia comercial baiana.

Luiz Vianna era considerado um “chefe político supremo, centralista e poderoso na sua dupla condição de governador e presidente do ‘partido político’ majoritário, o Partido Republicano (PR)” (DIAS TAVARES, 2001, p. 313). Suas atitudes políticas foram registradas não só pelo *Foia dos Rocêro*, mas por outros órgãos da imprensa e pelas atas do Conselho Municipal que denunciavam práticas arbitrárias do governador. Em julho de 1900, o conselheiro Dr. Lustoza criticava, em sessão periódica da Câmara, a submissão do intendente ao chefe e o comportamento político deste, insinuando despotismo e forte influência sobre os correligionários.

Ninguém ignora o modo porque S.Exa. talvez sugestionado por um mau espírito, saltava por cima da lei dominado sempre por vontade alheia [...], deixando assim, de bem compreender a altura do cargo que ocupa, para unicamente satisfazer a vontade do então governador do Estado (protestos da maioria). No tempo do sr. Luiz Vianna, continua, não havia lei, tudo era desrespeitado e violado para satisfação e caprichos de vingancas particulares, e o sr. dr. Intendente submettia-se a tudo. (Conselheiro LUSTOZA, Ata da 13ª sessão da 3ª reunião periódica da Câmara Municipal de Salvador, 30/07/1900).

Naturalmente que a palavra dos correligionários e dos órgãos divulgadores do partido tomava o sentido contrário e defendia o governo a que eram vinculados. O Partido Republicano (PR), através de seu jornal *O Correio de Notícias*, culpou o candidato Domingos Guimarães e o chefe intelectual, de-

putado Leovigildo Filgueiras, da “guerra do comércio” no editorial *A vergonha deste momento* na edição de 13 de novembro. O texto mencionava que aqueles diretores da política oposicionista eram os principais responsáveis pelo conflito. Na edição posterior, no artigo *A palavra dos culpados*, considera-os “insufladores de elementos desvairados contra o poder constituído [...], arrancando a tranquilidade habitual de uma população ordeira, atirando a morte ao seio do povo etc.” (Jornal CORREIO DE NOTICIAS, 1899, p.3).

A campanha para a eleição de Intendente da capital baiana, realizada em 12 de novembro de 1899 entre o candidato do governo, José Eduardo Freire de Carvalho Filho, e o representante da oposição, Domingos de Carvalho, foi marcada por intensas agressões através dos seus representantes na imprensa local, *Correio de Notícias e Diário da Bahia*, respectivamente. O embate pela imprensa possibilitava aos leitores conhecer verdades e mentiras dos grupos principais que disputavam para continuar ou alcançar o poder. De qualquer forma, era um exercício inicial de democracia que possibilitava expressar opiniões.

Em defesa do governo, por exemplo, o *Correio de Notícias* publicou, no dia seguinte ao episódio, com o subtítulo *As desordens de hontem*, as mortes ocorridas no choque entre populares e polícia no bairro do Comércio, amenizando a rigidez da Força Policial ao mesmo tempo em que culpava os manifestantes:

De facto, a patrulha de cavallaria, que estava de serviço na cidade baixa, tentando dissolver os grupos, reagiu, como foi possível, às agressões dos arruaceiros, que já então estabeleciam o pânico nos arredores do local em que esses factos se desenrolavam. [...] Duas foram as vítimas do lamentável conflicto: Um crioulo¹⁴, cuja identidade não se pôde apurar, morto à bala de revólver, e um cidadão, que dizem, residia em Plataforma e era professor aposentado.

14- Eram considerados *crioulos*, os libertos nascidos no Brasil. Conforme Antonio Risério (2004), a Constituição Imperial considerava-os cidadãos brasileiros, enquanto os libertos africanos como estrangeiros, que podiam solicitar a naturalização.

Essa forma de noticiar reporta-se às declarações do historiador Guerreiro, ao mencionar que além dos meios de comunicação serem partidarizados, os governantes não mediam limites em utilizar a mão forte do estado: “eles montavam o poder com a justiça para julgar, a polícia para prender e o fisco para arrecadar” (GUERREIRO, 2007). Para ilustrar a



Folia dos Rocêro, nº 46, 2ª Duminga do mês de agosto de 1900

versão oposicionista, destacou-se um trecho do nº 8 do jornal humorístico (quando ainda chamava-se *As Coisa dos Rocêro*), reproduzindo a ordem do governador ao delegado auxiliar, Bacharel Augusto Góes: “Mate, isfole, traga os coiro dos caxêro e as cabeça dos maiorá tudo. Nem qui corra sangue cumo aua do rio, mas porem hei de mantê o principe d’arturidade”.¹⁵ Guardadas as devidas proporções, no que diz respeito ao exagero satírico, o jornal reproduziu a gravidade do acontecimento e suas consequências fatais. No ano seguinte, os órgãos da

imprensa relembaram a data com artigos ou notas sobre a ocorrência. A Folia dos Rocêro fez uma edição especial para homenagear as vítimas do

15- Mate, esfole, traga os couros [a pele] dos caixeiros e as cabeças dos maiorais tudo. Nem que corra sangue como água do rio, mas, porém hei de manter a autoridade. 1ª Duminga do mês de Novembro de 1899.

conflito¹⁶, talvez porque, como o redator mencionou, em edição de julho de 1900 (nº 30), ele também tinha sido caixeiro.

Os desdobramentos ocorridos entre os comerciantes, e consequentemente relatados na imprensa periódica, se deram em razão da influência sociopolítica e econômica que o grupo exercia nos primeiros anos da República. Para comprovar o significado do fato para os “conservadores”, houve mudança quase completa de diretores, com mandatos sucessivos de quase dez anos, na direção da Associação Comercial (SILVA SANTOS, 1974).

As ocorrências policiais, como prisões dos caixeiros acusados de patrocinar baderna e até de terem desfechado tiros contra a Força Pública no episódio de 13 de novembro de 1899, ocuparam os espaços da imprensa baiana por algumas semanas segundo trabalho sobre os caixeiros da Bahia do professor Mário Augusto. Como consequências, o acontecimento...

Marcou o fim de uma fase na vida política da Associação Comercial da Bahia – 1890 a 1899 – durante a qual procuraria a todo custo cobrir-se com o manto da neutralidade. Por outro lado, para os caixeiros, marca o início de um novo comportamento grupal, consubstanciando no advento da Associação dos Empregados no Comércio da Bahia (SILVA SANTOS, 1974, p. 118).

O jornal *A Coisa*¹⁷ publicou, no primeiro aniversário do acontecimento, um artigo de capa exaltando as classes comercial e caixeiral e elogiando a comemoração pela “lutuosa data” com uma romaria aos túmulos das “vítimas da sanguinolenta lucta”.

Da mesma forma, o jornal *A Bahia*¹⁸ rememorou o acontecimento com palavras de louvor aos profissionais do Comércio como uma classe ativa que, num exemplo de civismo, preferiu paralisar-se por oito dias a

16- Homenagem às vítimas dos mosquetões do famigerado Lulu Papa Mel – 13 de novembro de 1899. Quadros: Na base – Quatriennio fecundo...de tirannia e ladroeira – 1896/1900 – 9:000000 suor do povo. Puliticagem Vingança Assassinos LEI

17- Exemplar nº 164, 4 de novembro de 1900.

18- Edição nº 1493, 13 de novembro de 1900.

consentir que seus auxiliares “recebesse por mais tempo as affrontosas perseguições, as injuriantes ofensas que o delírio de allucinados engenhava”.

A essa altura, o estado já estava sob a condução política do candidato vianista, o ex-Ministro da Agricultura, Viação e Obras Públicas Dr. Severino dos Santos Vieira, que ganhara as eleições, assumindo o governo do estado em 28 de maio de 1900. No entanto, segundo Dias Tavares (2001), após ganhar as eleições, Severino Vieira afastou-se do chefe político, Luiz Vianna, provocando o rompimento político e a inimizade pessoal. “A divisão agora era entre *vianistas* que criaram o Partido Republicano Conservador (PRC) e os *severinistas* que ficaram com o Partido Republicano da Bahia (PRB)” (DIAS TAVARES, 2001, p. 314).

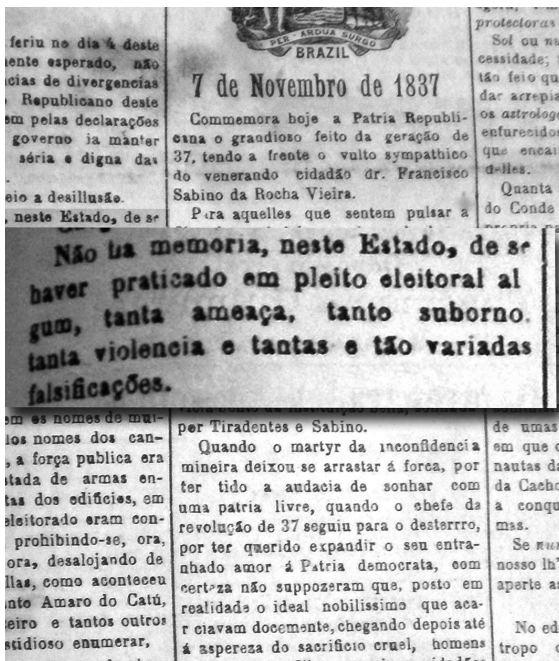
Essa divisão acelerou a derrocada política de Vianna. Na volta de suas férias de Paris, em setembro do mesmo ano, o antigo chefe foi recebido com manifestações de despreço pelos políticos e populares. Novais Sampaio (1975) reproduz, em nota, notícia do jornal *A Bahia*, de 27 de setembro de 1900, sobre o evento,

Tanto a Associação Comercial da Bahia como o Clube Caixeiral recusaram-se a participar da recepção a Luiz Vianna, quando da sua chegada da Europa. As manifestações agressivas que recebeu o ex-governador são reveladoras do desagrado que inspirava à burguesia comercial. (NOVAIS SAMPAIO, 1975, p. 56)

De acordo com Guerreiro (2007), a permanência prolongada dos políticos na Europa, dava tempo aos novos líderes de “construir toda uma política de derrubada da imagem” do antecessor sem interferência, contando com a ausência e a impossibilidade de o outro se defender. O professor comenta, a partir de leituras feitas em jornais do período, a mobilização liderada por Severino Vieira para organizar as forças políticas e a sociedade para que Luiz Vianna fosse constrangido em seu retorno à Bahia, desde o porto até sua residência: “Tomates podres e ratos mortos foram atirados contra o ex-governador, a finalidade era que ele não aspirasse mais à volta ao poder, o que de certa forma, foi conseguido”. (GUERREIRO, 2007).

A partir desse acontecimento a oposição abandonou Luiz Vianna para juntar-se, como já foi antes mencionado, ao novo homem forte, o então governador Severino Vieira. Dessa dissensão surge, em 1901, o Partido Republicano da Bahia (PRB), “uma agremiação relativamente coesa no estado” (NOVAIS SAMPAIO, 1978, P. 45).

Em continuidade, o *Diário de Notícias*, órgão divulgador do governo de Severino Vieira, passa a responsabilizar o governador pelas manifestações contra o ex-companheiro de partido e pela oposição à atual gestão. Em artigo de capa intitulado *Quem venceu*, o jornal¹⁹ exprimia sua insatisfação pelo resultado das eleições para a Câmara de Deputados e Senado Estadual, realizadas dia 05 do mês: “Não há memória,



Diário de Notícias, nº 249, 07 de novembro de 1900, editorial *Quem venceu*

característica da sociedade, presente no segundo Império, século XIX e iní-

19- *Diário de Notícias*, nº 249, 07 de novembro de 1900.

cio do século XX, acabaram atribuindo à imprensa o papel de agente responsável pela divulgação de partidos e movimentos políticos. As carreiras se sobrepunham, confundiam-se devido à participação simultânea dos homens ilustrados, que como participantes da elite baiana, ao voltarem dos seus estudos universitários, assumiam trabalho nos jornais como caminho para a esfera pública, e daí para a política.

De acordo com Lavínia Ribeiro (1998), a imprensa constituiu um instrumento indispensável da prática política e como agente do processo de construção de um Estado brasileiro legitimado, principalmente, por membros da aristocracia rural, dos quadros estatais, das profissões liberais e do clero. Tais integrantes, segundo a autora, elevaram a imprensa à condição de agente responsável pela projeção de partidos, movimentos, grupos e certos indivíduos em particular. O jornalismo, portanto, alçava doutores e jornalistas à carreira política, “era pelo jornal que se iniciava ou se fortalecia a carreira política e raros foram os homens públicos que conseguiram subtrair-se à sedução do jornalismo” (AZEVEDO apud RIBEIRO, 1998, p. 10).

No século XIX, dominava o texto jornalístico político-partidário vinculado aos grupos liberal ou conservador. Ribeiro (1998) analisa a mudança do discurso jornalístico atribuído como educativo, moralista e engajado à causa nacional, para os novos formatos das décadas de 60 e 70 do mesmo século, a partir da experiência de Ruy Barbosa em jornais na Bahia e no Rio de Janeiro.

Defensor da imprensa como sacerdócio, foi-lhe particularmente penoso conviver, no início do período republicano, com o declínio do jornalismo de grandes causas, que já não correspondia às expectativas de debates sobre problemas mais imediatos da vida urbana. Foi-lhe também inaceitável admitir uma política editorial comandada por profissionais sem laços de deferência com os grandes feitos do jornalismo político do período imperial (RIBEIRO, 1998, p. 11).

Esse novo discurso corresponde às novas tendências de que fala Janovitch (2006), ocorridas na última década do século XIX e início do

século XX. Trata-se de um formato jornalístico mais informativo, auto-sustentável, de temas mais variados como a cultura e as notícias urbanas, embora a pauta política ainda predominasse.

A interpretação de Novais Sampaio (1978) corrobora essa inter-relação ou dependência entre as duas áreas. Em trabalho de pesquisa política, a historiadora constata que é impossível encontrar respostas sem a sistemática consulta aos jornais. “É verdade que a política partidária é a grande responsável não só pelo aparecimento, mas também pela atuação e pela morte de quase todos os órgãos de imprensa da época” (NOVAIS SAMPAIO, 1978, p. 14). Sobre o mesmo tema também se expressa Sodré (1999), afirmando que a imprensa se desenvolve em estreita ligação com a atividade política: “aparece antes e cresce mais depressa nos centros em que aquela atividade é mais intensa” (SODRÉ, 1999, p. 105).

Assim, se configurava o modelo jornalístico que continuou, na Bahia do início do século XX, a ser correlacionado aos ilimitados procedimentos políticos de impor o poder, os quais podem justificar a opção de linguagem do *Foia dos Rocêro*. Hipoteticamente, o estilo do jornal constituía-se em um caminho alternativo para denunciar e criticar o mando exacerbado.

A denúncia, ligeiramente camuflada nas páginas de textos jocosos, não fugia a uma tendência da virada do século no país de sobreviver às dificuldades no enfrentamento dos rigores de uma política fraudadora e antiética. Da mesma maneira, a escolha peculiar de apresentar as notícias parece se configurar como um recurso para competir com a imprensa “oficial”, a qual atuava como órgão divulgador dos grandes partidos políticos.

Proibições autoritárias dos governos, veladas ou oficiais, podem ser motivos empregados pela imprensa rebelde que se insurgia através das folhas contra o sufocamento à liberdade de expressão. Quer dizer, o riso como arma de poder e contra o poder, possivelmente foi usado como estratégia para burlar a censura.

De acordo com a primeira Constituição Brasileira, outorgada em 25 de março de 1824, D. Pedro I acabava com a censura prévia ao escrever no

inciso 4º do artigo 179 que, “todos podem comunicar seus pensamentos por palavras, escritos e publicá-los na imprensa, sem dependência da censura, contanto que hajam de responder pelos abusos” [...] (Mattos, 2005). Apesar da lei, a censura, conforme afirma Sodré (1998), só foi interrompida formalmente cinco anos depois da independência, abolida pelo decreto de 28 de agosto de 1827. Segundo o jornalista Mattos (2005), essa liberdade durou até o fim do Império.

Assim, na República Velha, período que conforma este estudo, o caráter autoritário prevaleceu, o que foi considerado uma violência contra a opinião política livre (Guimarães & Ferreira, 2007). Não havia oficialmente censura, mas mesmo assim aqueles que iam contra os interesses dos políticos do dia sofriam represálias.

O jornal baiano *Foia dos Rocêro* divulgava reclamações feitas por conselheiros e deputados contra o periódico, a exemplo do texto na coluna *Imbirrança* que cita o Conselheiro José Fernandes como responsável por uma das queixas em agosto de 1900: *Home, eu imbirrei cum minha rezão, praque elle fêis uã falação na Cambra pra mode s'acabá cãs Foia de seu Coroné.*²⁰

Não há registros do ocorrido nos livros de atas das sessões da Câmara arquivadas na Fundação Gregório de Mattos. Essa ausência pode talvez significar a inexistência do fato, que se resumiria a uma atitude provocativa dirigida ao Conselho pelo redator *Coroné Zé Perêra Capa Bode* para aproximar-se mais do público do que dos agentes políticos. Porém, essa falta de registro do pedido para acabar com a *Foia* pode ainda retratar uma demonstração de desprezo pela imprensa humorística, como constata o professor Elias Saliba:

Nas duas décadas finais do Império o recurso cômico era não apenas pouco difundido, devido à inexistência dos próprios meios de difusão, mas também havia um mal disfarçado desprezo da cultura em geral pela produção humorística, a não ser quando esta se mostrava suscetível de ser incluída – ou classificada – nos modelos estéticos consagrados [...] (SALIBA, 2002, p. 43).

20- Homem, eu embirrei com minha razão porque ele fez uma falação na Câmara para acabar com a *Foia dos Rocêro* de seu Coroné. *Foia dos Rocêro*, nº 36, de agosto de 1900.

Só foram encontradas alusões ao jornal *Foia dos Rocêro* no periódico *A Coisa*, publicado no mesmo período desse estudo. Embora seus textos façam referências a correspondências ao governo estadual e outros veículos impressos, nenhuma foi encontrada. Como os jornalistas rebeldes das “páginas domingueiras” usavam o humor e a ironia para provocar o poder, recebiam a indiferença como resposta.

PROCESSO MATINAL DE CULTURA

Na época em que o jornal *Foia dos Rocêro* foi lançado na Bahia, em 1899, os movimentos artísticos viviam uma conjunção entre o Realismo-Naturalismo e o Simbolismo, dando início ao período que ficou conhecido como Pré-Modernismo nas Letras e Artes. Havia paixão mundial pelo materialismo e darwinismo, motivo que provocou o desejo de volta ao romantismo através dos símbolos poéticos. A Bahia começava a sair de uma estrutura agrária e escravocrata para uma cultura urbana (COUTINHO, 1980).

Destacava-se, na prosa literária do período, o jornalista, historiador e romancista Francisco Xavier Ferreira Marques, autor, dentre outros, de *O Feiticeiro e Jana e Joel. O Feiticeiro*, publicado em 1897 com o título de *Boto & Cia* e reeditado em 1922 com o novo título, retrata o universo dos caixeiros e trabalhadores do comércio que representavam a centralidade da atividade comercial para a economia da cidade portuária. Para Risério, “*O Feiticeiro* é um retrato ‘realista’ da sociedade oitocentista baiana, captando práticas, valores e costumes de nossa gente – do estrato intermediário da hierarquia social na Cidade da Bahia, ‘mulata velha’, mostrando suas muitas faces” (RISÉRIO, 2004, p. 409). A *Foia dos Rocêro* também trata a Província da Bahia como a *Mulata Veia*, aquela que é explorada e sugada em seus seios fartos do dinheiro público, pelos políticos. Seguem-se, assim, nessa seção, as pegadas do escritor Xavier Marques, em grande parte pelo reconhecimento de que sua obra revela-se, segundo Sepúlveda (2006), como um documento histórico que ajuda a reconstruir a atmosfera de Salvador no século XIX:

O Elevador ia despejando grupos de caixeiros que vinham de baixo à espaiar, fumar e ensaiar aventuras. Vendedores de gazetas apontavam em alto pregão mais um caso de castigos bárbaros em escravos. As pretas do doce, enfileiradas, expunham e vendiam, à luz de lanternas, queijadinhas, roletas de cana. As pastelarias enchiam-se de tomadores de cerveja e Porto, comedores de empadas e discutidores de política (XAVIER MARQUES, 1922, p.77).

Pode-se visualizar perfeitamente, no trecho citado, a cena de rua na velha cidade da Bahia: as pessoas do povo, como trabalhadores e escravos (embora a escravidão já tivesse sido oficialmente abolida); hábitos de comer e beber; a constatação de que jornais já eram vendidos nas ruas e a costumeira e constante discussão sobre política. Logo mais ocorreriam várias mudanças e as maiores cidades brasileiras se modernizariam com praças, teatros, hotéis, iluminação a gás, transportes, serviços telefônicos etc. Risério (2004) relembra que não podemos nos esquecer de que foi também no século XIX que o Rio de Janeiro disparou à frente da Cidade da Bahia: “Esta se mostrará, cada vez mais, presa a estruturas tradicionais do viver” (RISÉRIO, 2004, p. 417).

Ruy Barbosa foi o maior nome da política nessa época, mas não menos reconhecido nas Letras – nascido em 1849, na Rua dos Capitães (atual Rua Ruy Barbosa), localizada na Freguesia da Sé, na cidade do Salvador da então Província da Bahia. Dois anos depois de se formar em Direito em São Paulo (1872), já de volta à terra natal, ele entra para o jornalismo através do *Diário da Bahia*, órgão de oposição no qual trabalhou por 10 anos, chegando ao cargo de diretor. Escreve *Cartas da Inglaterra* para o *Jornal do Commercio* a partir de 7 de janeiro de 1895, momento em que se encontrava exilado em Londres. Foi quando mencionou sua vocação para o jornalismo: “E jornalista é que nasci, jornalista é que eu sou, de jornalista não me hão de demitir enquanto houver imprensa, a imprensa for livre, e este resto de liberdade nos indicar que a pátria respira.”²¹

21- Disponível em <http://nandadreier.wordpress.com/2007/11/12/a-unica-certeza/>. Acesso em 05 de setembro de 2007.

Ainda no âmbito das Letras e Artes, vale lembrar que o ambiente baiano desse período revelou o escritor Afrânio Peixoto, o poeta Pethion de Villar e o pintor Lopes Rodrigues.

Cláudio Veiga salienta, ainda, a importância das tradicionais festas populares nessa época. Em *O Feiticeiro*, o autor descreve da seguinte forma um rancho – grupo de pessoas que pode representar um reisado ou um bloco carnavalesco:

Descendo a Baixa de Sapateiros, Paulo e seus amigos foram obrigados a estacar até que desfilasse, por entre alas compactas de povo, um rancho de raparigas que seguiam aos pares, batendo castanholas e pandeiros, num esvoaçar de fitas multicores. No mesmo passo tregeitava, abrindo o préstito, a figura funambulesca do ‘balisa’, em saltos e vira-voltas deante de uma ‘sereia’ (XAVIER MARQUES, 1922, p.102).

A detalhada descrição do folguedo coloca o leitor a par das brincadeiras populares e marcas ainda vivas das manifestações folclóricas. Em locais fechados, ao contrário, a vida cultural da população abastada em seus costumes pairava em meio à elegância dos cavalheiros e damas, das salas de chá, dos bailes ao som do piano, dos saraus e teatros. Divertiam-se no Carrousel Bahiano, em peças e concertos que eram vistos no Teatro São João e Polytheama. Num texto de características memoriais, Felinto Barreto escreveu que custava muito ser admitido na alta sociedade da Bahia, porque havia zelo na seleção criteriosa: “Dançava-se muito, mas ninguém ousava suar a camisa de peito duro, engomada e lustrosa” (BARRETO, 1978, p.72/73).

Descrevendo a cidade de Salvador, Pinheiro (2002) comenta que, até os finais do século XIX, a população vivia misturada [...] “os bairros abrigam escravos e libertos, mestres, artesãos e funcionários, burgueses e nobres. Podem ser residenciais e comerciais [...]. Numa mesma área, podem realizar-se vários tipos de atividades” (PINHEIRO, p. 192). Essa estrutura espacial e o sistema de classes vão sofrer uma mudança progressiva a partir do final do século, segundo a autora de *Europa, França e Bahia* (2002).

Sobre a formação dessa sociedade baiana, o escritor Antonio Risério (2004) esclarece que foi somente no século XIX “que se deu a consolidação de nossa formação etnodemográfica”(RISÉRIO, 2004, p. 444). Isso quer dizer que a paisagem humana de Salvador e do Recôncavo era constituída de negros, diferente do sudeste e sul do país, que passaram pela pressão transformadora das “migrações secundárias” da Europa e da Ásia. Para o autor, essas terras sofreram processo inverso, pois enquanto o Rio de Janeiro era europeizado, a Bahia era africanizada. Em consequência desse enriquecimento cultural negro africano, muitos vão considerar que a Bahia no final do século XIX, conforme Risério, era a mais “portuguesa”, outros a mais “africana” ou, ainda, a mais “brasileira” das cidades do Brasil.

Além dessa formação etnodemográfica, o escritor destaca como outro ponto importante desse período o isolamento da Bahia na conjuntura nacional, o que contribuiu para o aprofundamento de determinadas nuances culturais. O estado contava com um serviço ineficiente de água, luz a gás, comunicação terrestre precária, transporte fluvial a vapor a contento, caminhos ferroviários para o interior e as linhas de bonde na capital. Risério analisa os acontecimentos da virada do século considerando que “se para a economia, o século XIX significou um processo crepuscular, para a cultura, ao contrário, o processo foi matinal” (RISÉRIO, 2004, p. 453). Tal isolamento permitiu preservar tradições que vinham de longe e que continuam a existir até hoje, sobretudo entre quilombolas e outros grupos ligados ao folclore baiano em geral, na tentativa de não deixar morrer aquilo que fez da Bahia um lugar diferente.

Se não foi possível consolidar o processo de migração física do branco, os governantes da ocasião não desistiram de tentar embranquecer culturalmente a capital. As iniciativas de reforma urbana e assimilação das novas formas de divertimento tinham esse objetivo. As festas populares com tradições africanas, comemorações do catolicismo brasileiro ou do entrudo, de acordo com Raimundo Nonato Fonseca (2002), também não satisfaziam mais a população que desejava outras formas de diversão “civilizadas” ou individualistas como o cinematógrafo, que foi inaugurado na cidade em 1897.

Reformar a cidade, incorporar modernas práticas de lazer, escolarizar as mulheres, repensar a família, redefinir as formas de sociabilidade no espaço público, entre outras tendências, constituíram aspectos das transformações em curso no período republicano (FONSECA, 2002, p.25).

Nesse período, o autor destaca outra mudança nos hábitos dos baianos. As ruas, um espaço destinado aos negros, vadios e prostitutas, agora pedia maior circulação das famílias de classe média que passavam para fazer compras, olhar as vitrines, assistir futebol ou regatas, passear de automóvel, ir ao cinema, bailes ou clubes (FONSECA, 2002, p. 31). Iniciam-se, assim, reformas e saneamento segundo o interesse na higienização dos espaços públicos.

Enfim, para Fonseca, o desejo de desaffricanizar a “Mulata Velha” foi o elemento propulsor do projeto de modernização da cidade que era incentivado pela imprensa local. Essa, por sua vez, buscava políticas de controle do povo, de seus hábitos, costumes, manifestações lúdicas e religiosas. Desenvolvido entre as letras dos artigos e matérias, periódicos da cidade da Bahia apontavam certa tendência das classes populares ao jogo e à desordem, tratando-os por “arruaceiros” e “cachaceiros” quando se referiam aos costumes dos trabalhadores pobres. Mesmo no âmbito da imprensa, comumente eram considerados como “vadios, desordeiros ou alcoólatras” (CHALHOUB apud FONSECA, 2002, p. 37). Porém, as manifestações populares resistiam às proibições e perseguições da polícia e do poder local.

O papel da imprensa é apreciado por Sepúlveda (2006) e vinculado à urgência dos governos em construir um ambiente e uma nova sociedade na qual os homens de Letras ajudariam, como porta-vozes dos gestores, a consolidar projetos de modernização que buscavam se espelhar na Europa. Na concepção da autora, na primeira década da República, os intelectuais assumiram um compromisso com a modernização e civilização das cidades. “Nesse sentido, as crônicas jornalísticas, os romances e as reportagens comportavam reflexões sobre a sociedade brasileira e principalmente sobre o meio urbano” (SEPÚLVEDA, 2006, p. 21).

De acordo com o Departamento Estadual de Estatística, citado por Sampaio (1978), a Bahia tinha uma população total de 1.379.616 habitantes em 1890, dos quais 1.130.480 eram analfabetos. O *Anuário Estatístico do Brasil – 1908-1912* (IBGE)²², apresenta uma diferença nos dados: a Bahia já possuía esse número de habitantes em 1872. Já em 1890, contava com 1.919.802 e, no ano seguinte, 2.117.956, dos quais 205.813 na Capital.

Considerando-se que a esmagadora maioria dos baianos, em 1890, era analfabeta (apenas cerca de 8% sabia ler e escrever) (SAMPAIO, 1978), um pequeno percentual da população decidia os destinos da cidade. A respeito dessa massa analfabeta, Sampaio detalha o efeito da situação rumo ao coronelismo da política baiana no livro *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República*:

Aos eleitores do Império, selecionados pelo sistema censitário das rendas, juntava-se, agora, uma massa, predominantemente rural, mentalmente paralisada pelo paternalismo e pelo analfabetismo, carente, em face da estrutura social vigente e do complicado processo de votação, de quem as protegesse e as conduzisse até as urnas. Os grupos oligárquicos, municipais e estaduais, fortaleciam-se, favorecidos pelo isolacionismo geográfico. *A política dos governadores* não tardaria a ir ao encontro da realidade brasileira, sócio-política e economicamente esclerosada [grifos da autora] (SAMPAIO, 1975, p. 37).

Ao explicar a *política dos governadores* na Primeira República (1899-1930), o escritor José Murilo de Carvalho afirma que o governo estadual garantia o poder do coronel sobre seus dependentes e rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos. O coronel, por sua vez, hipotecava seu apoio ao governo, principalmente na forma de votos. “Os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca de reconhecimento por parte deste de seu domínio no Estado” (CARVALHO, 1998, p.132).

22- Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualização/monografias/GEBIS%20_%20RJ/AEB_1908, acesso em 16/08/2007.

O texto do autor ajuda a entender como funcionava o processo eleitoral no período que incluía a distribuição do jornal *Foia dos Rocêro*, em cujas páginas “domingueiras” podiam-se ler reclamações de fraudes nas eleições e atitudes de denúncia seguidas por outros periódicos:

A gaita mateira

[...]

Esse negoço d'inleição

Non passa d'umã livuzia,

Non se perciza de voto

*Pra s'intrá na cumidia.*²³

Jão qui toca gaita

Agora dito à mania de um intelectual,

...a votação pouco valia na época. Há amplas evidências sobre fraudes escandalosas que acompanhavam o processo eleitoral em todas as suas fases. O coronel podia controlar os votantes e manipular atas eleitorais, mas quem definia a apuração dos votos e reconhecia os deputados era o próprio Congresso em acordo com o presidente da República (CARVALHO, 1998, p.136).

Esse era o acordo entre os governadores e o presidente Campos Salles, guardadas as diferenças de relacionamento entre coronéis e governos estaduais, a exemplo daqueles da Bahia que podiam enfrentar os governadores até no terreno militar (CARVALHO, 1998). O professor Dias Tavares explica que os coronéis tinham exércitos pessoais para enfrentar qualquer adversidade contrária aos seus propósitos. Deve-se considerar aqui, que a *Política dos*

23- Esse negócio de eleição/Não passa de uma livuzia/Não se precisa de voto/Para entrar na cumidia. (*Foia dos Rocêro* n° 22, maio de 1900).

Governadores, componente da República Oligárquica, vai até 1930, incluindo, portanto, os coronéis do Estado Novo.

A observação sobre a importância da votação feita por Carvalho é referendada por Novais Sampaio (1978) ao repetir que os opositores aos governos na Primeira República eram considerados insignificantes assim como o próprio voto “atendia apenas a exigência jurídica do sistema representativo” (NOVAIS SAMPAIO, p.190). Dessa forma, a escolha do redator do *Foia dos Rocêro*, o suposto Jesuíno Ávila, em criticar abertamente o chefe político Luiz Vianna e os desmandos políticos era ousada e destemida. O jornalista mostrava não temer a solidão pública, agindo de uma forma mais livre que o procedimento de então. Ou seja, pelo menos nada foi encontrado que prove seu vínculo financeiro com partido político ou a existência de empresas patrocinadoras do jornal. Seus textos levam a crer que eram instrumentos jornalísticos usados para denunciar a notícia silenciada.

CIDADE SUJA, POBRE, MAS COLORIDA

Na passagem do século, a cidade da Bahia era então dividida em dezenove freguesias, doze delas urbanas e sete suburbanas. O bairro do Comércio, na Cidade Baixa, era o grande centro comercial e financeiro da cidade. Ali estavam sediadas as principais empresas, escritórios de negócios, bancos, tipografias, companhias de vapor, trapiches, os mercados do Ouro e São João; enfim, todo o grande comércio. A Cidade Alta era principalmente residencial, com pequenos estabelecimentos comerciais, as principais repartições administrativas, escolas, teatros, bibliotecas, instituições literárias e beneficentes (BORGES REIS, 1889).

Kátia Mattoso (1992) descreve a Cidade Baixa como suja, mas também muito viva: “Os pregões dos vendedores ambulantes se mesclavam à melopéia bem ritmada dos carregadores negros curvados sob pesadas cargas, em seu vaivém”. Acrescenta que a cidade era também “colorida, inclusive pelas roupas e peles variadas de sua gente” (MATTOSO, 1992, p. 438).

A economia baiana era basicamente agrária-mercantil e dirigida para o mercado externo. Apesar de não haver mais escravidão, o trabalho semiescravo substituíra o trabalho escravo. Isso porque a Abolição e a Proclamação da República não trataram de leis que estabelecessem o trabalho assalariado nem da doação de terras para ex-escravos. O fato também é citado por Walter Fraga Filho (1996): [...] “como ocorreu em outras sociedades escravistas, a economia baiana mostrou-se pouco flexível à incorporação da mão-de-obra livre ao mercado de trabalho. Por conta disso, o homem livre (o ex-escravo) assumia a condição de verdadeiro deslocado” (FRAGA FILHO, 1996, p. 23).

Trata-se do conhecido choque entre tradição e modernidade, ou seja, a sociedade/economia baiana que retratava o Brasil de então não se adaptou aos novos tempos do homem livre e assalariado. A tradição, o velho, era a mão de obra escrava; o novo, o moderno, era o homem senhor de si, não mais uma mercadoria.

Caio Prado Jr. (1999) também fala sobre essa economia que se mostrou intransigente graças à história brasileira da colonização de exploração que sugava a terra, os recursos e o povo sem maiores compromissos com qualquer retorno. Segundo o autor, no seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, o problema continua até os dias de hoje:

No terreno econômico, pode-se dizer que o trabalho livre não se organizou ainda inteiramente em todo o país. Há apenas, em muitas partes dele, um processo de ajustamento em pleno vigor, um esforço mais ou menos bem sucedido naquela direção, mas que conserva traços bastante vivos do regime escravista que o precedeu (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 11).

Naturalmente a prática refere-se às circunstâncias históricas relativas tanto à formação tripartite do nosso povo com a escravização (inicialmente, do elemento indígena, depois do africano) quanto às práticas capitalistas. Observando aspectos socioeconômicos da sociedade brasileira, se podem notar traços coloniais que insistem em permanecer como uma marca retrógrada. Tal herança emperra a plena modernidade do campo humano ao cultural, sem fa-

lar nas consequências para o dia-a-dia da população com as acentuadas diferenças que inferiorizam nação e povo.

No caso particular da Bahia, alguns itens que comprovavam tais diferenças podiam ser detectados; eles se traduziam como atraso social, tais como a falta de educação popular e a ineficácia das medidas do poder público. São chagas que se formavam com a participação e aquiescência dos governos indiferentes às necessidades populares. Reporta-se aqui, ao texto de Fraga Filho (1996), em que ele fala da pobreza e falta de higiene na segunda metade do século XIX. Segundo o historiador, a precariedade e as carências alimentares fragilizavam a população, expondo-a a epidemias cujo rastro de morte retratava as péssimas condições de vida na cidade de Salvador, também conhecida como a cidade da Bahia.

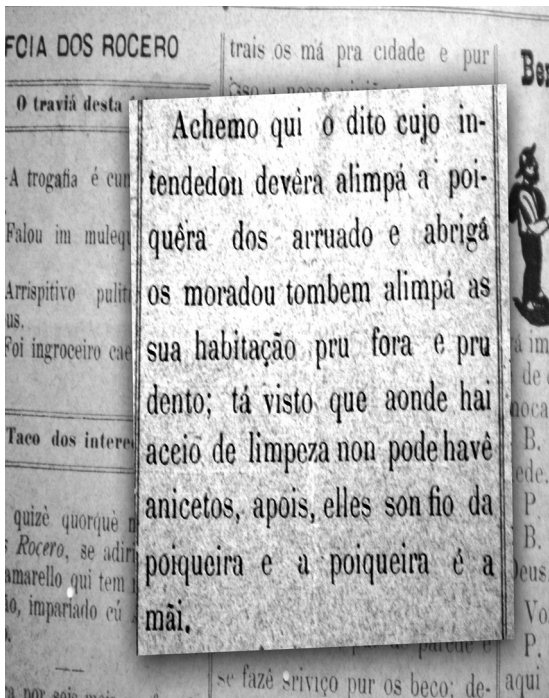
Das epidemias que acometiam a população baiana destaca-se a peste bubônica, que surgiu no Oriente e chegou até o Brasil, motivando campanhas nos jornais baianos. Em 31 de maio de 1900, o jornal *A Bahia*, de nº 1358, publicou a seguinte nota pública:

Intendência Municipal

Pela Intendência Municipal desta capital faco público que na Directoria de Hygiene do Município paga-se 100 rs por cada rato morto ou vivo que ali for apresentado diariamente, das 9 às 8 horas da tarde, afim de que sejam devidamente incinerados, como tanto urge na imminencia de invasão da “Peste Bubônica” que reina na Capital Federal. Secretaria da Intendência Municipal da Capital do Estado da Bahia, 30 de Maio de 1900. – Assignado *Ernesto Barbosa Coelho*, sub-secretário.

Conhecida como a peste negra que dizimou milhões de pessoas na Europa no século XIV, a temerosa peste bubônica chegava à Bahia apesar dos esforços das autoridades médicas. Os jornais do final do século XIX e início do século XX comentavam e instruíam a população para proteger-se contra o mal. No entanto, as condições sanitárias da cidade constituíam um elemento facilitador da disseminação dos ratos transmissores.

O semanário dos roceiros acompanhava a tendência da imprensa, alertando a administração sobre a possibilidade de a peste ser atraída pela sujeira das ruas e maus costumes sanitários dos baianos. Em junho de 1900, num artigo de capa intitulado *O ma da bouba*, o redator sugeria ao intendente municipal, José Eduardo Freire de Carvalho Filho, providências saneadoras para evitar enfermidades como a peste bubônica: “*Achemo qui o dito cujo intendedou devêra alimpá a poiquêra dos arruado e abrigá os moradou tombem alimpá as sua habitação pru fora e pru dento; ta visto que aonde*



hai aceio de limpeza non pode havê anicetos, apois, elles son fio da poiqueira e a poiqueira é a mã”²⁴

O Jornal de Notícias diariamente comunicava, através da coluna Telegrammas – Interior, os dados sobre o balanço dos enfermos e mortos pela peste já instalada na Bahia, como se pode notar no exemplo, em 13 de agosto²⁵: “Nos hospitais de peste bubônica existiam ante-hontem 93 doentes, hontem entraram 2 e falleceram 2”.

Foia dos Rocêro, nº 27, 3ª Duminga do mês de junho de 1900, Editorial *O má da bouba*

24- O título *O ma da bouba* parece referir-se à peste bubônica - Achamos que o dito cujo intendente deveria limpar a porcaria das ruas e abrigar os moradores, também limpar as suas habitações por fora e por dentro, está visto que onde há asseio de limpeza não pode haver insetos pois eles são filhos da porcaria e a porcaria é a mãe.

25- Edição nº 6167, 13 de agosto de 1900.

No final do século XIX e início do século XX, de acordo com Eloísa Pinheiro (2002), a população de Salvador ainda se ressentia da precariedade dos serviços de água, iluminação e esgotos. Maus hábitos higiênicos das pessoas, insalubridade pública, infraestrutura deficiente e a própria miséria favoreciam a propagação de epidemias. O poder público, diante da mortalidade causada pelas epidemias, tomava medidas como a criação de hospitais e cemitérios em locais mais afastados, mecanismos de saúde pública gratuita, limpeza urbana, obras de saneamento dos matadouros, mictórios públicos e serviços de recolhimento de matérias fecais.

Segundo a pesquisadora, os poderes públicos, sob a pressão dos empresários que buscavam fluidez para suas mercadorias, concorreram para uma mudança urbanística que se refletiu em uma melhoria da infraestrutura. Modernizar era preciso,

Uma cidade civilizada e moderna tem de ser limpa e higiênica. Os engenheiros e os médicos estão à frente das transformações que se produzem na área urbana, para mudar as condições de salubridade de Salvador, incompatíveis com os ideais de uma sociedade civilizada. Mudar o aspecto de higiene da capital é um dos passos para atingir a modernidade (PINHEIRO, 2002, p. 211).

Essa era a tônica econômica e social da velha Bahia: doenças, falta de infraestrutura sanitária, transportes deficientes etc. Era esse o dia-a-dia da população da capital baiana no período. Kátia Mattoso (1992) informa que mesmo quando, por volta do fim do século, os transportes coletivos impuseram-se, bom número de baianos obstinava-se em se fazer carregar por braços humanos²⁶, aliás, esse era um meio de transporte menos dispendioso que o bonde!

Mattoso reporta-se a Novais Sampaio (1978) que analisa a letargia em que vivia a Bahia no final do século XIX, questionando se não seria em virtude da esclerose da economia e das resistências de relações sociais gastas. A historiadora exemplifica itens que concorreram para a situação letárgica, tais

26- A autora refere-se às cadeiras de arruar, cujos carregadores eram escravos.

como a insuficiência dos meios de comunicação. Além desses havia a manutenção de mitos sobre a falta de mão-de-obra; a existência das terras férteis inesgotáveis; a glória do senhor de engenho, *etc.* (MATTOSO, 1992, p.649).

A mobilidade social tomava corpo na Bahia do final do século XIX. De acordo com Mattoso (1992), o senhor de engenho começava a ser substituído por uma elite múltipla e já se podia encontrar trabalho nos setores militares, administrativos, marítimos e comerciais. Fraga Filho (1996) reafirma o estado crítico da área econômica nas terras da Bahia carente:

Períodos de crise, entremeados por outros de recuperação econômica, marcariam a vida econômica da Bahia naquele período. Essa extrema instabilidade revela uma economia bastante frágil, conseqüência da dependência a um mercado externo sempre imprevisível e instável (FRAGA FILHO, 1996, p. 30).

Os três autores, Novais Sampaio, Fraga Filho e Mattoso, comungam ao analisar a economia do final do século XIX e início do século XX. Em termos de trocas de mercadorias, os baianos eram dominados pelos estrangeiros, sobretudo os ingleses; por outro lado, aos patrícios cabia, com maior eficiência, o financiamento das atividades agrícolas.

Antonio Risério (2004) cita Sampaio ao resumir a situação de crise do início dos tempos republicanos, quando a Bahia tinha uma grande dívida externa que renunciava renovação para o Centro-Sul do país, enquanto para o Nordeste e Bahia, em particular, significava “marasmo econômico, perda de prestígio político e ameaça de conturbação política e social” (NOVAIS SAMPAIO apud RISÉRIO, 2004, p. 405).

Essa é uma radiografia panorâmica da Mulata Velha na esquina “entressecular”, uma expressão de Risério (2004), caracterizada por práticas sociais, políticas e econômicas tributárias do ranço do século XIX. Breve chegaria o “processo modernizador” que não conseguiria mudar as linhas culturais já desenhadas pela matriz luso-africana.

JORNALISMO HUMORÍSTICO: o riso subversivo da notícia

No segundo capítulo, primeiramente será abordada a forma linguística usada pelos moradores da roça, demonstrando como essa marca identifica o periódico e enaltece uma característica histórica na formação dos falares da Língua Portuguesa, que mais tarde foi valorizada pelo Movimento Modernista. As teorias do humor, riso e ironia devem fundamentar o leitor para entender as raízes do estilo xistoso muito empregado nos pequenos periódicos, com peculiaridades humorísticas do final do século XIX. O tema censura será abordado como uma experiência velada que atingia, mormente, os pequenos jornais de feições alternativas.

O uso de pseudônimos também era justificado como uma medida protetora contra as práticas de sufocamento. O fato de assinar as colunas ou editorial com outro nome foi observado através do estudo da função autor, construída sobretudo, a partir de certa legitimidade atribuída ao discurso pelos receptores. Uma curta história das ilustrações é outra faceta da imprensa humorística apreciada nesse estudo do *Foia dos Rocêro*. Caricaturas textuais, charges e vinhetas completam o sentido e, ao mesmo tempo em que se analisam seus reflexos no entendimento da notícia. São classificadas como uma vertente opinativa.

A LINGUAGEM CAIPIRA

O termo *caipira*, de acordo com a hipótese de Antonio Geraldo da Cunha citado por Marilza Oliveira e Verena Kewitz (2002), procede do tupi *caipira*, por alteração de *caipora* ou *corupira*, que designava os demônios que viviam nas matas. A palavra veio a significar, por associação, o homem do campo, contrastando-o ao homem da cidade. Inicialmente, configurava o paulista da zona rural, mas depois o termo estendeu-se para todo morador do campo no Brasil.

A forma dialetal caipira se configura por diferenças no nível morfosintático e fônico. Ou seja, a pronúncia das palavras difere da norma culta da Língua Portuguesa que se aprende nas instituições de ensino. No âmbito morfosintático, o linguajar afasta-se da concordância nominal (*As coisa do Rocêro*) e da concordância verbal (*Nóis barganhamo o nome da Foia*). Em relação ao aspecto fônico há alterações de inclusão de vogais (*alavantaro, dificuldade*); supressão de consoantes (*papé, animá*) ou redução dos ditongos nasais em final de palavra (*viage, bença, correrero*). Esses são alguns dos exemplos que caracterizam a linguagem caipira, normalmente associada ao homem não escolarizado que não vive e não conhece o progresso, tal como o senso comum interpreta.

A linguagem caipira, por estar excluída da norma oficial de escrita do idioma, provoca juízos críticos, engraçados e desperta preconceitos por ser diferente. De natureza coloquial e simples, a forma dialetal do jornal *Foia dos Rocêro* representa uma das marcas que o identificam. Parece crer que o *Coroné Zé Perêra Capa Bode* organizou um dicionário próprio para manter a comunicação com o público, ou seja, era necessário elevado nível de criatividade para reproduzir um vocabulário específico, que deveria ser repetido, igualmente, em todos os textos, colunas e exemplares.

A diferença da linguagem, referida acima, longe de ser uma invenção, tem origens históricas que foram explicadas pesquisadora Rosa Virginia Mattos e Silva (2002). Segundo ela, o *português popular brasileiro*, composto na oralidade, teve seu principal elemento difusor na população de origem africana, que teve de abdicar de suas línguas, e adquirir a língua de dominação, reformatando-a profundamente (MATOS E SILVA, 2002, p. 456).

Trata-se de um fenômeno linguístico oriundo do deslocamento de adultos por emigração, imigração, diásporas ou dominação de territórios em guerras contra outros povos. O desterrado passa a adaptar o novo idioma aos sons que ele já conhece e, dessa maneira, novas palavras são criadas pela urgente necessidade de comunicação. Assim ocorreu com todas as línguas românicas nascidas entre os povos conquistados por Roma e também com os escravos vendidos ao Brasil.

A pesquisadora considera, ainda, que a linguagem adquirida na oralidade, sem controle da normatização escolar e da escrita, portanto, em situação de “*aquisição imperfeita*” ou de “*aprendizagem irregular*” (LUCC-CHESI apud MATTOS E SILVA, 2002, p. 460), resultou nas formas do que ela denominou do *português brasileiro popular*. Entre tais formas, deduz-se, estaria incluída a fala caipira. Essa língua popular derivaria, assim, do encontro multilinguístico das populações que formaram o Brasil, mas teria tido, como principal elemento difusor, o descendente dos africanos.

As pesquisadoras paulistas Oliveira e Kewitz (2002) também confirmam o nascedouro da linguagem dos *tabaréus* a partir de observações compartilhadas pelo viajante Saint-Hilaire²⁷ (1976): deslocando-se de Minas para São Paulo, ele notou que, enquanto os agricultores mineiros falavam a língua de forma próxima ao europeu, os moradores da zona rural de São Paulo falavam “mal” o idioma. O próprio viajante, segundo as autoras, encontrou a explicação no fato de que, na zona rural mineira, viviam descendentes de portugueses, enquanto a área paulista era habitada por mestiços. As autoras dizem, ainda, que a desqualificação do caipira está ligada aos interesses da elite sulista:

Usava-se a ideia de desqualificação do caipira para justificar a adoção de uma política voltada para a implantação do trabalho de braços europeus, [...], pois o ideário de progresso e civilização, para a elite, só poderia ser materializado pelo branco europeu (OLIVEIRA e KEWITZ, 2002, p. 141).

Essa desqualificação dominou o território nacional, e o homem caipira, assim como sua expressão, passou a receber interpretações depreciativas tais como “desinformado”, “ignorante”, “avesso às novidades” e “incivilizado”, que marcam uma contraposição entre o urbano e o rural; o rústico e o civilizado; o mestiço e o branco (ou português). A imposição de progresso

27- Pesquisador botânico e naturalista francês que esteve no Brasil de 1816 a 1822.

implantada no país, no início do século XX, era pautada em modelos europeus tanto no que diz respeito à arquitetura das cidades como nas normas de comportamento que descartavam o popular, os costumes africanos e também o caipira. Em contraposição ao estrangeiro idealizado, via-se o homem do campo como indolente, sem ambição ou incapaz.

Amadeu Amaral, em seu livro *O dialeto Caipira* (1995), faz uma viagem pela fonética, léxico, elementos precedentes, assim como pelas diferenças regionais e contextualização da linguagem no início do século XX. O autor diz que a substituição do braço escravo pelo assalariado afastou os brancos da convivência cotidiana dos negros, modificando um dos fatores da diferenciação dialetal. Mas, acredita-se que isso não ocorreu completamente, pois pelo menos para o redator do *Foia* falar caipira era uma regalia.

O *Coroné Zé Perêra Capa Bode*, no exemplar nº 15 da *Foia dos Rocêro*, em fevereiro de 1900, escrevia ao Capitão Jacinto Sampaio, autor do Folhetim editado no jornal, para esclarecer que o colaborador e outras pessoas que estavam fora do círculo demarcado pela linguagem não dominavam o dialeto. O redator considerava-se do campo, mas nem por isso excluído, ao contrário dizia: *Eu sou Coroné e voincê Capitão. Memo qui a voça sinburia ainda non tirou o privilegio de iscrevê e fallá no traviá da língua da gente cá de fora, arrepare dereito qui tanto adiente cumo atrais de voça sinburia hai munta gente.*²⁸

Para o *Coroné Capa Bode*, a forma dialetal exclusiva do semanário, não demonstrava ignorância, antes significava um código a que poucos tinham acesso. Esse diferencial exigia do “estranho” um aprendizado que se traduzia como privilégio da gente cá de fora, ou seja, de um espaço exclusivo. O discurso do redator transparece autonomia, orgulho, altivez e franqueza do homem do campo. A ausência de retórica não tirava a honra do roceiro.

O afastamento dos falantes caipiras do mundo que se queria “civilizado” e sua ausência das salas de aula geraram não apenas a exclusão, como o senso comum de erro linguístico, ainda que haja controvérsias. O

28- Mesmo que V.Sa. ainda não teve o privilégio de escrever e falar no trivial da língua da gente cá de fora, repare direito que tanto adiante como atrás de V.Sa. há muita gente...

sociólogo José de Souza Martins alerta que o considerado “falar errado” nesse caso, de fato, não é “errado”. O dialeto caipira, defende o professor, é uma variação dialetal da língua portuguesa fortemente influenciada pelo nheengatu (tupi regulado pela gramática da língua portuguesa, com inclusão de palavras espanholas e portuguesas):

Naverdade, o dialeto caipira, resíduo de uma proibição do rei de Portugal, se refugiu no interior do Brasil, onde era menor o alcance da repressão linguística determinada pelo monarca no século XVIII. Além disso, a fortíssima presença do negro escravizado nessa costa atenuou a importância do dialeto caipira e introduziu sonoridades de línguas africanas, o que é bem claro na Bahia e em Pernambuco, mas também no Rio (MARTINS, s/d).

A linguagem interpretada como caricatural pode ser considerada agramatical, porém em termos linguísticos é aceitável pelos estudiosos da matéria. Para o especialista em cultura popular, as dificuldades de pronúncia de certos sons da língua portuguesa pelos índios dos séculos XVI a XVIII e também pelos mestiços e seus descendentes marcaram as sonoridades do dialeto caipira. A informação é confirmada pelas pesquisas de Mattos e Silva (2004), como já foi citado, autores segundo os quais o português geral no Brasil seria fruto da herança da língua do índio autóctone, do europeu colonizador e do negro africano que aqui chegou no século XVI.

O estrangeiro que veio trabalhar nas terras brasileiras foi valorizado em detrimento ao elemento nacional. De acordo com as autoras citadas abaixo, dessa situação surgiria uma outra acepção do termo caipira, definida por oposição ao colono europeu, “*distinta, ainda que aparentada*” de preguiçoso e vadio e “*que passou a ser a definição do brasileiro enquanto tipo social simbolizado nas personagens Jeca Tatu e Macunaíma*” (NAXARA apud OLIVEIRA e KEWITZ, 2002, p. 142). Todavia o Jeca Tatu não simbolizou somente o aspecto negativo do caipira, já que Monteiro Lobato, quando criou o personagem, estava contribuindo com a “renovação

estética” das artes e letras e com a valorização do elemento nacional por meio da figura do homem brasileiro do sertão (COUTINHO, 1980).

A linguagem sertaneja dos roceiros, portanto, pode ser apreciada à luz da inquietação que há muito provocava os intelectuais do país desde a segunda metade do século XIX, quando se buscava uma autodefinição nacional. O Pré-Modernismo e o Modernismo, que eclodiram com raízes fincadas no passado, valorizavam a realidade do país, temas nacionais, folclóricos, históricos, regionais e com uma linguagem brasileira.

Para Daniel Lobato Duclós (s/d), apesar de alguns jornais procurarem adotar uma norma mais formal, outros buscavam maior identificação com as formas populares, havendo assim, jornais para todos os níveis socio-culturais. A imprensa brasileira, como instituição oficial regida pelas normas da Língua Portuguesa culta, sempre foi escrita seguindo a gramática normativa. Existiram diferentes periódicos humorísticos na Bahia, porém a *Foia dos Rocêro* e a *Gazeta dos Roceiros* são muito provavelmente os únicos exemplos de impressos onde se escrevia em “linguagem dos tabaréus”.

Tido talvez como um caso extremo pelos “protetores” da fala tradicional, a escolha linguística do semanário também provocava ameaças e pressão ao *Coroné* por parte dos políticos, como demonstra a reclamação presente no exemplar nº 35 que comemorava o aniversário de um ano de publicação, lançado em agosto de 1900. *Diz os Abiudo...*

...qui um tá zarolho pru nome Jão Farnande, Consieiro ingrocêro, lambedou de cardo, instradou das butina dos Papa-mé, feis uã fallação na Cambra na derradeira ajuntação qui teve pra modê vê se s'acaba cá Foia dos Rocêro, diz qui pruvia de já ta distraviando o fallá das criança piquena.²⁹

A forma de noticiar do periódico da roça incomodava os poderes oficiais. Como já foi citado, é marcada a ausência das reclamações feitas sobre o *Foia* em atas de reuniões, publicações institucionais ou nos jornais consi-

29 - Dizem os abelhudos que um zarolho por nome João Fernandes, Conselheiro bajulador, falou na Câmara na última sessão, para acabar com a *Foia dos Rocêro*, porque está prejudicando a fala das crianças pequenas. Nº 35, 3ª Duminga do mês de agosto de 1900.

derados como parte da grande imprensa do período analisado (1899-1900). Acredita-se que esse fato simboliza um olhar de menos importância à imprensa alternativa. Tal aspecto encontra apoio nas pesquisas de Saliba, que afirma que o recurso cômico era pouco difundido no final do século, além de haver um “*mal disfarçado desprezo da cultura em geral pela produção humorística*”, associada ao degradante, agressivo... (SALIBA, 2002, p. 43)

No terceiro ano em que a *Foia dos Rocêro* circulava, surgiu, em 1901, um outro semanário intitulado *Gazeta dos Rocêro*, que parece uma dissidência do anterior, ou mesmo uma brincadeira do redator, em vista das inúmeras semelhanças, desde o estilo humorístico das colunas, a linguagem caipira, o nome dos redatores, a linha editorial e formato gráfico. Nasceu e morreu logo em seguida, constando apenas dois exemplares na (ABI) Associação Bahiana de Imprensa.

Órgo Uficiá da Gente da Roça – Redatou-Proprietaro Coroné Mané Capa Gato



Gazeta dos Rocêro - Anno I – 30 de meis de março de 1901- n 2

Nos *Anais da Imprensa da Bahia* (1911) se encontra o registro de um “*periódico ilustrado e chistoso*”, denominado *Foia dos Matuto*, datado

de 6 de julho de 1907/1908, mas sem referências de redator ou exemplares sobreviventes nas bibliotecas baianas para pesquisa.

É importante registrar que a linguagem caipira faz parte, nesse caso, do jornalismo humorístico praticado pelo *Coroné Capa Bode*, uma vez que provocava no leitor, antes de qualquer reflexão, o riso. Outro propósito do redator-chefe era gerar a proximidade e a identificação, que também se constituem características do humor, já que o efeito engraçado desarma e faz com que o leitor se envolva mais com a história.

Através do texto publicado em agosto³⁰ de 1900, o redator-proprietário justifica a publicação de versos escritos em português culto, enviado por um crítico do governador Luiz Vianna, assinado por *Tébas*. Cabia ao jornalista explicar, ao seu público leitor, o porquê da nota escrita fora do padrão de linguagem do jornal.

Oiem bem !,

Esses verso sahiu tudo distraviado na trografia
pruvia do moço quiscreveu sê da cidade, é pur esse
cunsguinte nem sabe a língua da gente.³¹

As escritas caipiras caracterizavam um recurso usado pelo redator para fidelizar seu leitor real e presumido. Afinal houve um rompimento do “contrato” pré-estabelecido que precisava ser explicado. A atitude do Coroné liberava o autor e os versos para serem publicados na *Foia*; mesmo não seguindo o código diferenciador, seu poder autorizava e legitimava a fala do moço da cidade que não sabia a língua dos roceiros.

Seria justo valorizar o dialeto caipira, constante nas páginas do semanário, como uma atitude do *Coroné Capa Bode* não só de demarcar um

30 - Exemplar nº 36, 3ª Duminga do mês de agosto de 1900.

31- Esses versos saíram destraviados/desencontrados na tipografia, porque o moco que escreveu é da cidade, é por esse motivo que não sabe nossa língua.

produto de comunicação legitimado enquanto Português popular, como de chamar atenção dos poderes para um falar resultante de conjunções históricas de imigrantes massacrados. Afinal, na sociedade, “predomina uma visão elitista e excludente que circunscreve a língua a um padrão normativo anacrônico, decalcado dos modelos do português europeu” (LUCHESEI, s/d).

O jornal *Foia dos Rocêro*, além disso, parecia mostrar, com essa escolha dialetal, que o caipira ou analfabeto não era alienado, ignorante ou desinformado como poderia parecer. Conforme os diálogos de roceiros nas colunas do periódico, eles se interessavam pelas notícias da cidade, discutiam os procedimentos políticos e assumiam um posicionamento crítico diante das mazelas sociais e administrativas.

A forma humorística que o editor-chefe do jornal *Foia dos Rocêro* encontrou para escrever, sob a estratégia linguística da forma dialetal caipira, não se justificava apenas por ser engraçada. Havia propósitos de conquistar o leitor, criticar e, provavelmente, provocar o poder. Estratégias escolhidas, assim, para combater arbitrariedades com certa liberdade que se opunha à falta de respeito a ideias diferentes na virada do século.

O HUMORE E A IRONIA COMO ESTRATÉGIAS DO DISCURSO

A palavra humor, do latim *humore*, estava ligada originalmente à literatura médica e às teorias de Hipócrates voltadas para o controle da saúde e emoção humanas. Considerado como fluido do corpo, os temperamentos eram classificados de acordo com a diferença entre a quantidade de um dos quatro humores do ser humano: o sangue, a fleuma, a bílis amarela e negra. Assim, os melancólicos tinham excesso de bile negra e os coléricos mais bile amarela, por exemplo. Para Fonseca (1999), supunha-se que os quatro humores harmonizados resultavam em saúde.

Dos tempos medievais vem uma contribuição para entender as raízes do humor, assim como a presença do riso no folclore e nas festas populares da praça pública. As festas da Idade Média, com destaque para o car-

naval, ofereciam um espetáculo cômico que abarcava as relações humanas, modificando a visão do mundo, numa versão não oficial, exterior à Igreja e ao Estado; [...] “*pareciam ter construído, ao lado do mundo oficial um segundo mundo e uma segunda vida*” (BAKHTIN, 1999, p.5).

Nessa segunda vida, o povo vivia como que numa república sonhada de liberdade, igualdade e abundância em ocasiões determinadas. Enquanto as festas oficiais consolidavam a ordem vigente, a desigualdade, os tabus religiosos e políticos, as populares criavam a fantasia que abolia, temporariamente, a hierarquia social, promovendo uma convivência livre da separação de classes e mais humana com seus semelhantes. Nessas circunstâncias, a festa era do povo e para todo o povo, vivida e não assistida, a ponto de não se poder escapar das suas leis, isto é, as leis da liberdade (BAKHTIN, 1999, p.6).

Os relatos de Bakhtin, que tratam do contexto da cultura popular na Idade Média e do Renascimento tal como revelados pelo escritor medieval François Rabelais, enaltecem a significação do riso carnavalesco, que não reflete um fato cômico isolado, mas uma reação coletiva; trata-se, em primeiro lugar, de um patrimônio do povo, por isso riso geral e festivo,

Em segundo lugar, é *universal*, atinge a todas as coisas e pessoas [...], o mundo inteiro parece cômico e é percebido e considerado no seu aspecto jocoso, no seu relativismo; por último, esse riso é *ambivalente*: alegre e cheio de alvoroço, mas ao mesmo tempo burlador e sarcástico, nega e afirma, amortalha e ressuscita simultaneamente (BAKHTIN, 1999, p. 10).

Essa ideia de que o fato cômico, expresso nas festas populares da Idade Média, era uma reação coletiva leva-nos a afirmação de Rachel Soihet (1998) de que o recurso ao riso como instrumento de crítica é uma prática muito antiga. O homem medieval, conforme a autora, sentia-se vitorioso sobre o medo das proibições autoritárias, do sagrado e interdito através da liberdade do riso: “*Antes de tudo, uma vitória sobre o medo moral que acorrentava, oprimia e obscurecia a consciência do homem*” (SOIHET, 1998, p.12). A propósito do riso ambivalente, Benetti (2007) acentua, ainda, que a ironia é um tipo específico da ambiguidade, entendida como uma estratégia discursiva.

Seguindo a linha da bravata proporcionada pelos recursos cômicos, Vladimir Safatle (2006) observa que um dos recursos mais usados pela crítica esclarecida foi o riso como modo de desmascaramento das imposturas do poder. O estilo irreverente no jornalismo da virada do século pode também ser entendido como uma estratégia para enfrentar o poder político local, uma escolha “revolucionária” dos proprietários e redatores dos veículos para se diferenciarem do tradicional conservadorismo da imprensa e uma forma de aproximar-se do leitor mais popular.

Com o passar do tempo, a cultura do riso vai sendo “sistematizada”. A partir do século XVII, a cultura ocidental criou paradigmas sobre tipos de riso: o primeiro deles classificava duas ordens, a do “bom riso” – positivo ou alegre – e a do mau riso, negativo (“o rir de...” ou “rir contra...”, o riso cínico ou satírico) (SALIBA, 2002). O outro modelo referia-se à teoria da superioridade e do distanciamento³². Conforme Saliba (2007), são teorias provenientes da tradição clássica dos filósofos que trataram do tema (Aristóteles, Hobbes, Kant etc.) e que foram de certa forma superadas no século XX, (na *Belle Époque*), pelas concepções mais modernas de Freud, Bergson, Pirandello³³ e outros.

O “bom riso” é considerado o cômico, com finalidades positivas, encontrado nas *anedotas joviais, casos galantes, chalaças, trivialidades de bom gosto etc.*; o “mau riso” ou o cômico degradante aparece nos *ditos agudos, sátiras, tiroteios, carapuças, ratices etc.* (SALIBA, 2006, p. 49). O que provoca o riso seria algo de diferente e incongruente introduzido na ordem natural dos fatos. Esse elemento diverso implicava, de acordo com as teorias clássicas, numa degradação do objeto risível e na “superioridade” e “distanciamento” daquele que ri.

A respeito de jornais confessadamente humorísticos, a antropóloga e historiadora Paula Ester Janovitch (2006) informa que, em 1839, foi im-

32- Saliba (2007) salienta que a “superioridade” é aquela do sujeito não envolvido na situação cômica e aquela do objeto provocador do riso; a teoria do distanciamento diz respeito ao “distanciamento ‘superior’” de quem ri.

33- Os ensaios e livros desses autores tornaram-se referências para as pesquisas posteriores sobre o riso.

presso o primeiro jornal irreverente em São Paulo: *O Pensador*. Nesse período surgiram outros títulos, os quais, por meio do humor, teciam suas críticas à fé católica, à política, à vida urbana, aos fundos públicos e mesmo aos habitantes elevados à condição de personagens. No Rio de Janeiro, em 1844, já se divulgavam jornais humorísticos com ilustrações. *A Semana Ilustrada* (1860/1875) pode ser considerada a primeira revista ilustrada importante no Brasil, publicada e editada por Henrique Fleuiss e Ângelo Agostini, perdurou por 15 anos (BAHIA, 1990, p.123).

Ângelo Agostini lançou depois, em 1876, a *Revista Ilustrada* também no Rio de Janeiro. Segundo Marcus Tadeu D. Ribeiro (1999), a revista marcou a história do jornalismo brasileiro tanto pelo fato de ser um hebdomadário desenhado pelo grande ilustrador ítalo-brasileiro Agostini, como pela liberdade e independência de opiniões expressas em suas páginas. Num clima de irreverência, Ribeiro indica que a

[...] “imprensa alegre” tem levado alguns historiadores a julgar que se tratava de um jornalismo de oposição à monarquia, mas a regra não se aplica de forma tão ampla quanto se tem imaginado. Na verdade, vários desses periódicos surgiram e se desenvolveram exclusivamente sob o apoio governamental ou, não raro, com o patrocínio direto de altos funcionários do poder público (RIBEIRO, 1988).

O autor completa a informação dizendo que a própria *Semana Ilustrada* era um jornal áulico [palaciano], sempre disposto a apoiar os sucessos da monarquia e dos vários gabinetes de ministros. Através de suas *charges*, a *Revista Ilustrada* (1876-1898) exerceu influência numa sociedade com baixo índice de alfabetização, tendo assim desempenhado papel relevante na formação da opinião pública. Acredita-se, como será exposto mais adiante, que a função social descrita foi preenchida por outros veículos, tais como o *Foia dos Rocêro*, no mesmo período.

O jornalismo de cunho humorístico, construído em narrativa irreverente, deve também seu aparecimento aos conteúdos críticos herdados dos jornais

“apimentados” nos meados do século XIX. Essa escrita surge com fortes traços de crítica social, aliada a inovações na linguagem e nas ilustrações caricaturais. Conforme Janovitch (2006), as folhas dialogavam com o dia a dia da cidade, com bom humor, destoando das revistas que mostravam “a face mais civilizada da cidade”; apontavam para as questões do momento, espezinhando os políticos com palavras e desenhos (JANOVITCH, 2006, p.18).

As publicações humorísticas explicitavam, para Janovitch (2006), uma irreverência mais concisa e automática, já mostrando fragmentos da cultura modernista, exercícios de novos modos de linguagem.

Esses espaços de humor na imprensa existem desde o meado do século XIX, sob a forma de textos ou do traço. Nomes como Rafael Bordalo Pinheiro, Ângelo Agostini, Auguste Sisson, Henrique Fleuiss, Pedro Américo, K. Lixto, Alvarus e outros menos conhecidos do público, são nomes de ilustradores que reportaram a política e os costumes, e se destacaram nas páginas humorísticas dos jornais brasileiros do final do século XIX e início do XX. Os artistas da pena, conforme Bahia (1990) assinavam espaços valorizados nos diários e nas revistas, preferidos por leitores que privilegiavam o humor, “*a opinião política ilustrada, o desenho que facilita a compreensão dos fatos*” (BAHIA, 1990, p. 125).

Em texto sobre o humor, Sigmund Freud (1978) explica que o ego se recusa a sofrer. Dessa forma, os conteúdos humorísticos seriam instrumentos sociais e individuais utilizados para aliviar a humanidade. O pensador afirma que os homens “*querem ser felizes e assim permanecer*” (FREUD, p.94), portanto, almejam a felicidade e afastam-se do desprazer o do sofrimento. A vida do homem então, conforme Freud, está baseada no propósito do princípio do prazer e é nesse sentido que “*o humor não é resignado, mas rebelde*” (FREUD, 1978, p. 191). O ser humano, através do humor, foge mentalmente à compulsão de sofrer, conforme Freud (1978). Trata-se de ato de subversão, inconformidade, desobediência ou resistência.

De acordo com Bozi (2006), o riso na imprensa, por meio das charges, reflete sua importância e o papel que desempenha como agente de resistência. Desde o século XIX, vários periódicos foram lançados e,

[...] em diversos deles, a principal característica era seu caráter revolucionário, seu discurso de protesto. Como forma de contestação, deboche e achincalhe, desafiando o poder, recorria-se também ao humor, expresso, sobretudo, nas charges de caráter político (BOZI, 2006, p. 7).

Em tempos de repressão, sobretudo, os instrumentos de irreverência, humorismo crítico e criatividade são usados para driblar o cerceamento à imprensa.

Em prefácio do livro de Janovitch (2006), Saliba menciona que a “pequena” imprensa trilhava o caminho do humor e irreverência contra o noticiário sério dos grandes matutinos. O pesquisador acrescenta que são muitos os sinônimos para esse tipo de jornalismo: *imprensa irreverente, impertinente, libertária, ferina, hilária, cáustica, escarninha, caricata, jocosa, peralta, pilantra, malandra, pândega e pilheriosa* (JANOVITCH, 2006, p. 12).

São muitos os exemplos dessa apropriação do humor e irreverência nas colunas do jornal *Foia dos Rocêro*. Vejamos a coluna *Imbirrança* do nº 20 (abril de 1900), que criticava uma decisão da administração do vapor de Juazeiro em limitar o peso das bagagens de passageiros com fim de sustar o contrabando:

Imbirrança

- Imbirrei, cumpade
- Cum que, home?
- Cá nova leis da istrada do vapou do Juazeiro
- [...]
- Diz qui agora hade levá marmente uã trôxa de roupa qui peze deis kilo.
- [...].
- Oixen deis kilo peza 2 carça de tororó, um chapéo de couro e um pá de sóco; agora camiza, lenço de limpá nariz e siloura?
- Home, eu tou quoje dizendo a voincê qui é mais

mió o viageiro, meu sinhou, alugá um animá de sella, sustentando um bizinho a chicutatre c'um requeijão inté disapiá dentro do Juazeiro, do qui tomá o vapou da istrada. [...]

O Imbirreiro³⁴

Esse exemplo mostra que, além de noticiar as ocorrências da vida urbana, o jornalismo de tendência humorística do *Foia* incluía a crítica a decisões administrativas que atingiam a vida dos baianos no interior do estado. O Imbirreiro falava de um assunto sério que atingia o segmento que precisava usar a embarcação ao longo do Rio São Francisco de forma irônica e engraçada. Dizia, ainda, que era melhor o viajante sustentar um animal a chocolate e requeijão até chegar em Juazeiro, do que tomar o vapor da estrada.

O jornalista, nesse estilo de noticiar, tinha mais abertura de usar sua criação de uma maneira leve e com maior penetração popular, visto que os governos oligárquicos não proporcionavam ampla liberdade de expressão (principalmente a quem ferisse seus interesses).

No ambiente político-social, havia falta de respeito às ideias diferentes daquelas do grupo político que dirigia o estado. “Valia quem mandava” e contestações à política federal, segundo Dias Tavares, aconteciam nos estados em via de industrialização; na Bahia, o domínio era do comércio e das oligarquias, localizado, sobretudo, na região do Recôncavo.

Para falar de imprensa caricata em terras baianas, o jornalista Gutemberg Cruz (1997) registra que, em julho de 1831, já circulava em Salvador, *O Pereira*, jornal humorístico que editou 26 números até abril de 1832, reaparecendo no período entre 1835 e 1836. Informa-nos ele que no período de 1880 a 1900, a Bahia já publicava mais de 50 periódicos

34 Imbirrei compadre,/ - Com que, homem?! - Com as novas leis da estrada do vapor do Juazeiro // - Diz que agora há de levar malmente uma trouxa de roupa que pese dez quilos.// - Oxente dez quilos pesam duas calcas curtas, um chapéu de couro e uma par de tamancos; agora camisa, lenço de limpar nariz e cueca?! - Homem, eu estou quase dizendo a você que é melhor o passageiro alugar um animal de sela, sustentando o bichinho a chocolate e requeijão até chegar em Juazeiro, do que tomar o vapor da estrada...// O imbirreiro

humorísticos de pequeno formato e de curta duração. Entre eles estão *O Satanaz*, *A Troça*, *O Neto do Diabo*, *O Papagaio*, *Foia dos Rocêro* e *D. Ração*. Satíricos, audaciosos, irreverentes (CRUZ, 1997, p.17).

Nessa virada do século XX, alguns periódicos insurgentes e de vida breve apareceram, segundo *Os Annaes da Imprensa da Bahia* (1911). O jornal *A Coisa*, que foi lançado em agosto de 1897, durou até 1900. Apresentava-se em sua epígrafe como “*Jornal, Crítico e Humorístico, de pequeno formato e ilustrado*”. Em dezembro do mesmo ano, surge *A Malagueta* que, segundo seu primeiro editorial, vinha preencher uma lacuna na imprensa do estado. “*A ausência de um jornal ilustrado, crítico e humorístico de há muito se faz sentir no seio da população bahiana*” (*A Malagueta*, 15.12.1897, p. 1). De publicação quinzenal, durou apenas um ano, até 1898.

Outros periódicos foram lançados, tais como *O Mundo em Ceroulas* (1899) *O Papa-mel* (1900), *Gazeta dos Rocêro* e *A crítica dos Rocêro* (1901), *A crítica* (1903), *O Papão*, *O Pimpolho* e o *Arara* (1904) (CARVALHO & TORRES, 1911). Esses são alguns dos exemplos de jornais de pequeno porte de tendência galhofeira que “recreavam os baianos” na última década do século XIX e na primeira do XX (CARVALHO & TORRES, 1911, p. 55).

Aloysio de Carvalho Filho cita Isaias Alves para evidenciar como os diários da capital e do Rio, com seus textos diferenciados, artigos e colunas satíricas, eram aguardados pelas famílias baianas que viviam no interior:

Do *Jornal de Notícias* a coluna em versos de Lulu Parola era o primeiro contato com a inteligência da capital. Havia na imprensa da época uma atitude didática em que, no artigo de fundo ou na coluna humorística, o cidadão do interior bebia o vinho comunicante do seu credo (ALVES apud CARVALHO, 2005, p. 60).

O trecho demonstra a importância dos periódicos na formação dos leitores, ressaltando particularmente o papel dos textos humorísticos, seja em espaços reservados na grande imprensa ou nos próprios semanários que usavam as características do humor para falar ao seu público. Não era de estranhar, afirma o autor, “*o gosto pela notícia crítica, sob o disfarce do gracejo*”

(CARVALHO, 2005, p. 60). Pela própria linguagem elaborava-se um texto com intenções sérias de comunicar, com aparência de graça.

A maior parte dos efeitos cômicos, conforme Henri Bergson (1983), são produzidos por intermédio da linguagem. O filósofo francês diferencia o riso que a linguagem exprime daquele que ela cria: para o primeiro, afirma que pode ser traduzível para outra língua com perdas ao passar para uma sociedade nova, diferente por seus costumes, literatura e, sobretudo por suas associações de ideias; o segundo é intraduzível para outra língua porque está ligado à estrutura da frase e escolha das palavras (BERGSON, 1983, p. 57). Bergson detalha que a linguagem só consegue os efeitos do riso porque é obra humana, sua função (do riso) seria a de ressaltar e corrigir a escrita mecânica, o automatismo que contrasta com a atividade livre. Na imprensa, o jornalista pode produzir os efeitos de humor, da emoção ou qualquer outro sentimento, porquanto a linguagem produz efeitos de sentido.

A escrita com características humorísticas, calcadas basicamente no humor e na ironia, é absorvida pelas populações de forma diferenciada, porque as sociedades e as línguas mudam, dinâmicas que são. O filólogo russo Vladimir Propp, ligado ao grupo dos Formalistas Russos³⁵, que também criou uma teoria sobre a comicidade a partir de análise da literatura e do folclore, esclareceu que cada época e cada povo possui seu próprio e específico sentido de humor e de cômico, que às vezes é incompreensível e inacessível em outras épocas. (PROPP, 1992, p. 32). A afirmativa justificava-se, conforme Propp, pela diferenciação histórica, assim como pelas diversidades nacionais ou mesmo sociais, em que classes diversas, dentro do mesmo âmbito nacional, sentem e expressam o humor de forma diferente. Em última análise, pelo próprio caráter individual, segundo o qual “*Lá onde um ri, outro não ri*”. (PROPP, p. 31)

Freud (1978) também escreveu sobre as mudanças que os conteúdos de humor sofrem através dos tempos, tratando o tema como o fator “atualidade”, um dos recursos dos chistes. O pensador observa que alguns deles prescindem da condição de serem compreendidos em qualquer tempo; ou-

35-O Formalismo Russo foi uma escola de crítica literária da Rússia que vigorou de 1910 até 1930. Dela fazem parte escritores como Roman Jakobson. Os participantes do movimento são considerados os fundadores da crítica literária moderna.

tros são perenes, ou seja, os chistes “*contém alusões a pessoas e eventos que foram àquela época ‘atuais’*”, despertando o interesse geral e ainda o mantendo vivo (FREUD, 1978, p. 145).

Isso quer dizer que o leitor dos textos construídos à base do humor e ironia, verbais ou gráficos, precisa estar atualizado com o contexto para entender a linguagem. Tattiana Teixeira (1998) relembra a necessidade de haver uma interação entre leitores e chargistas para compreensão das mensagens implícitas e explícitas, da mesma forma que ocorre em outros gêneros cômicos e nas modalidades discursivas de uma maneira geral (TEIXEIRA, 1988, p. p.47).

Ao ler o jornal *Foia dos Rocêro*, o leitor sente a necessidade, em alguns de seus artigos, colunas e ilustrações, de atualizar-se na vida socioadministrativa e política da Bahia nos anos de 1899 e 1900. Sem esse intercâmbio não há comunicação. Em outros trechos, porém, os temas comentados são passíveis de entendimento, porque certos procedimentos continuam atuais enquanto crítica ao sistema econômico e político do país.

Como uma forma de expressão do humor, a ironia pode ser um recurso para confundir, mexer, confrontar, escapar ou transformar conteúdos sofridos em prazer. Márcia Benetti (2007) cita Cherubim para informar que há quatro modos de expressar a ironia: a *antífrase*, quando se emprega palavras ou frases de sentido contrário; o *sarcasmo*, um modo de desqualificar ofensivo ou até mesmo injurioso; o *eufemismo*, que atenua intencionalmente um sentido que originalmente poderia ser tomado como grosseiro ou chocante; e a *parêmia*, que é o recurso de repetir, de modo debochado, um ditado popular que encerre um caráter irônico.

Freud (1978) considera a ironia uma subespécie do cômico, e corrobora o sentido de contraste ao dizer que se trata do contrário daquilo que se pretende comunicar a outra pessoa, mas fazendo-a entender por gestos, voz ou estilo da escrita. Segundo o pensador, a figura de retórica só pode ser empregada quando a outra pessoa está preparada para escutar o oposto. Se não ocorre essa condição, declara que a ironia se expõe facilmente ao risco de ser mal entendida (FREUD, 1978, p.199).

Benetti (2007) ressalta o entrelaçamento no seio do discurso jornalístico de uma forma geral, antes mesmo das condições de entrosamento entre ironista e leitor. Ela defende que no campo jornalismo existe um acordo entre leitor e jornalista sobre o que pode ser dito e não dito. Trata-se de um contrato de leitura que define o gênero do discurso jornalístico. A produção desse texto específico exige, conforme a autora, uma posição de ambos os lados a partir de um acordo em que o jornalista, que estaria “autorizado” a retratar a realidade; e o leitor, que estaria “capacitado” a compreender esse relato (BENETTI, 2007, p. 4). Jaqueline Koschier (2005), por sua vez, cita a crônica *Ironia*, publicada por Luis Fernando Veríssimo, no jornal *Zero Hora*, em agosto de 1999, após receber sucessivas críticas acerca de seus textos irônicos:

Escrever com ironia é um pouco como escrever em código: a comunicação só funciona se na outra ponta houver um decodificador. Quem se mete a escrever irônica ou satiricamente precisa saber que nem todos têm o decodificador. Não se trata de o leitor ser mais ou menos perspicaz. Ele às vezes simplesmente não tem a informação que o emissor pressupõe que ele tem ou não tem tempo nem saco para ficar decifrando mensagens crípticas que querem dizer o contrário. Ou, o que é o mais comum, o emissor é que não soube transmitir bem a sua intenção. Pecado grave num jornalista, que tem a mínima obrigação profissional de ser claro (VERISSIMO apud KOSCHIER, 2005, p.66).

Veríssimo decifrou bem as lições das teorias linguísticas e de comunicação sobre o poder de interpretar os códigos irônicos. No setor da comunicação, onde se expressam emissor e receptor, ou jornalista e leitor, todos precisam compartilhar do mesmo mundo interpretativo, isto é, ter as mesmas referências. Considerando tal contexto, o emissor jornalista que, presumidamente conhece seu público, deve indicar pistas para dirimir os riscos de um texto irônico não ser entendido e, dessa forma, facilitar a decodificação da mensagem.

O editor do jornal *Foia dos Rocêro* deixou pistas numa carta irônica dirigida ao ex-Secretário do Tesouro e Fazenda do Estado da Bahia (governo de Luiz Vianna), Dr. Rodrigo Falcão Brandão. A autoridade teve a iniciativa de publicar, em jornal da cidade, um testamento para se justificar das insinuações de desvio de verbas do estado. Com o título de *Carta abrida a Dr. Barandão*³⁶, o *Coroné Capa Bode* expõe o secretário à galhofa,

Illuntrismo Incellentisino Sinhou

Isprivitemo no Diaro uã carta de vosiuria qui dava o ventaro im vida do qui pissue voincê, pra mode amostrá ao povaião im gerá qui os seus tê foi herança herdada e nanjes qui seja *azunhado* da Pruvíncia [...]

Non venha cum isso, não; prunque si sabe qui cachorro sabido sabe iscondê o osso.

Pra nois, seu Doutou, a carta de vó-siuria tem munta istuça nos dizê, qu'inté é capais de fazê as peda dos lagêdo chorá pra vê cumo *um pobe nucente padece tanta caluna!! ...*

É isso mémo, seu Barandão quem acupa um postaião d'aquelle qui voincê acupou siturdia, sempe sai cum nome zuim; [...] prunque ainda mémo qui o supilicante seja *séro*, [...] a *farroupia audais* diz logo qui tem visgo de jaca nas unha.

[...] Ah gente mizarave pra gostá de xujá a *lizura* dos home *zonrado !!!*

[...] Dêxe quelles falle, seu Doutor, qui mais tarde, ou mémo já quessa carta de vó-siuria, elles callarão-se-há-sehão [grifos do autor].

Do criado da nobe pessoa Zonrada de vó-siuria.

36- Exemplar Ano I, de n° 39, em setembro de 1900.

Coroné Zé Perêra Capa Bode
(Arrisпитivo o 850 conto qui diz os abiudo... tive
sabendo que é histora.
Ou gente da língua de tamanduá!)³⁷

O redator satiriza a atitude de um integrante do poder, marcando no texto as expressões que denotam a ironia, a exemplo da indicação de que a carta saiu primeiro num *Diário* da capital; depois grifa palavras como *um pobe nucente padece tanta caluna! ou sêro* e ainda, *lizura* dos home *zonrado*. Ficam aqui evidentes o uso do eufemismo e da antífrase pelo *Coroné Capa Bode*. O texto também é sarcástico quando o jornalista compara o secretário a um animal que sabe esconder para proteger-se.

A ironia é um poderoso recurso de formação de opinião, conforme Benetti (2007). A autora afirma que, ao ridicularizar algo, se estabelece um parâmetro de normalidade, indicando o que seria aceitável ou não. Ressalta que a ironia se movimentasempre em favor da moralidade (BENETTI, 2007, p. 8).

O ironista não é imoral: ao contrário, ele obriga a imoralidade a sair do esconderijo, imitando seus defeitos, provocando-os, parodiando sua hipocrisia, de forma que ninguém mais possa acreditar nela (MINOIS apud BENETTI, 2007, p. 8/9).

37- Ilm° Exm° Senhor,Espevitamos no Diário uma carta de V.Sa. que dava o inventário em vida do que possui para mostrar ao povo em geral que os seus ter foi herança herdada e não que seja roubado da Província. [...]

Não venha com isso, não; porque se sabe que cachorro sabido sabe esconder o osso.

[...] Para nós, seu doutor, a carta de V.Sa. tem muita astúcia que até é capaz de fazer as pedras dos lajedos chorarem pra ver como um pobre inocente padece tanta calúnia!!

É isso mesmo, seu Brandão, quem ocupa um posto daquele que você ocupou outro dia, sempre sai com o nome ruim; porque ainda mesmo que o suplicante seja sério, [...] a “farroupilha” audaz diz logo que tem visgo de jaca nas unhas (que tem roubo).

Ah! Gente miserável que gosta de sujar a lisura dos homens honrados. [...] Deixe que eles falem seu doutor que mais tarde ou mesmo já que essa carta de V.Sa., eles calar-se-ão. Do criado da nobre pessoa honrada de V.Sa. Coroné Zé Perêra Capa Bode (A respeito dos 850 contos que diz o abelhudo estive sabendo que é história. O gente da língua de tamanduá!)

O jornalista da *Foia dos Rocêro* se apropria do recurso humorístico da ironia para moralizar o ambiente e mostrar o caminho dos “bons costumes”, aquilo que a sociedade espera dos políticos. Usa das categorias do humor e da ironia para desestabilizar uma imagem criada, segundo o jornalista, sob bases falsas da hipocrisia.

O jornalista *Zé Perêra Capa Bode* parece que tinha talento para provocar o humor. Freud (1978) menciona que apenas algumas pessoas têm disposição para produzir chistes. Estes, na sua ressalva, possuem “espírito”. O redator chefe do *Foia* seria um desses eleitos possuidores de uma faculdade que emerge “*independente da inteligência, imaginação ou memória etc.*” (FREUD, 1978, p. 163). O pensador lembra que nem todos, porém, têm a capacidade de usufruir o prazer humorístico que lhes é apresentado.

Diz os Abiudo...

...qui um ingroçadou levou essa sumana atrasada uã Foia ao Reis Sivi. E quelle quando viu a filuzumia delle pintada na Foia dixê: “Sim, sinhou, tem muito isprito. E quem iscreve isto”? Diz o ingroçadou: “É um rapazinho muderno, qui foi caxêro”.

... qui o dito cujo achou qui o iscrevedou da Foia era um moço de munto intilijumento.³⁸ (Ano I, nº 30, 2ª Duminga do mês de julho de 1900).

Não é exagero reconhecer que o jornalista *Capa Bode* tinha aptidão para produzir, à maneira subversiva, a notícia através de instrumentos cômicos. Além disso, o estilo irônico da linguagem, exercido com a inteligência e criatividade a que os espirituosos são dotados, também pode

38- Dizem os Abelhudos...

...que um engrossador levou essa semana atrasada uma Foia ao Reis Sivi. E que ele quando viu a fisionomia dele pintada na Foia disse: “Sim, senhor, tem muito espírito”. E quem escreve isto? “É um rapazinho moderno, que foi caxeiro”
...que o dito cujo achou que o escrevedor da Foia era um moço de muita inteligência.

ter sido uma ferramenta de contestação aos modos oligárquicos de poder político na Província da Bahia.

PSEUDÔNIMO COMO AUTOR

O nome de um autor não é uma tarefa fácil de detectar. Para o filósofo francês, Michel Foucault (1992) “*o autor não está situado no estado civil dos homens nem na ficção da obra*” (FOUCAULT, 1992, p. 46), ou seja, para um discurso levar o nome de alguém, é preciso que não seja comum e passageiro, porém um discurso recepcionado de forma diferenciada em uma cultura, sob um determinado estatuto. Por conseguinte, para o filósofo, alguns discursos têm função autor e outros não. O autor não é, em consequência, apenas aquele que assina, seja escritor ou jornalista, mas aquele que exerce autoridade e responde pela produção discursiva no interior de uma sociedade.

O mestre francês diz, assim, que um nome de autor não é um nome próprio comum, mas uma descrição, uma designação que assegura certa função classificativa. Um nome próprio autor faz com que os textos se relacionem entre si. O discurso jornalístico, nessa ordem, pode também exercer certo papel a partir do nome próprio que o assina, e o texto passa a transparecer suas ideias, as quais serão identificadas e personalizadas, gerando, além de significados, outros textos, outras notícias, outras interpretações.

Sabrina Passos, em artigo sobre o uso de pseudônimos na obra de Nelson Rodrigues, cita outro filósofo, Gilles Deleuze, segundo o qual

Dizer algo em nome próprio é muito curioso, pois não é em absoluto quando nos tomamos por um eu, por uma pessoa ou um sujeito que falamos em nosso nome. Ao contrário, um indivíduo adquire um verdadeiro nome próprio ao cabo do mais severo exercício de despersonalização, quando se abre às multiplicidades que o atravessam de ponta a ponta (DELEUZE apud PASSOS, 2002, p.3).

Nesse sentido, é possível dizer que Jesuíno Ávila se despersonalizou para assumir a identidade do *Coroné Capa Bode* e escrever como tal. Com esse nome próprio ele imprimia existência não só ao redator, como ao jornal *Foia dos Rocêro*, fazendo circular seus textos na sociedade baiana do início do século XX, responsabilizando-se pela sua produção.

Mas nem sempre foi assim. Foucault (1992) informa que na Idade Média textos que hoje chamaríamos literários, [...] eram recebidos, postos em circulação e valorizados “*sem que se pusesse a questão da autoria*” (FOUCAULT, 1992, p. 48). De acordo com o filósofo, a função autor pode ser identificada ou detectada a partir de quatro premissas que devem conter os textos: apropriação penal; inconstante exercício da função autor; autoria construída; não remissão direta do autor no texto e o sujeito que o realizou.

A função autor, historicamente, foi detectada depois dos riscos penais, ou seja, na medida em que os discursos se tornaram “*transgressores*”, a partir de quando os textos passaram a ser “*objetos de apropriação*” (FOUCAULT, 1992, p.47). Já o inconstante exercício não é desempenhado da mesma forma sobre os discursos. Na cultura ocidental, por exemplo, os escritos científicos eram reconhecidos apenas pelo nome do produtor (os literários não). Atualmente, ao contrário, os discursos literários exigem identificação. Foucault revela que o “*anonimato literário não nos é suportável*” (FOUCAULT, 1992, p.50).

A autoria construída parece ser a mais propícia para legitimar o *Coroné Capa Bode* como um autor que foi edificado nas páginas do *Foia dos Rocêro*. Características como o estilo engraçado ao falar de coisas graves ou proibidas, a linguagem caipira, o vocabulário audacioso e a sátira ferina aos procedimentos políticos identificavam para o público leitor o sujeito que produzia o semanário. A unidade estilística e ideológica foi mantida pelo redator-chefe enquanto o semanário lhe pertenceu; combateu o governo e os desmandos do grupo político do Partido Republicano da Bahia, liderado por Luiz Vianna, usando as mesmas ferramentas.

Numa leitura atualizada do semanário, pode-se também classificar o redator-chefe como autor pela descrição e envolvimento com os acontecimentos da política baiana dos anos de 1899 e 1900. Os textos inserem-se num momento histórico definido, ou seja, o período da reformulação do

sistema político Monarquista para Republicano, e suas conseqüentes mudanças (ainda que estruturalmente leves) ocorridas no contexto político.

Acredita-se que o jornalista do *Foia* é um autor. Segundo o critério usado por Foucault (2003) para atribuir a São Jerônimo a autoria de *Viris Illustribus*, a unidade estilística que deve professar um autor é praticada no *Foia dos Rocêro*, na medida em que o redator formulou um “dicionário” que seguiu constantemente e de maneira singular em seus textos. De modo inconfundível, aquela escrita era identificada como de autoria do *Coroné Capa Bode*.

Uma outra possibilidade de perceber o jornalista da *Foia dos Rocêros* como autor vem das afirmações de Marques de Melo (2003) ao discutir sobre a forma monolítica de expressar opinião dos jornais escritos por uma só pessoa. Naqueles idos de 1899-1900 o artigo de fundo, por exemplo, era a voz do dono ou redator proprietário.³⁹ Logo, havia unidade ideológica, o que tornava incontestável a autoria.

A última função autor constitui-se na não remissão direta entre o autor no texto e o sujeito que o realizou. Para Foucault (2003), os signos presentes nos textos não atuam da mesma maneira nos discursos providos da função autor ou naqueles em que esta é ausente. A remessa desses signos⁴⁰, que reenviam ao autor, pode ser direcionada para uma “pluralidade de ‘eus’ simultaneamente, e não apenas para ‘um indivíduo real’” (FOUCAULT, 1992, p. 55-57).

O filósofo e crítico literário, Roland Barthes refere-se ao apagamento do autor, defendendo que, ao começar a escrita, o autor perde a identidade e entra na sua própria morte. A teoria do semiótico francês está centrada na missão de o autor captar as várias leituras produzidas pelas civilizações e oferecê-las ao receptor. Compreende o texto como o resultado de “escritas múltiplas” oriundas de várias culturas em diálogo e que se reúnem não no autor, mas no leitor.

39- No capítulo de análise do jornal vamos discorrer, mais detalhadamente, sobre o fato do semanário ser um jornal escrito somente pelo Coroné Capa Bode, segundo ele mesmo.

40- Conforme Foucault, esses signos que reenviam ao autor são os pronomes pessoais, advérbios de tempo, de lugar e a conjugação verbal.

Sato (2002) compara a função da notícia com o apagamento de quem a escreve. De acordo com ele, um relato jornalístico em terceira pessoa estabelece a impessoalidade do texto ou a ausência do autor; é provocado um vazio que oculta o processo social que gerou a notícia.

No jornal *Foia dos Rocêro*, ao contrário, o redator proprietário escrevia pela boca dos personagens que noticiavam a cidade – os colonistas da roça – na primeira pessoa, assinando *Coroné Capa Bode* sem pretensão de ser imparcial. Assumia a autoria, era opinativo, embora o texto, independente da marca do autor, se sobressaia pela sua linguagem cômica e ousada.

A função autor no jornalismo difere da mesma função na literatura. Para o jornalista Franklin Jorge (2002), o profissional das redações tem sua opinião e criatividade restringidas pela pauta, exceto quando, raramente, assina artigos de opinião. O escritor, ao contrário, tem mais liberdade de expressar suas ideias. Jorge (2003) afirma que, quando lemos o jornal, lemos alguma coisa escrita para esquecer: o texto do dia seguinte “*apaga o anterior*”. Afirma que, ao contrário, se lemos esse mesmo texto num livro, fazemos isso com um “*respeito que faz com que esse texto mude*” (JORGE, 2003, p.110). O jornalista fala da perenidade, a que se refere Foucault, ao afirmar que para se dizer que “*tal indivíduo é o autor*” esse discurso não pode ser “*imediatamente consumível*” (FOUCAULT, 2003, p. 45).

De acordo com Alex Galeno (2002), a literatura e o jornalismo podem indicar o bom exercício do prolongamento dos dias e da circularidade do tempo. Espaços ou meios nos quais fatos, narrativas e personagens resgatam memórias, para o autor, desvendam o presente e ajudam imaginar e criar futuros (GALENO, 2002, p. 108). Passado um século, o jornal *Foia dos Rocêros*, na pessoa do seu autor disfarçado pelo pseudônimo de *Coroné Capa Bode*, nos oportuniza conhecer a memória de um modo de fazer jornalismo, de um modo de fazer política e estudá-los hoje, no futuro daquele presente.

Um autor impunha suas características no modo de existência da obra. A titularidade o personaliza assim como o autor-redator do Jornal *Foia dos Rocêro* personalizava seu periódico. Todo texto é coletivo e o jornal era composto de textos escritos para a coletividade, os quais não eliminam totalmente as marcas do autor. Pode-se nem saber quem era ele, mas sua pseudo-identidade era reconhecida naquela sociedade.

O periódico dos roceiros transmite, assim, uma conotação híbrida em relação à autoria. Há marcas de impessoalidade, porque o produto jornal supera o nome do autor; mas há também pessoalidade na medida em que os pseudônimos que assinavam suas páginas o faziam em nomes próprios que indicavam origem, intenção e ideologia. Considerando o lado impessoal desse produto, o autor pode ter o nome que quiser ou que convier; pode ser homem com nome de mulher; pode ser jornalista com nome caipira; pode ser apenas um autor com vários nomes (pseudônimos). Na *Foia dos Rocêro*, apesar das colunas serem assinadas por Xico Araquan, Zé Treis Bunda, Mané Caipora, Cansanção & Tiririca etc., tratava-se apenas de um jornalista.

Janovitch (2006) apresenta a ambiguidade gerada pela narrativa caricata como “*a mudança volátil das identidades móveis*” que fazia parte do “*ser ou não ser*” (JANOVITCH, 2006, p. 108) num jogo de cena ficcional que incluía a denominação e local das redações no final do século XIX. Vestígios de que o teor do jornal tem maior significado que um nome ou um endereço na forma tradicional. Refere-se, ainda, ao uso de pseudônimos ou de textos anônimos como outra razão para preservar a curta vida dos jornais e a integridade de seus colaboradores. Tal prática da imprensa humorística pode deduzir desse procedimento formas implícitas de censura. Conforme Gutemberg Cruz (1997)⁴¹, a maioria dos jornalistas dos pequenos jornais do final do século XIX não assinava os jornais com medo da repressão, enquanto outros adotavam um pseudônimo para não serem identificados.

Autor de *Feras do Humor Baiano* (1997) Cruz afirma que esses pasquins da época eram uma forma de grito sufocado contra os poderosos. Segundo a historiadora Consuelo Novais Sampaio⁴² (2007), apesar de haver franca liberdade de imprensa perante a lei, o poder político e a elite reagem sob a pressão de interesses contrariados.

A liberdade de imprensa existia na “letra morta” (SODRÉ, 1999), ou seja, a lei não era cumprida e quem ousasse contestar a ordem vigente

41- Entrevista concedida à autora, por telefone, em 23 de outubro de 2007.

42- Entrevista concedida, por telefone, à autora em 31 de agosto de 2007.

era punido secretamente. Provavelmente, tais atitudes provocavam a autocensura nos órgãos de imprensa alternativa. Não eram raros os casos de ameaças ou represálias com agressões físicas. Um exemplo de retaliação ao jornal *Foia dos Rocêro* aparece na coluna *Imbirrança*, assinada pelo personagem que atua sob o pseudônimo de imbirreiro. O “colunista” recebeu uma ameaça denunciada no jornal de nº 30:

*Um pinicão... só ???
Seu Machado, voincê ainda ta arrizurvido a dá um tiro no Imbirreiro pruvia de tê imbirrado a sumana passada cum voincê? O Priguntador.⁴³*

A *Imbirrança* era dedicada a satirizar uma determinada situação em que um personagem político teria participado. Podia ser uma desconfiança, uma tentativa de desmascarar, de zombar, uma forma de questionar procedimentos ilícitos ou atitudes bizarras, as quais eram expostas através da conversa dos compadres.

O jornal *Foia dos Rocêro* seguia as peculiaridades dos pequenos periódicos de humor com o costumeiro anonimato, a partir do nome do redator disfarçado em pseudônimo. Tratava-se, nos informa Sodré (1999), de uma prática dos primeiros pasquins brasileiros utilizados para nomear autores e redatores que assumiam intenções patrióticas e interesse pelo bem comum. Para quem vivia na época era fácil identificar os pseudônimos, no entanto, passado um século, para quem acompanha nas folhas amarelecidas “*a fúria desencadeada e quase sempre travestida*”, as conclusões são difíceis (SODRÉ, 1999, p. 160). Há de ser concordar com o professor que essa lista de nomes falsos constitui material precioso.

Em maio de 1900, no *Foia* nº 24, em carta de boas-vindas ao novo governador Severino Vieira, assinam 31 jornalistas encabeçados pelo proprietário, todos identificados por pseudônimos. As escolhas podiam alu-

43- (Seu Machado você resolveu dar um tiro no Imbirreiro porque embirrou a semana passada com você? O Perguntador). Edição nº 30, 2ª Domingo do mês de julho de 1900. De acordo com o livro de Affonso Ruy, a *História da Câmara Municipal de Salvador*, (1953, p.362) trata-se do conselheiro Antonio José Machado, gestão municipal 1897/1899.

dir a mudanças na grafia de nomes conhecidos (Praxede da Incarnação), ao local onde viviam (Onofre da Cabaceira), à atividade desenvolvida (J'ão quitoca gaita), a características do indivíduo (J'ão Barba-Dura,) ou a motivos da roça (Mané Priquito), entre outros. A apresentação da “equipe” de jornalistas era fictícia, um chiste, talvez uma tentativa de impressionar o público e angariar credibilidade junto ao governador.

O *Coroné Zé Perêra Capa Bode* seria o nome disfarçado do fundador da *Foia*, Jesuíno Ávila, informação dada pelo segundo proprietário, Mário Paraguassú, no frontispício do jornal 1º do ano de 1957, em 09 de fevereiro [sic]: “Fundado em 1899, por Jesuíno Ávila, (*Coroné Capa Bode*)”. Tal informação a respeito do primeiro proprietário não foi confirmada nas pesquisas; ao contrário, as poucas citações do jornal ao seu primeiro proprietário, mesmo menções em outros jornais ou escritos sobre a imprensa da Bahia, sempre se referiam ao pseudônimo e não ao personagem histórico.

Destrinchando o pomposo nome, o título justifica-se pela importância do papel do coronel para o meio rural. Coronel era a patente preferida dos chefes políticos e grandes proprietários⁴⁴.

O título traria importância ao redator do *Foia*, poderia impor respeito, fazendo com que fosse reconhecido como um líder. Zé Perêra⁴⁵, por sua vez, lembra a expressão que ficou conhecida no carnaval do século XIX. No Brasil, *Zé Pereira* foi o apelido dado ao português José Nogueira de Azevedo Paredes, sapateiro no Rio de Janeiro, que também animava o carnaval. Porém, são apenas conjecturas sobre a escolha do pseudônimo do dono do jornal e que levam a levantar a hipótese de que talvez o “Coroné” quisesse vincular seu nome à alegria e despojamento do carnaval, período que desde a Idade Média, era consagrado ao riso.

44- “Coronel” era um dos títulos da nobreza brasileira comprado por donos de terras a partir da Guerra do Paraguai.

45- Nome de origem portuguesa, o *Zé-Pereira* aparecia não somente no carnaval como também nas festas locais e romarias, em Portugal. “Segundo o historiador Vieira Fazenda, o Zé Pereira brasileiro, foi o introdutor, em 1846, do hábito de animar a folia ao som de zabumbas e tambores, em passeatas pelas ruas, como se fazia em sua terra”. Disponível em <http://www.miniweb.com.br/Cidadania/Dicas/carnaval.html>. Acesso em 28 e agosto de 2007.

Quanto à Capa Bode⁴⁶, a expressão é conhecida como o “ogan responsável pelos sacrifícios de animais nos ritos do candomblé”, conforme Pires Neto⁴⁷ (2007), em suas pesquisas no município de São Francisco do Conde, onde ainda hoje esse personagem aparece nas festas de carnaval. Detalhe interessante de notar é que há uma possível união entre o Zé Perêra, personagem do carnaval do final do século XIX, e os blocos de capa-bodes que ainda hoje desfilam na festa. Indícios, portanto, de que o capa-bode já fazia parte do carnaval na virada do século.

São destaques do jornal pesquisado o conteúdo em si, o leitor que absorvia as informações e o autor que, seja Jesuíno Ávila ou Coroné Zé Perêra Capa Bode, respondia pelo *órgão uficiá da roça*. O pseudônimo lhe creditava a função autor, assim era importante o que ele dizia, independente do nome próprio que usava.

Tratando-se de um texto jornalístico, em especial um jornal que era escrito por apenas uma pessoa, conforme enunciado na edição⁴⁸ de nº 47, a função autor era assumida em todos os seus brios e riscos, inclusive o de se submeter às represálias geradas pela responsabilidade da autoria. Luiz Beltrão (1980), citado por Spannenberg (2004), pontua que apenas o jornalismo opinativo possui características individuais que poderiam deixar antever marcas de autoria. Como o *Foia dos Rocêro* não tratava do factual, seus textos, de exclusiva opinião e interpretação dos fatos sociopolíticos, eram responsabilizados a um autor em exercício.

46- A expressão, “é uma brincadeira, no Nordeste, na zona de maior prestígio da cana-de-açúcar. O capa-bode era um jogo brincado apenas por meninos brancos, filhos ou sobrinhos do senhor de engenho, que armavam um capa-bode, uma espécie de espremedor de cana-de-açúcar, que, ao ser movimentado, rodava e espremia o caldo de cana, permitindo que as crianças bebessem o caldo”. *Jogos Infantis* / Tizuko Morchida Kishimoto – Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. Disponível em: <http://www.terraabrasileira.net/folclore/manifesto/jogos-n.html>. Acesso em 28 de agosto de 2007. O jogo de proprietário de Senhor de engenho que os meninos brincavam no século XIX, antecede a publicação do *Foia dos Rocêro*.

Capa-Bode também é nome de planta brasileira, de serra na Chapada Diamantina e de equipamento destinado a castração de caprinos e ovinos.

47- Entrevista concedida à autora, por e-mail, em 31 de agosto de 2007.

48- Anno II, 3ª Duminga do meis de Novembro de 1900.

Nesse espaço, pois, a autenticidade não é questionada, ou seja, o discurso dos roceiros estava inserido na área política da cidade da Bahia, nas ruas e nas conversas. Seu redator exerce a função autor como uma das funções possíveis do sujeito, sob a forma de pseudônimo, para preservar-se e ter mais liberdade sem se comprometer diretamente.

O discurso jornalístico do periódico humorístico *Foia dos Rocêro* demarcou, como uma crítica viva, os costumes e a vida política da Bahia. Mesmo o redator não assinando seu nome verdadeiro, a obra transformou-se numa testemunha sócio histórica e um documento jornalístico que atesta uma fase da imprensa baiana que hora tem-se o prazer de reler.

ILUSTRAÇÕES: A REPORTAGEM GRÁFICA DA FOIA

Qualquer imagem (fotografia, desenho, gravura, gráfico etc.) que acompanha um texto de livro, jornal, revista, *site*, etc., é uma ilustração. Pode ser que, “em alguns casos, seja mais importante que o texto escrito, ou mesmo que prescindia dele” (RABAÇA & BARBOSA, 2001, p. 377). A literatura classifica de diferentes formas a linguagem das ilustrações: ora como a arte da zombaria, motivo provocador do riso, instrumento para a crítica e protesto, ora com a função de caracterizar ou ainda popularizar um personagem.

Diferentes manifestações gráficas são vistas como caricaturas por Marques de Melo (2003), ao avaliar que, em termos jornalísticos, elas significam, genericamente, a forma de expressão artística através do desenho “que tem por fim o humor” (MELO, 2003, p. 167).

Ainda segundo Melo, caricatura propriamente dita é o retrato humano ou de objetos que exagera ou simplifica traços, acentua detalhes ou ressalta defeitos. É um retrato isolado que tem como finalidade suscitar risos. *Charge* é a crítica humorística de um fato ou acontecimento específico, reproduzindo uma notícia, segundo o desenhista. Pode se apresentar somente em imagem ou combinada com o texto. *Cartoon* é uma anedota gráfica, uma crítica mordaz que geralmente não insere personagens ou fatos verídicos. *Comic* é a história

em quadrinhos. De acordo com o professor, o *cartoon* e o *comic* são espécies de caricaturas que não pertencem ao universo do jornalismo por não terem limites de tempo e espaço. (MELO, 2003, p. 168)

A caricatura e a charge são apreendidas a partir do ritmo de vida da sociedade, do humor cotidiano, do real criticado. De acordo com Melo (23003) a caricatura reproduz a imagem isolada dos personagens vivos da cena noticiosa. A charge contém a expressão de uma opinião sobre determinado acontecimento. “*Ambas as espécies só adquirem sentido no espaço jornalístico*” [...]. (MELO, 2003, p. 168).

Há, ainda, outras formas de desenho gráfico que antecederam a imprensa. Os ilustradores tiveram destaque nos livros manuscritos, mes-



Folha dos Rocêros, nº 43, 3ª Domingo do mês de outubro de 1900

mo antes de Johann Gutemberg aperfeiçoar a imprensa no século XV. A xilografura, por exemplo, remonta da Antiguidade (MAXADO, 1982) e, com o advento das tipografias, a reprodução dessa arte passou a ser usada para tornar os impressos mais atraentes. Nessa fase é que surgem as vinhetas, desenhos decorativos feitos por xilógrafos com tipos móveis, que se tornaram um recurso ornamental mais tarde usado pelos jornais.

Os desenhos do Jornal *Foia dos Rocêro*, contudo, são aqui analisados como ilustrações – termo mais abrangente – em razão de predominar, no semanário, uma forma híbrida que contempla a vinheta, a caricatura e a charge⁴⁹. Nas páginas dos roceiros, as ilustrações retratam personalidades conhecidas da política baiana da virada do século XIX para XX, reproduzindo alguma situação, fato ou acontecimento da cidade. Veja um exemplo de ilustração da *Foia*:

Classificada como bem simbólico, a informação distribui-se, no dizer de Nilson Lage (2003), em vários níveis no jornal: O projeto gráfico, sistemas analógicos e o sistema linguístico. As ilustrações fazem parte do projeto gráfico, integrando-se e preservando a identidade do veículo impresso, ou seja, o leitor passa a reconhecer o jornal ou a coluna pela opção de se apresentar graficamente. Elas também fazem parte dos sistemas analógicos e, junto às fotografias, *charges e cartoons*, “*fixam e comentam momentos*” (LAGE, 2003, p.7).

As ilustrações começam a ser expressas em textos ou sátiras verbais e só depois se realizam através da imagem. Conforme Lima (1963), o primeiro caricaturista do Brasil foi o frei e historiador baiano Vicente do Salvador, autor da primeira história no país *História da Custódia do Brasil* (1627), onde criticou, através da palavra, o reino de Portugal e todos aqueles que se aproveitaram da máquina pública. Outro “caricaturista verbal” citado pelo autor é Gregório de Mattos e Guerra, o “Boca do Inferno”, cuja pena não poupava ninguém em seus versos publicados no século XVII. Pelas ferrenhas críticas aos nobres e governantes, Mattos acabou sendo degredado para Angola.

Lima também menciona o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama que mostrou os costumes de Recife como editor do jornal *Carapuceiro*. Gama (1832) foi um crítico dos costumes de sua época, dotado, conforme Lima, de “uma percepção histórica”. Também na Bahia do século XIX, o poeta Luis Gama escreveu a sátira *A Bodarrada*, nome pelo qual ficou conhecido o poema *Quem sou eu?* (1859); ainda o jornalista maranhense, Joaquim Serra, satirizou hábitos políticos em *A Capangada* (s/d). Todas as obras citadas foram frutos do trabalho de cronistas do seu tempo, carica-

49 - Algumas vezes, entretanto, a palavra caricatura vai ser usada, porque alguns autores tratam os desenhos, genericamente, como caricaturas.

turistas verbais que legaram descrições de costumes e de atores políticos e religiosos do Brasil.

No final do mesmo século, também o semanário *Foia dos Rocêro* publicou diversas sátiras verbais, a exemplo da coluna *É um home...pintado*, onde descrevia personalidades baianas de forma caricatural. Em maio de 1900, o redator escreveu os seguintes versos sobre o engenheiro e jornalista Arlindo Fragoço:

Adivinhà...adivinhà...quem é este! ...

CORPO

Baixo na artura.

Gordaião na magreza.

Tem uã padaria criscida, qui te benza o
...Arcebispo.

DO PESCOÇO PRA RIBA

Papudo qui nem um sapo cururú.

Tem os cabelo a mode carrapicho.

Tem um ar lindo, mais porem, meu sinhou, é feio
que nem um sucururú. [...]

POUDRES E SÃOS

Foi escrevedou d' uã foia cumerciá im Sant' Amaro,
qui ingrossava á elle mémo e a gente delle.⁵⁰
(Edição nº 23)

Além do uso da sátira pelos termos jocosos, tais como *gordaião*, *papudo que nem sapo* e *padaria crescida*, a linguagem caipira e a associação com animais acentuam a linguagem cômica e aproximam o leitor pela imagem evocada de personagem desajeitado, desvirtuado em suas funções profissionais e administrativas e sem credibilidade, *feio que nem um sucururú*.

50- Adivinha... adivinha... quem é este! ...// CORPO/ Baixo na altura/ Gordão na magreza/ Tem uma padaria crescida, que te benza o... Arcebispo// DO PESCOÇO PARA CIMA/ Papudo que nem um sapo cururú/ Tem os cabelos à moda carrapicho/ Tem o ar lindo, mas porém, meu senhor, é feio que nem um sucururú.// PODRES E SÃOS/ Foi escritor de uma folha comercial em Santo Amaro, que bajulava a ele/ mesmo e a gente dele.

Faz-se necessário, a um texto cômico dessa ordem, impregnado de humor e ironia, a atualização do tema tanto no autor quanto no receptor, para que a caricatura ou a *charge* possam ser entendidas; em outras palavras, o assunto destacado deve remeter a um acontecimento atual, para que ambos os lados a compreendam. É condição primordial, como já apontado anteriormente, que haja interação entre o autor da ilustração e o leitor para completar o sentido crítico a que se propõe. Implicitamente, há de haver um código decodificador para entender o desenho ou o texto caricatural.

Lima (1963) menciona que a caricatura não é somente um meio de retratar o ridículo, exagerando os defeitos; recorre a Robert de la Sizeranne para explicar que ela é também a arte de *caracterizar*, de sublinhar algum gesto, de fazer notar algum jogo de fisionomia e não simplesmente provocar o riso (LIMA, 1963, p. 7).

Anos depois, também na Europa, desenhos caricaturados foram motivos para o pagamento de pesadas multas por insulto ao rei pelos jornais satíricos *La Caricature* e *Lê Charivari* dirigidos por Honoré Daumier⁵¹ na França. Os motivos foram os desenhos riscados pelo próprio, sob o “*pseudônimo de Charles Philippon*” (SALIBA, 2002, p. 20), que transformaram a cabeça do rei Louis-Philippe d’Orléans em uma pera e que ficou conhecida como a série *Les Poires*. O termo *poire* em francês também significa tolo, imbecil. A brincadeira seguia uma tendência de então, de transformar a cara da vítima em um animal ou utensílio inanimado (GOMBRICH, 1986). Também no Brasil, caricaturistas desenhavam D. Pedro II como “Rei Caju”, pelo queixo proeminente, ou “Rei Banana”, pela sonolência que lhe era causada pela diabetes.

A primeira caricatura gráfica brasileira atribuída a Manoel de Araújo Porto Alegre, o Barão de Santo Ângelo, surgiu como estampa avulsa e sem assinatura, sob o título *A Campanha e o cujo*, na mesma década das pressões do reinado francês aos ilustradores, criticando um anúncio de contratação de um redator por 3 contos e 600 réis no Correio Oficial (BAHIA, 1990, p. 122). A notícia foi veiculada no *Jornal Comércio* do Rio de Janeiro, em 14

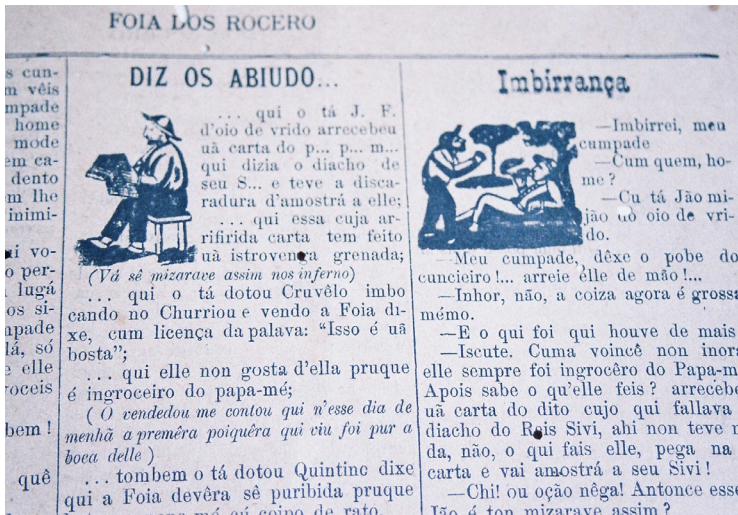
51- Daumier foi um caricaturista, chargista, pintor e ilustrador francês. Ficou conhecido em seu tempo como o “Michelângelo da caricatura” (1808/1879).

de dezembro de 1837 com entusiasmo, “[...] *A bela invenção de caricaturas, tão apreciadas na Europa, apareceu hoje pela primeira vez no nosso país, e, sem dúvida, receberá do público aqueles sinais de estima que ele tributa às coisas úteis, necessárias e agradáveis*” (FONSECA, 1999, p. 209).

A caricatura na imprensa brasileira apareceu tardiamente em razão da sua proibição por parte do reino de Portugal nos tempos coloniais; contudo, ela já era manifestada de outras formas, como expressão do povo nas festas populares do carnaval, bumba meu boi, malhação do Judas, bonecos e fantasias que satirizavam pessoas e costumes (FONSECA, 1999). A primeira publicação humorística especializada no país, conforme o autor, foi a *Semana Ilustrada* em 1860. Seguiram-se a *Revista Ilustrada* (1876) e outras, a maioria de curta duração, que aproveitavam a relativa liberdade do Segundo Império. Na Bahia, *A Malagueta*, (Jornal de Caricaturas), começou a ser editada em 15 de dezembro de 1897, e surgiram outras publicações com o título de revistas ilustradas: *O Pantheon* (1894), *O Álbum* (1897), *Foia dos Rocêro* (1899) etc.

Até então, não se publicavam caricaturas nos jornais. A introdução de ilustrações na imprensa explica-se, segundo Marques de Melo (2003), pela conjugação de dois fatores socioculturais: o primeiro foi o avanço tecnológico dos processos de reprodução gráfica com o aparecimento da litografia, no início do século XIX. Nesse período começava a fase histórica do desenvolvimento das técnicas de reprodução. Segundo Benjamim (1975), a obra de arte sempre foi suscetível de reprodução, contudo as técnicas para tal eram fenômenos novos, desenvolvidos ao longo da história. Para o filósofo alemão, a litografia, que submete o desenho à pedra calcária, é um processo muito mais fiel do que o entalhe na madeira ou a gravação no metal, pois

[...] permite pela primeira vez às artes gráficas não apenas entregar-se ao comércio das reproduções em série, mas produzir, diariamente, obras novas. Assim, doravante, pode o desenho ilustrar a atualidade cotidiana. E nisso ele tornou-se íntimo colaborador da imprensa (BENJAMIM, 1975, p.12)



Vinhetas do Foia dos Rocêro

A nova arte abria então espaço para o jornal ilustrado, seguida depois por outras possibilidades técnicas que foram assimiladas à produção jornalística, tais como as impressões a partir das novas máquinas rotativas⁵².

No jornal *Foia dos Rocêro*, as vinhetas ilustrativas, provavelmente estampadas sob a técnica da xilogravura, apareceram pela primeira vez em janeiro de 1900. A novidade mudou a feição do jornal, tornando-o mais atrativo, além de criar identidade às colunas junto ao leitor.

O segundo fator sociocultural, elencado por Melo (2003) para explicar a aproximação entre as ilustrações e a imprensa, provém do interesse na popularização do jornal como veículo de massa. Na concepção do autor, o recurso da caricatura representou uma “necessidade social de um jornalismo que ampliava seu raio de ação, ganhando novos contingentes de leitores” (MELO 1999, p. 164). O uso das ilustrações como forma narrati-

52- A prensa rotativa, segundo Wilson Martins (1996), foi inventada por Richard Hoe, em 1846, e por Hippolyte Marinoni, por volta de 1850. Aperfeiçoada com o uso de clichês curvos e papel em bobina, aumentou em muito a capacidade de produção. No Brasil, em 1903, as máquinas rotativas, movidas por força elétrica, já imprimiam edições de jornais (BAHIA, 1990).

va no meio jornalístico veio a facilitar o entendimento aos analfabetos que existiam em grande número na Bahia finissecular.

O período que vai do final do século XIX ao início do século XX foi decisivo para as ilustrações consolidarem seu espaço no jornalismo. Conforme Juarez Bahia (1990), nessa fase o conceito de reportagem gráfica projeta-se alcançando o desenho, seja como *charge* política ou ilustração que antecede o uso da fotografia.

A caricatura, que se define como reportagem gráfica, do traço de humor ao desenho que documenta um fato, lança jornais e revistas numa espécie de passarela da fama. Quanto maior o espaço, mais notoriedade, popularidade. Introduzida no jornalismo como recurso técnico para amenizar o texto e substituir vinhetas de caixa, a caricatura é logo aceita como elemento visual de peso informativo (BAHIA, 1990, p. 127).

O autor eleva as caricaturas, de um recurso técnico a elemento de peso informativo associado ao universo jornalístico. Para Bahia (1990), a ilustração registra fielmente as mudanças sociais do Império e da República, “*Mas também acrescenta a essa visão a sátira, a ironia, a informalidade e o deboche*” (BAHIA, p. 123/124), ou seja, se vê associada ao humor. O autor amplia seus fins acolhendo, além da função histórica de documentar, a interpretação da sociedade e a popularização da informação.

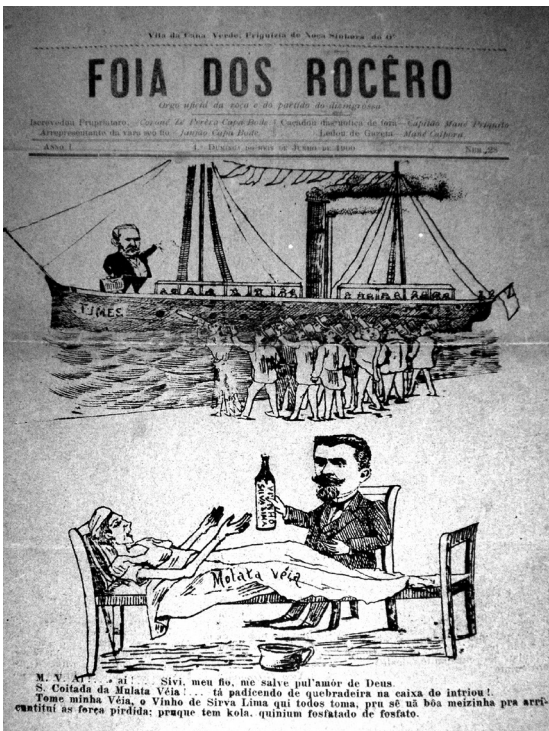
As ilustrações representam outras funções além de protestar de forma cômica contra as imposições ou abusos do poder político, econômico ou social. Atuam ainda como atividade catártica, de representação de um personagem ou cultura; de provocação de escárnio e risos etc. (FONSECA, 1999). Assim como o humor e a ironia, o desenho caricatural presta-se a atingir gente de renome, bem como “*eventos sociais e políticos em que estão envolvidos*” (FONSECA, 1999, p.11), notadamente no setor político, com intuito de expor seus feitos à opinião pública como uma “arma ferina”.

Segundo Fonseca (1999), a caricatura traduz-se como um recurso que se aproxima da função jornalística de levar o leitor a refletir sobre o que

ocorre na sua comunidade. As ilustrações que caracterizam, zombam, protestam ou fazem rir, possivelmente são compreendidas através dos contextos que são apresentados, tendo igual poder de desmascarar conteúdos porventura ocultados. Tattiana Teixeira (1998) ressalta que o papel de desvelar a realidade, assumido no passado pelas comédias, hoje é semelhante à função exercida pela charge. Conforme a autora, o alcance dos jornais, a capacidade de síntese e a linguagem direta justificam essa afirmação. Dessa forma,

para ela, a charge expõe, na maior parte das vezes, uma espécie de “denúncia implícita da realidade política vigente” (TEIXEIRA, 1998, p. 79).

Na charge que compõe esta capa do jornal *Foia dos Rocêro*⁵³, o ilustrador reproduziu a saída do ex-governador Luiz Vianna pós-eleições (1900), no momento em que este deixa a Bahia, representada pela Mulata Velha, e toma o navio para a Europa, pedindo socorro ao novo gestor, Severino Vieira.



Foia dos Rocêro, nº 28, 4ª Domingo do mês de junho de 1900

M.V. Ai!... ai!... Sivi meu fio me salve pul'amor de Deus.

53- *Foia dos Rocêro*, nº 28, 4ª Domingo do mês de junho de 1900.

S. Coitada da Mulata Veia!... tá padicendo de quebradeira na caixa do intriou!
Tome minha Vêia, o Vinho de Sirva Lima
qui todos toma, pru sê uã boa meizinha pra
aricunstitui as força pirdida; prueque tem kola,
quinium, fosfatado de fosfato.⁵⁴

A charge representava a denúncia dessa retirada do ex-governador do cargo e da cidade como uma fuga com a mala de dinheiro roubado, enquanto os cofres públicos estavam com a saúde financeira comprometida. Apontava, assim, uma possível verdade escondida, abordando uma coisa séria com graça. Somada a essa função, outras, de natureza documental, estavam circunscritas nas ilustrações.

Herman Lima (1963), autor de *A História da Caricatura no Brasil*, lembra que os desenhos se tornariam a mais poderosa arma de “combate à escravatura e à monarquia, como ao caudilhismo, à tirania e à opressão na República” (LIMA, 1963, p.175). O recurso crítico tem sido usado na mídia como instrumento de protesto e competição política, principalmente durante as campanhas eleitorais, desafiando, inclusive, os períodos de repressão.

Carreno observa que o cômico da caricatura política, revolucionária está no fato da mesma reunir uma dupla realidade simultânea entre o que as “classes dirigentes” (grifo do autor) querem que seja a sociedade, e o que são na realidade: Eis aí o cômico da caricatura política.

É este o motivo pelo qual são bem recebidas as caricaturas políticas pelas classes populares, que veem destruídos e ridicularizados por meio delas as coisas de aparência mais sagrada e dogmática da sociedade que as oprime e explora, e porque, ademais, educam o seu espírito na luta contra os homens e instituições das classes dominantes (CARRENO apud LIMA, 1963, p. 178).

54- Mulata Velha: Ai! ...ai! ...Sivi [governador Severino Vieira] meu filho, me salve pelo amor de Deus.Sivi: Coitada da Mulata Velha!... está padecendo de quebradeira na caixa do interior. Toma, minha velha, o vinho de Silva Lima que todos tomam por ser uma boa meizinha para reconstituir as forças perdidas, porque tem cola, quinino, fosfatado de fosfato.

O humorista do traço seria também, a partir desse ponto de vista, um cronista social, um informante e um facilitador da cidadania. A caricatura intenciona assim denunciar, porém de uma forma lúdica, exagerada, direta e imediata ao transmitir sua mensagem, como pode ser observado na ilustração da *Foia dos Rocêro* destinada a criticar o estado político do intendente José Eduardo Freire de Carvalho Filho, o qual não é aceito pelo povo e ainda se vê vigiado pelos conselheiros municipais.



Foia dos Rocêro, nº 44, 4ª Domingo do mês de outubro de 1900.

Diz o ditado qui quondo o aribú ta dizinfiliz o do gaio de baxo fais srivico na cabeça do de riba.

O Zezinho aqui a uns anno atrais quondo quis sê intendedou o povaião quiria, mais o Papa-mé

arrifugou, agora qui o papa-mé quiz o povaião arrifugou; e pra omentá a caiporêza delle, duns dois méis pra cá o Cunceio Municipá s'atrepoou im riba delle de ispora e manguá, qui marmente dois conseêro ingrocêro é qui presta acumpanhá elle a pé. Pobe do Zezinho Ingeitado!!!...⁵⁵

O ilustrador zombou do intendente, trazendo a público sua situação desconfortável junto ao governador e ao público, por meio, especificamente, do recurso à animalização para classificá-lo como burro de carga.

Classificada por Freud (1978), como um meio de tornar as coisas cômicas, ele a entende como uma forma de degradação ao enfatizar um único traço em si mesmo cômico. O pensador exemplifica a função do desenho humorístico citando o filósofo Kuno Fischer, um de seus inspiradores para escrever sobre o tema:

Se o que é feio for ocultado, deve ser descoberto à luz da maneira cômica de olhar as coisas; se é pouco notado, escassamente notado afinal, deve ser apresentado e tornado óbvio, de modo que permaneça claro, aberto à luz do dia... Desta maneira, nasce a caricatura (FISCHER apud FREUD, 1978, p. 22).

Como o jornalismo tem a função precípua de mostrar a verdade ao público, noticiar constitui uma forma de tornar óbvio e claro o conteúdo porventura ocultado pela história oficial. Afinal, jornalismo como forma de conhecimento gera consequências a partir do fato singular (GENRO FILHO, 1987), ou seja, o fazer jornalístico possibilita conhecer aquilo que escassamente é notado, fazendo vir à baila o que o cidadão precisa conhecer para educar seu espírito.

Adicionadas às várias características assumidas pelas ilustrações, notadamente nas charges e nas caricaturas, se evidencia a personificação. Ela se constitui como a remissão a algum tema específico, ligando-o a uma persona-

55- Diz o ditado que quando o urubu está infeliz o do galho de baixo faz serviço na cabeça do de cima. O Zezinho aqui há uns anos atrás quando quis ser Intendente, o povo queria, mas o Papa-mel refugou, agora que o papa-mél quis o povo refugou, e para aumentar a

lidade pública com a finalidade de zombar. Ou seja, o escolhido passa a representar uma ideia, um país, uma cultura, assim como o apelido de *papa-mé*, ou o corpo desenhado em figura de rato que foi atribuído ao ex-governador Luiz Vianna pelo jornal *Foia dos Rocêro*. O político personificava, assim, o ladrão do erário público através dos traços debochados na crítica humorística.

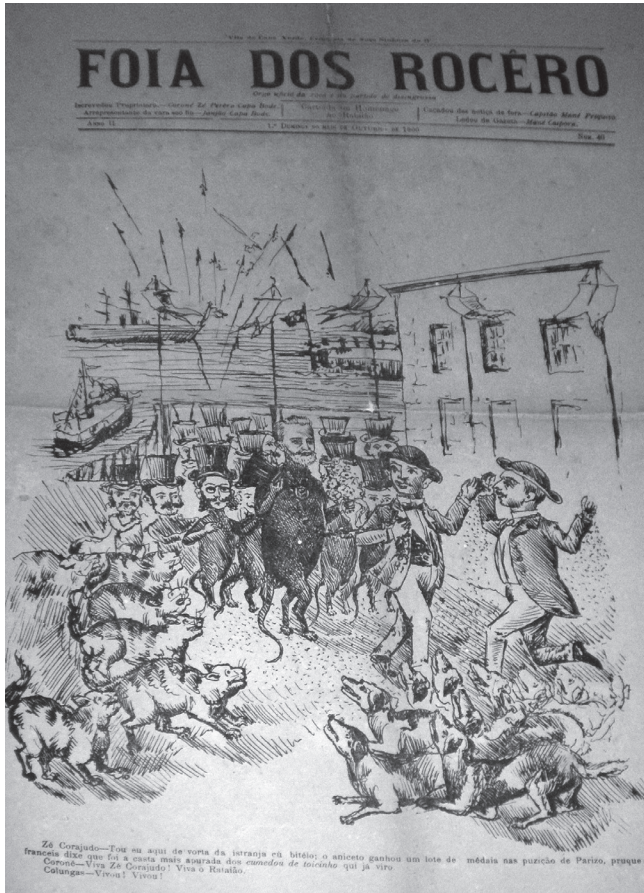
Marques de Melo (2003) considera essa crítica do traço humorístico incluída no universo opinativo dos jornais e revistas em razão de manifestarem, de forma explícita e permanente, juízos de valor. Classifica então o humor visual enquanto gênero jornalístico opinativo, localizando-o como ponto de origem do jornalismo caricato destinado à sátira política e social, tal qual o jornal *Foia dos Rocêro*. O autor defende ainda que a caricatura e a *charge* advêm do real e das expressões do cotidiano, tendo limites de espaço e tempo e estando ligadas ao comportamento coletivo, diferente dos *cartoons* e *comics* que seriam fruto da imaginação.

Discordando dessas afirmações, Teixeira (1998) argumenta que não é possível classificar as charges como gênero jornalístico apenas por aparecerem no espaço de opinião, além do que elas não seriam exatamente notícias pelo fato do dado transmitido não conter o básico da informação jornalística (isto é, a verdade). Apesar das ilustrações humorísticas interpretarem a realidade, ajudando a construí-la, essa não é uma razão para vê-las como um gênero. Justifica essa afirmação a noção de que os desenhos reinterpretem os fatos, ou seja, o que move a criação de uma charge já foi apreciado pelo jornalismo e, nessa reinterpretação, os traços podem sofrer a interferência imaginativa de seus autores.

Genro Filho (1987), por sua vez, defende que “*assim como cada disciplina científica constrói os fatos com os quais trabalha, a notícia é a unidade básica de informação do jornalismo*” (GENRO, 1987, p.8). Se a base do jornalismo é a verdade, essa unidade de informação deve ser verdadeira, o que não seria obrigatório na crítica humorística, já que os ilustradores, na interpretação de Teixeira (1998), teriam compromisso com outra instância que seria a lúdica.

“caiporice” (má sorte do indivíduo) dele, de uns dois meses para cá o Conselho Municipal trepou-se em cima dele de espora e manguá, que malmente dois conselheiros é que prestam a acompanhar ele a pé. Pobre do Zezinho enjeitado!!!...

Explicitados esses dois pontos de vista diferentes sobre a classificação de ilustrações como gênero jornalístico, vejamos o desenho da capa do exemplar especial de nº 40 do *Foia dos Rocêro*, onde é retratada a chegada do ex-governador Luiz Vianna de Paris, lugar no qual esteve em descanso pós-eleitoral.



Foia dos Rocêro, nº 40, 1ª Duminga do mês de outubro de 1900

Zé Corajudo – Tou eu aqui de vorta da istranja cu bitélo; o aniceto ganhou um lote de medaia nas puzição de Parizo, prunque o franceis dixe que foi a casta mais apurada dos *cumedou do toicinho* qui já viro.

Coroné – Viva Zé Corajudo! Viva o Rataião.

Calungas – Vivou! Vivou.⁵⁶

O conselheiro Vianna foi desenhado com corpo de rato (maneira costumeira do jornal mostrar o político), acompanhado de seus auxiliares (calungas), igualmente ratos do dinheiro público, sendo recepcionado por cães e lobos. A legenda reproduz o diálogo entre um “correspondente internacional” do *Foia dos Rocêro* e o redator chefe, no qual os acontecimentos ocorridos em Paris são resumidos: o *ratão* foi condecorado como o maior da espécie de comedores de dinheiro alheio. Guerreiro (2007)⁵⁷ relata que o político foi recebido a tomates, vaias e ratos mortos, todavia não açoitado por animais sedentos de acionar seus perigosos dentes, e nem a comitiva tendo corpo de irracionais. Enfim, a *charge* mostraria uma meia verdade, a outra metade coube à criação do caricaturista, que não se comprometeu com a isenção total do fato. Na análise de Teixeira sobre as charges, isto não significaria nenhum tipo de deslize ético (TEIXEIRA, 1998, p. 92).

Entendemos, assim, que a imagem representa um fato a partir das notícias verdadeiras, nascido da realidade datada de outubro de 1900 na capital baiana, mas que não impediu que o ilustrador acrescentasse elementos tais como a metáfora, a ironia e o cômico zombeteiro para acentuar esse acontecimento. Uma outra questão que deve ser contemplada é que o jornalismo praticado no final do século XIX era partidário e parcial. Lavínia Ribeiro (1998) destaca que à imprensa coube a condição de agente responsável pela projeção de partidos, movimentos, grupos e indivíduos no final do século XIX. A tendenciosidade era uma prática aceita e tanto a linguagem gráfica como a linguística, assim como a postura dos jornalistas eram ideológicas, portanto, opinativas enquanto estilo de noticiar. Nos

56 **Zé Corajudo** – Estou eu aqui de volta do estrangeiro com o bitelo (grande), o inseto ganhou um lote de medalhas nas exposições de Paris, porque os franceses disseram que foi a casta mais apurada dos comedores de toucinho que já viram.

Coronel – Viva Zé Corajudo! Viva o Ratão.

Calungas – Vivou! Vivou (ratinhos domésticos).

57- Entrevista concedida a autora em 09 de agosto de 2007.

anos de 1899 e 1900, quando era publicado o jornal *Foia dos Rocéro*, a escolha por opinar era jornalisticamente comum, o que não quer dizer que textos e ilustrações fossem calcados em bases falsas, mas que havia margem para apresentar uma linguagem mais literária, metaforizada e descritiva. Enfim, artistas de charges e caricaturas tinham maior liberdade de composição do cenário e contribuíam para consolidar a realidade social, fazendo, sim, jornalismo opinativo.

ANÁLISE DA FOLA DOS ROCÊRO

COMO É E O QUE DIZ

O terceiro capítulo dedica-se à análise do jornal *Folia dos Rocêro*. Antes de examiná-lo, porém, será apresentada uma descrição pormenorizada da formação das colunas, linha editorial, escolhas de linguagem, mudanças e características que vinculam o semanário ao universo do jornalismo satírico. A parte de análise, propriamente dita, foi feita de forma híbrida, pois tanto investiga seu lado explícito e visível (representado⁶⁰ em percentuais relativos ao número de referências feitas a líderes políticos da época), como procura entender de que forma foram feitas essas menções e qual o reflexo das interferências do redator chefe no jornal e nos leitores.

Foram analisados os dados concretos através do uso dos operadores (humor, ironia, termos depreciativos e animalização de personagens) a partir das referências aos líderes políticos. Escolheram-se as colunas fixas *Bartulameu e Praxede, Imbirrança, Diz o Abiudo...* e o editorial constantes nas quatro edições selecionadas (n^{os} 25,30,35 e 40 (mês construído⁶¹), de junho a setembro/1900).

No formato In-4 e medindo 37 X 26 cm, o *Folia dos Rocêro* apresenta-se em três colunas preenchidas com editorial, artigos, trovas, charadas, versos e personagens travestidos de tipos rurais. Tudo isso distribuído em quatro folhas que misturam graça e seriedade. Surgido na capital da Bahia em agosto de 1899 (e publicado até 1968), o veículo era editado semanalmente – da 1^a a 4^a *duminga* de cada mês –, se destacando pela narrativa

60 - Dispostos em tabelas e gráfico, ao final, nos apêndices.

61 - Trata-se de uma técnica de pesquisa que sugere a montagem de uma semana, mês ou ano construído para obtenção de dados concretos a partir do uso dos operadores ou estratégias escolhidos para análise. Seleção não-aleatória em virtude das colunas do jornal não serem totalmente fixas. Vários conjuntos foram experimentados para evitar densas variações de textos, ou seja, a meta era reunir quatro exemplares semanais de meses seguidos com as mesmas colunas.

e desenhos irreverentes, que eram utilizados como armas para satirizar o governo do conselheiro Luiz Vianna, assim como os demais participantes e colaboradores do Partido Republicano (PR), tais como o intendente José Freire de Carvalho Filho.

O desenvolvimento das técnicas de reprodução⁶² possibilitou o aumento das tiragens e, conseqüentemente, do público leitor. Para o escritor Elias Thomé Saliba (2006), a associação entre humor e imprensa, já praticada na Europa, ocorreu também nas principais cidades brasileiras, ainda que mais tarde, tendo em vista que a modernização do país acelerou-se no final do século XIX. Fica claro, para ele, que a representação cômica da vida nacional não nasceu nem se iniciou com a República, mas que com ela, certamente, adquiriu novas dimensões (SALIBA, 2002, p. 38).

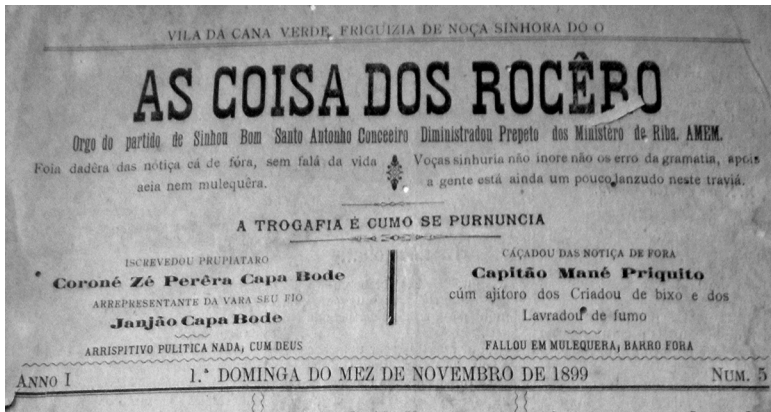
Esclarece ainda o autor, que a produção humorística existente antes da República ocupava espaços menos privilegiados, seja nos rodapés dos jornais, em pequenos e efêmeros pasquins semanais, ou ainda nas margens da própria produção escrita (SALIBA, p. 38). O aparecimento das revistas humorísticas, no início do século XIX, abriu espaço para a mais variada produção do gênero, e no final do século, se expandiu mais ainda com o progresso tecnológico das oficinas gráficas.

Os primeiros números do jornal foram impressos a partir do final de agosto de 1899, com o nome *As Coisa dos Rocêro*, “*Periódico cáustico e humorístico*”. Sob esse título, foram encontrados seis números datados de novembro a janeiro de 1900 e editados pelo editor-proprietário *Coroné Zé Perêra Capa Bode*. A partir do nº 14, na última semana de janeiro de 1900, o jornal tomou o nome de *Foia dos Rocêro e Folha dos Roceiros*. Foram publicados, ao todo, 92 números durante o período de 1899 a 1903, sob a direção do *Coroné Capa Bode*. Numa nova fase, mais adiante, foi editado até 1968 com intervalos de desaparecimentos, mudanças no foco político, na linguagem caipira, no uso de disfarces pelos autores e na linha editorial.

62 - Tais técnicas chegaram ao auge com o advento do século XX.

Com o nome *As Coisa dos Rocêro*, o jornal apresentava apenas textos. Há notícia de apenas sete números, seis deles na Biblioteca Pública do Estado da Bahia⁶³ e dois na ABI (Associação Bahiana de Imprensa)⁶⁴.

Na edição⁶⁵ nº 5, o mais velho exemplar encontrado, lê-se no frontispício.



As Coisa dos Rocêro, nº05, 1ª Duminga do mês de novembro de 189

Vila de Cana Verde, FRIGUIZIA de Noça Senhora do O⁶⁶.

AS COISA DOS ROCÊRO

Orgo do partido do Sinhou Bom Santo Antonho Conceeiro Diministradou Prepeto dos Ministério de Riba. AMÉM.

63 - Os exemplares de nºs. 5, 7, 8, 9, 10 e 11.

64 - Oportunamente, agradecemos ao empenho da museóloga Lygia Sampaio, cujos cuidados ao acervo de publicações do Museu da Associação Bahiana de Imprensa, merecem todos os elogios. Os exemplares da ABI encontram-se em perfeitas condições de uso; já aqueles da Biblioteca Pública, pelo contrário, encontram-se em estado comprometedor, quando não dilacerados.

65 - Anno I – Nº 5 - 1ª Duminga do mês de novembro de 1899.

66 - "Freguesia era o termo utilizado para definir a divisão eclesiástica da cidade". Entre as sete freguesias suburbanas constava Nossa Senhora do Ó de Paripe. (PINHEIRO, 2002, p. 182).

Foia dadeira das notiça cá de fora, sem falá da vida aeia nem mulequêra - Voças Sinhuria não inore não os erro da gramatia, apois a gente está ainda um pouco lanzudo neste triviá.

A TROGAFIA E CUMA SE PURNUNCIA

Inscrevedo Propiataro

Coroné Zé Perêra Capa Bode

Arrepresentante da Vara seu fio

Janjão Capa Bode

Arrispitivo Pulitica nada, cum Deus

Caçadou das nostiça de fora

Capitão Mané Priquito

Cum ajitora dos Criadou de bixo

e dos Lavradou de fumo.

FALLOU EM MULEQUÊRA,
BARROFORA⁶⁷

Algumas das características do jornal já são demonstradas no rosto do periódico, tais como a ironia marcada (*Arrispitivo pulitica nada, cum Deus*) e o dialeto caipira anunciado (*V.Sa. não inore os erro da gramatia*). É possível notar, ainda, outras peculiaridades, como o fato de que, assim como a maior parte dos partidos políticos do período, a *Foia* possuía seu próprio órgão divulgador (*Orgo do partido do Senhor Bom Santo Antonio Conseiro*). O patrocínio para o periódico, por sua vez, vinha dos *Criadou de bixo e dos Lavradou de fumo*. Destaca-se também, no frontispício, a frase *Foia dadeira das notiça cá de fora*. “De fora” extamente de onde? De fora da cidade, ou seria do jornalismo “oficial”, ou mesmo do círculo de poder? Essas são questões que a análise a seguir tentará responder.

67- Reproduzimos textualmente, desse primeiro exemplar, todo o frontispício do jornal tendo em vista que suas características perduraram após a mudança do nome do periódico para *Foia dos Rocêro*. (“Órgão do partido do Senhor Bom Santo Antonio Conseiro Administrador Perpétuo dos Ministérios de Cima. AMÉM. Folha dadeira das notícias cá de fora, sem falar da vida alheia nem molequeira. Vossas Senhorias não ignorem não, os erros da gramática, pois a gente está ainda um pouco lanzudo [tosco, grosseiro] neste trivial. A ortografia é como se pronuncia. Escrevedor Proprietário; Representante da Vara [do jornal] seu filho; A respeito de política, nada; Caçador das notícias de fora [correspondente]; Com adjutório [ajuda] dos criadores de animais e dos lavradores de fumo. Falou em molequeira, Barro fora”).

O jornal, então, compunha-se de 10 textos e um anúncio. O **ISPI-DIENTE** que vem na capa explicava:

Quem quizé piçui As Coiza dos Rocêro⁶⁸, axa dentro da Capitá d'esta Pruvíncia, na praça do Comerço, nº 1
[...].

Sinatura por méis selo e um pra dentro da capitá e fora antonce dois méis ingolobado 4 pataca e meia e mais 3 vintem;

[...]

Pagamento nesta cundição: As Coiza dos Rocêro – na mão, e o dinhêro na outra; negoço é negoço, amigos a parte.⁶⁹

Também na capa, aparece o **Sirviço Ispiciá d'As Coisa dos Rocêro – Notícias qui veio pur o timbó arenguêro ou arame arenguêro.**⁷⁰ São notícias breves, em forma de telegramas⁷¹, remetidas e assinadas pelos roceiros. A nova linguagem muda a feição da imprensa com mensagens mais curtas e rápidas; conforme Janovitch, os telégrafos anunciavam as modificações no formato e conteúdo da imprensa de perfil mais sisudo (JANOVITCH, 2006, p. 86). As comunicações e seus novos modos de expressão vêm marcar mudanças nos costumes e na sociedade, como mostra o exemplo abaixo:

Cidade de Pés Junto, 3 -11-99

Seu Coroné Zé Perêra Capa Bode

Seguiu pra ahi 500 difunto pra votá na sua xapa.

Vão a pé pelo caminho de Santiago, mais po-

68 - A grafia do nome do jornal *As coisa dos Rocêro*, ora aparece com “s”, ora com “z”.

69 - Quem quiser possuir “*As Coiza dos Rocêro*” acha dentro da Capital desta Província na praça do Comércio, nº 1 -Assinatura por mês selo e um para dentro da capital e fora então dois meses englobados 4 patacas e meia e mais 3 vinténs;

Pagamento nesta condição: “*As Coiza dos Rocêro*” – na mão, e o dinheiro na outra; negócio é negócio, amigos à parte.

70 - Notícias que vieram pelo timbó (cipó para dizer fio), arengueiro (mexeriqueiro, intrigante). *Novo Dicionário Aurélio* (1975)

71 - O telégrafo surge no Brasil em 1874.

dem vortá imbarcado no cumeta de 13 de Novembro.

Até logo.

Macaco Belleza ⁷²

Já começa a se falar nas próximas eleições [nov/1899], satirizando as fraudes do sistema eleitoral vigente. Essa é uma crítica constante nas folhas do jornal. Essas duas colunas fixas (*Ispidiente e Sirviço Ispiciá*) estão sempre presentes na capa. O jornal também publica a coluna literária denominada *Foetinho - Como se casa um matuto - Comédia em três actos - Original de Jacinto A. Sampaio*, com capítulos seriados em atos teatrais, com direito ao “continua”. Tratava-se do folhetim, modelo de praxe no jornalismo do período, com escritos literários publicados por etapas.

Outras colunas fixas vão continuar após a mudança de nome, tais como a **Imbirrança**, assinada pelo personagem *O Imbirreiro*, e que reproduz um suposto diálogo do autor com seu compadre sobre algum ponto da vida política e social da cidade sobre o qual ambos discordam. Essa coluna conseguiu sobreviver às várias mudanças ocorridas no periódico, tendo sido veiculada até 1968.

E mais: *Li nas foia...* (comentários de notícias de outros órgãos da imprensa); *Diz os abiudo... qui...* (notícias ou inferências do redator sobre a política); *Bartulameu e Praxede* (conversa entre compadres) e o editorial (em verso ou prosa). Mais esporádicas eram colunas como *A gaita mateira* (trovas satíricas); *Um pinicão... só* (estrofe crítica sobre algum personagem ou situação); as *Cartas* e os *Annunços*. Poucas mudanças foram introduzidas quando se mudou o nome para *Foia dos Rocêro*.

Os primeiros periódicos não tinham grandes anunciantes, já que o comércio pouco se interessava em movimentar a venda dos produtos na publicidade noticiosa. Os jornais sobreviviam das assinaturas prévias e das poucas vendas em lugares fixos da cidade. É bom lembrar que ainda não havia

72 - Cidade de Pés Juntos, 3/11/99. Seguiu para aí 500 defuntos para votar na sua chapa. Vão a pé pelo caminho de Santiago, mas podem voltar embarcados no cometa de 13 de Novembro. Até logo. Macaco Belleza

muita circulação nas ruas, apesar dos acontecimentos ocorridos nelas serem absorvidos pelas páginas dos periódicos (JANOVITCH, 2006).

Os primeiros exemplares do jornal *As Coiza dos Rocêro*⁷³ seguem o padrão gráfico do periódico *A Coisa*, também de cunho humorístico, editado em 1897:

A Coisa

Sirviço d' A coisa
O Implicante com...
Corre como certo...que...

As Coiza dos Rocêro

Sirviço Ispiciá d' *As Coiza dos Rocêro*
O Imbirreiro
Diz o Abiudo...qui...

No início, as duas publicações eram antagonistas, mas com o tempo tornaram-se parceiras.

*A Coisa*⁷⁴ publicou sobre a *As Coiza dos Rocêro*:

EPITAPHIOS

*Descansa aqui dos "Rocêro"
A sua invejosa "Coisa"
Depois do "numbro" "tercêro"
Trouxeram-na para a loisa.
[...]
Se acaso resuscitar,
Como inda esperam os "brejêro"
Há de seu nome mudar
P'ra - "Coisa dos Porretêro".*

Max Caio

73 - O primeiro número do *As Coiza dos Rocêro* não foi encontrado, também não existirem os seguintes 2, 3 e 4.

74 - Em 22 de outubro de 1899.

No entanto, A partir de janeiro de 1900 o jornal *A Coisa* é que pasará a se inspirar nas novidades da *Foia dos Rocêro*.

Para a pesquisadora Paula Janovitch (2006), os semanários de narrativa irreverente caracterizavam-se pela circunstancialidade e falta de periodicidade, apesar disso, o desaparecimento ou mudança de nome os atrelava das maneiras mais diversas e criativas. Quando *As Coiza dos Rocêro* mudou o nome para *Foia dos Rocêro*, o redator escreveu para seus leitores, em janeiro de 1900:

Foia dos Rocêro:

Im virtude d'uma merma qui as turidade, alavantaro arrispitivos o titro desta foia – As Coiza dos Rocêro, - pruvia de paricê qui este nome é dizonstrado qui as famia honesta não pode isprivitá as culina da dita cuja foia, e mermo pra não havê nuve nois barganhamo o nome pra Foia dos Rocêro ⁷⁵ [...].

Apesar de ter sido cantada em epitáfios, a *Foia* continuou a ser editada – até porque recebia apoio de seus leitores, orgulhosos de ter um órgão que os representasse, como disse *Miligido Bispo da Igreja* em carta ao redator: “[...] *no impero repubricano cada crasse tem sua trografia mode nella antratá os seus deréto, porque os rocêro não haverá de tê tombem uma foia a mode nella estampá o qui fôu perciso im binifiço de nois?*”⁷⁶

Com o nome *Foia dos Rocêro*, o jornal surge trazendo novidades grá-

75 - Em virtude de uma mesma que as autoridades levantaram a respeito do título desta folha - *As Coiza dos Rocêro*- por via de parecer que este nome é desonestado [desonrado] que as famílias honestas não podem espevitar [observar] as colunas da dita cuja folha, e mesmo para não haver nuvem nós barganhamos [trocamos] o nome para *Foia dos Rocêro* [...] - 4ª duminga de janeiro de 1900.

76 - ([...] No império republicano cada classe tem sua tipografia/ortografia [?] para nela tratar os seus direitos, porque os roceiros não haveriam de ter também uma folha para nela estampar o que for preciso em beneficio de nós?) *As Coiza dos Rocêro*, exemplar nº 11, 1ª duminga do meis de Janero de 1900.

ficas e mais informações no frontispício. Aparece um novo cargo entre seus colaboradores, o *Ledou de Gazeta – Mané Caipora* – e outros dados foram ainda acrescentados na capa de forma numerada:

Orgo uficiá da roça e do partido do dizingrossa

O triviá desta foia:

1º - A trografia é cumo se prununcia

2º - Falou im mulequêra, barro fora

3º - Arrispitivo pulitica nada cum Deus

4º - Foi ingroceiro cae no Embirreiro.⁷⁷

Uma novidade importante, surgida quando da mudança do nome do periódico (nº 14), foi a introdução das vinhetas para ilustrar o jornal.

Como não foi possível acessar o primeiro número do jornal, a análise se baseou no exemplar especial de nº 35, cujos textos em verso reafirmam seus propósitos nas felicitações ao *Foia*⁷⁸ por seu primeiro aniversário:

Sodação

[...]

Viva a Foia dos Rocêro

Pur o anno de existência!

É bixinha corajuda,

De talento e independença!

Este jorná piquininho

Tem a grande quolidade

77 - (O trivial desta folha: 1º - A ortografia é como se pronuncia;/ 2º - Falou em molequeira, barro fora;/ 3º - A respeito de política nada com Deus;/ 4º - Foi ingroceiro cai no Embirreiro).

78 - Na 3ª duminga do mês de agosto de 1900.

*De pricigui os gatuno
Que vêve n'arta suciadade!
[...]
Fais um anno que cumbate
Sem médo e cum valentia
Contra o ratão comedou
Que desgraçou a Bahia!*

*Esta Foia arreprenta
O grande povo miúdo,
Que ta gemendo e pagando
Ladroeira dos graúdo!*⁷⁹

Zeca Gaiteiro

O redator assume o papel de justiceiro na defesa do povo da Bahia, acusando políticos de desviar dinheiro da população e, em particular, do “grande povo miúdo”, notadamente os roceiros que o jornal representa.

De acordo com os versos, a *Foia* era um jornal independente, que zelava pelos bons costumes e pela moralidade, ao perseguir os gatunos e combater com valentia “o ratão” que roubou a Bahia (governador Luiz Vianna). Seu principal objetivo era não deixar os eleitos pelo povo encherem a barriga de dinheiro público.

O último número encontrado dessa 1ª fase do jornal é identificado e datado como sendo do *Anno 3º – 2ª duminga do mês de junho de 1903 – nº 105 – Do minerá trincante – Capitão Zé Canguinha*. Depois desse número, houve um longo intervalo na periodicidade do jornal, com o pró-

79- **Saudação**// Viva a Foia dos Rocêro/ Por um ano de existência! É bichinha corajosa,/ De talento e independência!// Este jornal pequenininho/ Tem a grande qualidade/ De perseguir os gatunos/ Que vivem na alta sociedade! [...]// Faz um ano que combate/ Sem medo e com valentia/ Contra o ratão comedou [grifo no original]/ Que desgraçou a Bahia!// Esta *Foia* representa/ O grande povo miúdo,/ Que está gemendo e pagando/ Ladroeira dos graúdos! // Zeca Gaiteiro

ximo número reaparecendo apenas em 1929, sob a assinatura de um novo editor, Mário Paraguassú. A linha editorial mantém alguns aspectos anteriores como a defesa dos cidadãos e a aparente desvinculação partidária (*Prupriedade sem dono - Jorná sem partido e sem redação*).⁸⁰

Artigo pazo [sic]

O Foia é um jorná fundado com toda formalidade do secro atuá qui vem a lume mòde defendê os interesse pessoá das pessoa por mais inqualificave qui seja, na çuciadade cunvirtida.

[...] ⁸¹

A partir dessa segunda fase, (1929) as edições são escassas nos arquivos baianos. O nº 106 (1947) será o próximo⁸², quando já começa a mudar o estilo da linguagem, parte em caipira, parte em linguagem culta e a crítica ao governo já não se faz tão mordaz. Nos quatro números editados entre 1955 a 1957⁸³ desaparece o “dialeto” caipira. Existem apenas mais dois exemplares, de 1962 e 1968, na ABI⁸⁴.

A primeira referência ao fundador do jornal surge no exemplar de nº 01 (1957), sob a direção do redator e proprietário Mário Paraguassú:-

80 - Foia dos Rocêro – Propriedade sem dono - Bahia, Brazil – Sabbo, 9 de fevereiro de 1929 - Anno I - Nº 01 - Jornal sem partido e sem redação - Direto: Cirilo seu criado.

81 - Artigo pazo (pago?) O *Foia* é um jornal fundado com toda formalidade do século atual que vem a lume [luz] para defender os interesses pessoais das pessoas por mais inqualificáveis que sejam na sociedade convertida.

82 - Ano XX, de 24 de maio de 1947.

83 - Um exemplar out/1955, dois de jul/1956 e um de fev/1957.

84 - O exemplar de nº 1, de 25 de agosto de 1962 e o nº 2, (reedição, número avulso), em 14 de agosto de 1968. A coleção da ABI conta com 57 exemplares da *Foia dos Rocêro*, sendo 32 do período estudado (1899-1900). Somam-se a esses, dois números de *As Coisa dos Rocêro*. Na Biblioteca Pública do Estado da Bahia constam seis exemplares da *As Coisa dos Rocêro* e 33 da *Foia* e nessa coleção há dez números diferentes do arquivo da ABI. Já na Biblioteca Nacional existem seis exemplares do período de 1900 a 1901. [Ver lista completa dos jornais no Anexo A].



Folia dos Rocôro de 14 de agosto de 1968. Identificação do fundador do jornal. Fundado por Jesuíno Ávila – (*Coroné Capa Bode*). Reeditado por Mário Paraguassú – Redator- proprietário.

Vale notar o fato que nas pesquisas realizadas para este trabalho, nenhuma informação sobre o fundador do *Folia dos Rocôro* foi encontrada (as buscas foram feitas no próprio jornal, assim como em outros do estilo humorístico ou da imprensa “oficial”)⁸⁵.

Contudo, entre esses exemplares foram encontradas algumas pistas tais como a que se apresenta no nº 2 da *Gazeta dos Rocôro*⁸⁶:

Trovando... Só

O Coroné Capa Bode,
Esse jogou fidunga,

85 - Humorísticos (*A Coisa* e *Gazeta dos Rocôro*), imprensa “oficial” como *A Bahia*, *Correio de Notícias*, *Jornal de Notícias*; Bibliotecas, Fundações e Arquivos como, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Fundação Clemente Mariani, Arquivo Público do Estado da Bahia (sessões Judiciário/Inventário, Republicano/Justica, Cível/Autos crimes, Listas eleitorais), Atas das sessões do Conselho Municipal na Fundação Gregório de Mattos, Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, Cúria da Diocese de Salvador, Associação Bahiana de Imprensa, dissertação sobre o *Diário da Bahia*, da professora Kátia Carvalho, em lugar do jornal, por causa do estado precário dos exemplares do período da pesquisa (1899/1900), livros, pesquisa via web, entrevistas com professores de História da Bahia etc. Não se conseguiu também investigar o *Diário de Notícias* por não existir exemplares nos arquivos públicos com condição de uso.

86 - Anno I, 30 de março de 1901.

Diz qui vai mudá o nome
Pra Capa Bode Calunga.⁸⁷

Xico Brabo

No próprio *Foia dos Rocêro*⁸⁸ n° 30, diz-se, também, que ele era um rapazinho moderno que foi caixeiro e, no exemplar n° 64, na coluna **Diz as má língua...** o Coroné é mais uma vez mencionado:

...qui o Sivi ta grenado ca Foia dos Rocêro, pruvia da figura qui sahiu no derradeiro numbro.

...qui o Coroné deu as pruidença pru o cujo não pude fazê nada a dita...

...qui mandou arrigistrá a cuja, pra sê agarantida.⁸⁹

Nada mais foi encontrado seja no Arquivo da Junta Comercial da Bahia⁹⁰, seja no Arquivo Público. Vale ainda dizer que, além do estado lastimável em que se encontram muitos jornais antigos nesses locais, o que por si só dificulta a pesquisa, os próprios descendentes do segundo proprietário, Mário Paraguassú, não possuíam maiores informações sobre o semanário. Até então, as menções escritas sobre o *Foia dos Rocêro* foram encontradas nos *Annaes da Imprensa da Bahia*, de Carvalho e Torres (1911), na *Gazeta dos Rocêro* e no jornal *A Coisa*. Todavia todos os trechos referem-se ao fundador com o pseudônimo do redator proprietário: O *Coroné Zé Perêra Capa Bode*.

O detalhe de jamais ter sido revelado o nome verdadeiro do fundador do periódico levanta a suspeita de que Jesuíno Ávila precisava proteger-se ou que esse nome era um outro disfarce do jornalista. Em qualquer das duas hipóteses,

87 - **Trovando...Só**// O Coronel Capa Bode./ Esse jogador *fidunga*./ Diz que vai mudar o nome/ Para Capa Bode Calunga.// *Xico Brabo*

88 - Anno I, 2ª Duminga do meis de Julho de 1900.

89 - ...que o Sivi está grenado [zangado] com a *Foia dos Rocêro*, por via da figura que saiu no derradeiro número;/ ...que o Coronel deu as providências para o cujo não poder fazer nada a dita.../ ...que mandou registrar a cuja, para ser garantida. 2ª Duminga do meis de maio de 1901.

90 - Sessão de contratos e distratos.

lembra-se que o mérito do jornalista não desaparece, já que “O Coroné” é um pseudônimo que virou autor e tornou-se a personificação do seu jornal.

O anonimato ou o disfarce era desvendado, algumas vezes, por meio da análise da orientação ou da linguagem, assim como por dados mencionados seja no próprio texto, seja em depoimentos de adversários ou de testemunhas (LIMA, 1963, p. 160). O rol de pseudônimos muitas vezes, confundia o leitor tamanha a quantidade utilizada por uma mesma personalidade. Assim como o jornal dos roceiros aparentava possuir 31 jornalistas, mas, apenas o redator escrevia. Todos foram apresentados no exemplar nº 24 em carta de boas-vindas ao futuro governador da Bahia, o advogado Severino Vieira⁹¹.

Na edição⁹² que saúda o século XX, aparecem 10 dos 31 jornalistas⁹³ adorando o Menino Jesus.



Jornal *Folia dos Rocêros*, nº 51, 3ª Domingo do mês de dezembro de 1900. Os jornalistas da *Folia*

Como foi mencionado, quando da análise sobre o uso de pseudônimos no *Folia*, estes estão ligados às características da pessoa, ao lugar que

91 - Em maio de 1900.

92 - 3ª Domingo do mês de dezembro de 1900.

93 - 1 - Coroné Zé Perêra Capa Bode 2 - Janjão Capa Bode 3 - Mané Piquito 4 - Mané Capora 5 - Bartulameu 6 - Praxede 7 - Serafim Badirista 8 - O imbirreiro 9 - Zé Pinica Pau 10 - Xico Girigonça.

vivem, ao próprio sobrenome, à aproximação com animais ou ainda podem representar um gracejo, um apelido etc. Sobre esse assunto, Saliba (2006) relembra, no prefácio de *Preso por trocadilho*, que embora a censura formal não estivesse sequer organizada, no início do século XX, a irreverência nunca foi bem vista, “porque no limite cheirava a coisa interdita ou de mau-gosto, atraindo as lâminas das tesouras” (SALIBA, 2006, p. 14)

Pseudônimos usados como forma de proteção também é uma explicação plausível, já que a existência do produto (jornal) de responsabilidade de uma única pessoa (um traço comum do pasquim), implicava que todos os riscos, por conseguinte, eram assumidos pelo “herói”. Magalhães Jr., citado por Janovitch (2006), diz que os pseudônimos eram usados na imprensa para “fazer render” o número de redatores e dar a impressão que o jornal tinha uma “legião” de colaboradores (MAGALHÃES Jr, 1996a, p.23 apud JANOVITCH, 2006, p. 108). Na *Foia dos Rocêro*, apesar das colunas serem assinadas por Xico Araquan, Zé Treis Bunda, Mané Caipora, Cansação & Tiririca etc., tudo indica que se tratava de apenas um jornalista.

Um político, um homem, um foliculário [escritor de folhetos], um escritor, segundo Sodré, (1999) servindo a interesses seus com orientação própria ou obedecendo a imposições de mandantes, escrevia um jornal inteiro. Um jornalista também podia ser o redator e o impressor, simultaneamente, caso que não foi raro, para o autor, uma vez que o impressor era também “um partidário” (SODRÉ, 1999, p. 159).

Quando fala sobre *O Paulista*, primeiro jornal de São Paulo, publicado em 1823, Janovitch (2006) diz que toda a montagem do jornal ficava a cargo do redator (o que demonstra não se tratar de uma característica exclusiva do pasquim). Era função desse redator, escrever e organizar a distribuição dos artigos, separar em seções próprias suas matérias, assim como os textos e artigos enviados por colaboradores (JANOVITCH, 2006, p.32). O redator *Coroné Capa Bode* referenda tal tendência do jornalismo do século XIX numa declaração em seu jornal⁹⁴:

94 - Ano I, nº 47, p. 2, em novembro de 1900.

Adecraramento

Pur via de certos suplicante gavola andá cafangando pru impusturação qui é um Mané Priquito, qui outro é Janjão Capa Bode e qui outro é Mane Caipora, adecraro ao povaião im gerá qui é histora; apois só quem fais a iscrivinhação d'essa foia é o Coroné Zé Perêra Capa Bode, ajitorado as veis pur arguns iscritinho qui argüem manda sem dizê os nome.

Pur isso quando quoqué individuo dixé qui tombem iscreve a Foia, pode quorqué pessoa, dizê: É mintira qui tu non iscreve na *Foia*, gavola.⁹⁵

Coroné Zé Perêra Capa Bode

Dando continuidade às características dos pasquins apontadas por Sodré (1999) e detectadas no *Foia dos Rocêro*, reporta-se à linguagem ferina usada em suas folhas para atingir os poderosos, cujo teor justificava-se mais por uma fase histórica e política do que por uma qualidade da imprensa. O historiador primeiro alerta que a linguagem virulenta era usada tanto pelas oposições como pelos jornais ministeriais no século XIX. Depois, segundo Sodré, a “pequena imprensa”, incluindo os jornais humorísticos, retratava vozes que combatiam pelo poder que lhes assegurasse condições de existência compatíveis ou com a tradição ou com a necessidade (SODRÉ, 1999, p. 157).

O uso do insulto e da difamação vem, assim, da busca por uma norma política amoldada aos seus anseios e ao desconhecimento de outra linguagem num meio onde a educação e o ensino eram pouco difundidos.

95 - (Por via de certos suplicantes gabolas (exibidos) andar cafangando [escarnecendo] por imputação que é um Mané Priquito, que outro é Janjão Capa Bode e que outro é Mane Caipora, declaro ao povaião em geral que é história. Pois só quem faz a escrita desta folha é o Coroné Zé Perêra Capa Bode, adjutorado [ajudado] às vezes por alguns escritinhos que alguém manda sem dizer os nomes.// Por isso quando qualquer individuo disser que também escreve a *Foia*, pode qualquer pessoa, dizer: É mentira que tu não escreves na *Foia*, gabola.// Coroné Zé Perêra Capa Bode).

Para Sodré, a imprensa pasquineira, que parece ter influenciado a linha patriótica do *Foia dos Rocêro*, retratava o atraso e as paixões de uma fase histórica que carregava três séculos de domínio colonial fundado na escravidão. Enfim, o aparecimento dessa vertente jornalística estava ligado “ao meio, ao tempo, à gente e à cultura” (SODRÉ, p. 167).

Há curiosidades também nos títulos e epígrafes dos pequenos jornais, e *A Foia dos Rocêro* guardava os interesses de uma classe transcritos no título. A epígrafe, por seu turno, anunciava os propósitos, programa e razão de existência do jornal (Sodré, 1999). *As Coiza dos Rocêro* trazia uma epígrafe de três linhas, citada no início desse capítulo, que era um verdadeiro discurso e que, ao longo do tempo, foi diminuindo. Já como *Foia dos Rocêro* aparecia: *Orgo uficiá da roça e do partido do dizingrossa, apois a Foia nem gosta d'ingroçá, tanto pur isso qui é orgo do dizingroça*⁹⁶.

Sobre a periodicidade ou mesmo perenidade dos veículos do jornalismo humorístico, a vida efêmera e as falhas na publicação também eram uma tendência. O jornal *Foia dos Rocêro*⁹⁷ publicou uma carta do semanário humorístico *A Bala*, despedindo-se do companheiro. Diz o *Coroné Capa Bode*:

ABALA

Arrecebemo esta sumana uã carta do escrevedou qui iscrivia a foia a riba, decrarando qui pruvia das cundição a bixinha d'elle deixa de dá o ar da sua graça, o qui nois sintiu mémo uã dou no in-triou do coração, apois, aquilo qui era foiazinha pra fallá rozado.⁹⁸

96 - Órgão oficial da roça e do partido de desengrossa, poia a Folha não gosta de engrossar tanto por isso que é órgão do desengrossa.

97 - Abril de 1900, nº 19.

98 - (Recebemos esta semana uma carta do escritor que escrevia a folha acima, declarando que por via das condições a bichinha dele deixa de dar o ar de sua graça, o que nos sentimos mesmo uma dor no interior do coração, pois aquilo que era folhazinha para falar rosado).

Eis parte da carta:

“Ilustrado redactor da chistoza *Foia dos Rocêro*”

[...] declaramos solememente perante todos os bahianos patriotas e não porque sejamos covardes e tenha-mos medo das vinganças pequeninas dos tyrannos mal desfarçados.

Bahia, 3 de Abril de 1900. – Do vosso patricio agradecido – Gasparino d’Alva.

A propósito, o Coroné afirma, no exemplar nº 53, que Gasparino D’Alva era pseudônimo de Cosme de Farias, seu amigo e companheiro. O outro jornal humorístico *A Coisa*, antes da publicação dessa carta⁹⁹, publica em artigo de capa:

A BALA

São do conhecimento de todos os acontecimentos que se deram esta semana relativamente a este nosso destimido collega de imprensa.

Policiaadores disfarçados, ou quem quer que fosse, na segunda-feira, tomaram das mãos dos vendedores todos os números do referido jornal, rasgando-os, “heroicamente”, em plena Praça Castro Alves! [...]

No último parágrafo o jornalista desabafa,

Nós que somos da imprensa pequena, que nada vale, a eterna desrespeitada, muito estimaremos que tenham fim as perseguições aos periódicos, que embora parcamente, trabalham também pelo bem estar público.

Abraçamos Gasparino D’Alva...

99 - Jornal nº 130, 11 de marco de 1900.

Fica explícito o modo como os pequenos jornais eram tratados na Bahia do século XIX. Conforme os *Annaes da Imprensa da Bahia*, foram publicados somente seis exemplares do jornal *A Bala*. O Coroné partilha do mesmo sentimento do colega jornalista em texto da coluna Imbirrança¹⁰⁰: “*Home, pur as foia sê piquininha não, apois as mais concederadas do Brazi todo foi assim qui nem A Foia dos Rocêro, A Coiza, A Bala, e ediceta, no cunsuante do porguêsso foi qui foro crescendo e assubindo no credo, inté qui chegaro no toupo qui tão na data de hoje.*”¹⁰¹

São os indícios da *liberdade da faca*, de que fala Sodré (1999), que demonstram as perseguições sofridas pelos pequenos jornais. No entanto, não foi encontrado nenhum registro de a jornalista, alguns desses artistas usaram o desenho para tecer seus comentários sobre a política. Declara, ainda, que esses desenhistas exerceram grande influência em muitos artistas da época, ajudando a estabelecer, na Bahia, um dos centros criativos do humorismo (PIERONI, 1998, p. 39).

Esses são os caminhos e os nomes que podem levar à determinação da autoria das ilustrações do semanário dos roceiros, uma vez que, naqueles idos, um mesmo artista gráfico trabalhava em vários periódicos (e, sendo assim, tanto Soares dos Santos quanto Arthur Arézio da Fonseca¹⁰² podem também ter ilustrado o jornal a *Foia dos Rocêro*).

Personificada como a cidade da Bahia ou as finanças do estado da Bahia, a *Mulata Velha* era constantemente referenciada nos textos ou nas ilustrações do semanário como a mantenedora dos políticos de honestidade duvidosa. A personificação é uma das características da charge que remete a um tema específico correlacionado a uma personalidade pública (da mesma forma, a figura do *ratão*, mais centrada no governador Luiz Vianna,

100 - Nº 34, agosto de 1900.

101 - (Homem, pelas folhas serem pequeninhas não, pois as mais consideradas do Brasil todo foram assim que nem *A Foia dos Rocêro, A Coiza, A Bala*, e etc. na consoante do progresso foi que foram crescendo e subindo no credo, até que chegaram no topo que estão na data de hoje).

102 - O professor Luis Guilherme Tavares aventa a possibilidade de Arthur Arézio da Fonseca ter sido o ilustrador do jornal *A Malaqueta* (TAVARES, 2005, p. 45).

lembrava os políticos de modo geral que, segundo o redator, eram ladrões do tesouro público). Assim as ilustrações do *Foia dos Rocêros*, acompanhadas de suas legendas, além de provocar sentido, criticavam, despertavam a imaginação dos leitores e os auxiliavam na compreensão e assimilação da notícia através do riso.

O CONTEÚDO DA FOIA

Tabelas¹⁰³ foram construídas com base nos operadores de análise, para apresentação dos percentuais obtidos quando das referências a líderes políticos. A argumentação será tecida, assim, levando em consideração o resultado obtido em cada quadro.

Com relação ao uso do humor na *Foia dos Rocêro*, foi possível perceber o elevado grau de comicidade com que se noticiavam as ações políticas no periódico. O redator *Coroné Zé Perêra Capa Bode* optou por expor as práticas dos atores políticos através de uma estratégia satírica e essa atitude, em consequência, assume ares de subversão. A linguagem cômica do jornal poderia, assim, proporcionar risos, desforra ou reflexão nos leitores.

Incluídos nesse humor, os apelidos se destacam como a forma constante de se dirigir aos governadores Luiz Vianna (1896-1899) e Severino Vieira (1900-1904), assim como ao intendente [prefeito], conselheiros, deputados, secretários municipais/estaduais, à polícia ou a outras posições de mando. No caso dos governadores, por exemplo, o título usado era *Reis*, alusão feita pelo *compadre Praxedes* em conversa com seu amigo na coluna *Bartulameu e Praxede*¹⁰⁴, (*Pur isso não, qui voincê oie essas figura qui vem pintado nos baraião e veja se os Reis non tem úa varinha abuliada na mão*)¹⁰⁵. Os dois governadores eram tratados como Reis Lulu e Reis Sivi.

103 - As tabelas encontram-se dispostas nos apêndices A, B, C e D. Os resultados também aparecem em forma de gráfico no apêndice E.

104 - Edição de nº 25, 1ª Duminga do mês de junho de 1900.

105 - (Por isso não, que você olhe essas figuras que vem pintadas nos baralhos e veja se os reis não têm uma varinha abuliada na mão).

No entanto, para o governador Luiz Viana, o tratamento é diferenciado e há outros apelidos depreciativos e animalizados tais como *Reis Xuxinho*, *Reis Vehinho*, *Papa-mé*, *rataião*, *Lulu papa-mé*, *Lulu ratão*, *gatuno*, *dente de coeio*, *rabudo* etc. O líder do Partido Republicano (PR) era rechaçado de todas as formas pelo *Foia* em linguagem textual ou nas ilustrações, de forma virulenta, no mais estrito significado da palavra. Uma posição antagonista, extremista e parcial como era característica do jornalismo do final do século XIX, com um texto político-partidário (cf. RIBEIRO, 1998).

Os ditos rurais, por sua vez, têm uma conotação diferenciada quando empregados para referendar o homem, seus costumes e a vida do campo no linguajar caipira. Por exemplo, *Xico Giringonça*, quando conta a história da perda das calças de *Jão Izé Pinheiro*, se dirige ao personagem e diz: “*Arreie o filipe e conte a histora déreito cuma foi*”¹⁰⁶. Nesse campo linguístico, como em qualquer outro, há marcas específicas do “dialeto”. Qualquer membro daquela comunidade que fala a mesma língua saberia que *filipe* significa saco, vocábulo dicionarizado mas que caiu em desuso, sendo porém preservado pelas populações que praticam os falares rurais.

Outro importante operador de análise é o uso de termos irônicos no periódico. Freud alega que a ironia só pode ser entendida quando a outra pessoa percebe o oposto (FREUD, 1978, p.199). É justamente o que o *Coroné Capa Bode* fazia, ao identificar explicitamente a ironia por meio da utilização de grifos, como é possível notar no discurso de saída do governo Luiz Vianna, segundo o compadre Praxede¹⁰⁷: “só falou nos *amioramento* quelle *amiorou* os quato anno”¹⁰⁸ [grifos no original]. Na verdade era o contrário, não fez melhoramentos significativos na cidade frente às prementes necessidades.

As marcas da ironia na *Foia* são expressamente visíveis nas referências às autoridades. Por exemplo, quando cita a polícia, o redator se expressa como “a guarda *não sou nada*” [grifos no original], detalhando que fu-

106 - (Arrie o felipe/saco e conte a história direito como foi). Ano I, nº 30, 2ª Domingo do mês de julho de 1900.

107 - Da coluna *Bartulameu e Praxede*, edição nº 25 da 1ª Domingo do mês de junho de 1900.

108 - ([...] só falou dos melhoramentos que ele melhorou nos quatro anos).

nileiro, sapateiro e carpina [carpinteiro] se metem no uniforme, mas nem sabem de que lado se pendura a espada¹⁰⁹. Dessa forma, ironiza, deprecia e graceja ao mesmo tempo.

Tais marcas de ironia no tratamento a autoridades políticas podem colocar a informação e o veículo em posições de aproximação ou de afastamento em relação ao público. Em outras palavras, a mensagem só poderia ser entendida, caso o leitor estivesse atualizado com as notícias da política. Caso estivesse alheio, sentir-se-ia afastado do processo e não poderia interpretar as frases contraditórias. Além disso, a postura do jornal, por si só, também poderia afastar os leitores que não comungassem com sua orientação política.

Para Márcia Benetti, o jornalismo é um campo movediço para o uso da ironia porque cria ao redor de quem fala uma aura de “arrogância e prepotência” (BENETTI, 2007, p. 14), ou seja, o leitor, conforme a autora, pode ter uma opinião diferente sobre o fato tratado. O *Coroné Zé Perêra Capa Bode* se apoderava dos instrumentos do discurso cômico, entre eles a ironia, para julgar procedimentos desviados dos “bons costumes” políticos e sociais, repassando seu juízo aos leitores, primeiro, como um membro da mesma sociedade que os produziu, depois como detentor dessa poderosa autoridade de informar.

O editorial da edição de nº 30, por exemplo, pode ser interpretado como uma peça única de ironia. No exemplar anterior foi relatada a passagem do cargo de governador de Luiz Vianna para Severino Vieira. Para justificar os cofres vazios, o *papa-coconé* [alrunha de ladrão] disse, em discurso, que não deixou dinheiro para a Província com medo dos ladrões roubarem. Nesse texto opinativo, o alferes Jão Izé Pinheiro perdeu suas calças com dinheiro e bilhetes de loteria nos bolsos por conta de um *maganatismo* do ladrão, sem ele dar pela *trimamoca*. O jornalista usou o estilo dos contos de fada, chamando atenção para o imaginário popular: *Oie iscutem bem essa histora, qui é da caruchuchinha, mas porem tem graça ingraçada* e termina assim: *Entrei pur uã porta sahi pur outa; reis meu sinhou, qui me conte outa.*¹¹⁰

109 - Da coluna *Imbirrança*, edição nº 25 da 1ª Duminga do meis de junho de 1900.

110 - (Olhem, escutem bem essa história, que é da carochinha, mais porém tem graça engraçada [...] Entrei por uma porta saí por outra; reis meu senhor, que me conte outra.) Edição nº 30, 2ª Duminga do meis de julho de 1900.

O redator do jornal *Foia dos Rocêro*, imbuído da “autoridade” de comunicar, usava palavras e frases carregadas do recurso irônico para assumir uma posição moralista e patriótica, como relatou Sodré (1999), reportando-se às características de jornalistas dos pasquins do século XIX. O índice elevado de aplicação da ironia e sarcasmo faz jus ao estilo satírico e humorístico do periódico.

Do latim *depretiare*, a palavra quer dizer, literalmente, abaixar o preço ou o valor de: desvalorizar, desprezar, desdenhar, desacreditar, perder a estima, a consideração etc. (BUARQUE DE HOLANDA, 1975). Todas essas formas verbais adjetivadas tinham lugar nas “folhas domingueiras” do *Foia dos Rocêro*. As palavras zombam de forma depreciativa quando apontadas para os poderosos da cidade do Salvador na virada dos séculos XIX-XX. Como defende Propp (1992), a vastidão da sátira baseia-se no riso de zombaria e, nas diferentes colunas do jornal que foram analisadas, se fazia um uso intenso dos termos pejorativos, impregnados de juízo de valor e preconceitos.

Em um editorial anuncia-se, por exemplo, a volta do governador para a cidade após estadia na Europa. Trata-se de um texto com o título *É vem o rataião!!!*, que se encerra com as palavras de ordem *Morra o rataião (...)* *os ingrocêro*, etc., que seriam os “gênios do mal”. *Viva ao Reis Sibirino!*, *seu Agosto França!* etc., os “gênios do bem”. Em todo o editorial, o *Coroné Capa Bode*, que assina os textos, aconselha os grupos a protegerem suas posses contra *o maior ruedou d’essa Pruvança*. O redator sugere, ainda, que este tenha uma recepção à altura: “*Ovo goro, tanto haja...*”¹¹¹.

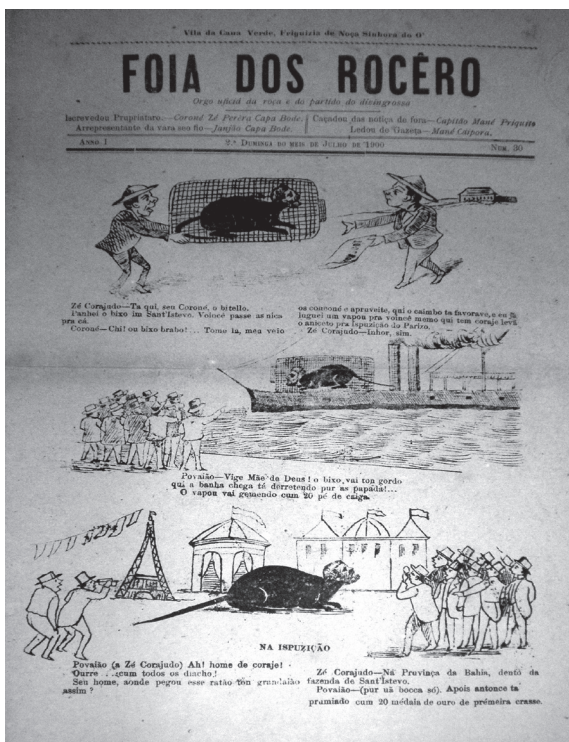
No mesmo editorial, o redator trata o governador em estilo caricatural. Seja de forma textual ou gráfica, o tratamento exagerado dos defeitos e mazelas é exposto para escarniçar o sujeito público. No entendimento de Joaquim da Fonseca (1999), a população aplaude ao ver ridicularizados a força, o despotismo, o autoritarismo, a intolerância e a injustiça (FONSECA, 1999, p. 12). A postura do jornal era bem definida: os opositores do governo deveriam sim, aplaudir os editoriais e colunas do *Foia*; aqueles

111 - Ano I, nº 40, 4ª Domingo do mês de setembro de 1900.

que estavam na situação, ao contrário, deveriam odiar o representante dos roceiros, *Coroné Capa Bode*.

Das colunas analisadas, os editoriais são aqueles em que mais se carrega nos termos depreciativos, numa estratégia de reafirmação de uma determinada postura jornalística. Outra característica da linguagem humorística já apontada no hebdomanário é a personificação em duas formas: uma animalizada e outra humana.

A capa do jornal¹¹² de nº 30 é um excelente exemplo de ilustração onde são empregados os recursos humorísticos de animalização, os apelidos e a depreciação



Foia dos Rocêro, nº 30, 3ª Duminga do mês de dezembro de 1900. O governador L.Vianna como rato.

112 - Anno I, nº 30, 2ª Duminga do meis de Junho de 1900

Zé Corajudo – Tá qui, seu Coroné, o bitello. Panhei o bixo em Sant’Istevo. Voincê passe as nica pra cá.

Coroné – Chi! Ou bixo brabo!... Tome lá, meu véio os couconé e apruveite, qui o caimbo tá favorave, e eu já luguei um vapou pra voincê memo qui tem coraje levá o aniceto pra Ispuzição do Parizo. [...]

NA ISPUZIÇÃO

Povaião (a Zé Corajudo) Ah! Home de coraje! Ourre...cum todos os diacho! Seu home, aonde pegou esse ratão ton grandaião assim?

Zé Corajudo – (pur uã bocca só) Apois antonce tá premiado cum 20 medaia de premeia crasse.¹¹³

O redator do *Foia dos Rocêro* encomendou a Zé Corajudo a prisão do *ratão* da Bahia, governador Luiz Vianna. Pagou pelo serviço que incluía caçar e levar o *ratão* de navio para Europa, onde seria mostrado em exposição parisiense como o maior da espécie.

Nas referências feitas a figuras públicas, observou-se que o governador Luiz Vianna foi tratado quase sempre como animal e, preferencialmente, como roedor do tesouro público. O rato, animal considerado sujo e transmissor de doenças, funciona nesse contexto como metáfora de ladrão, destruidor e nojento; aquele que por viver na escória e nos esgotos passa a ser indesejado em qualquer ambiente. Em suma, o tratamento vai além do satírico, misturando apelidos de animais a outras referências depreciativas.

113 - Zé Corajudo – Está aqui, seu Coronel, o bitelo. Apanhei o bicho em Santo Estevão. Você passe o dinheiro para cá. Coronel – Hi! Ou bicho bravo!...Tome lá, meu velho os coconés e aproveite, que o câmbio está favorável, e eu já aluguei um vapor pra você mesmo que tem coragem levar o inseto para a exposição de Paris.

NA ISPUZIÇÃO

Povaião (a Zé Corajudo) Ah! Homem de coragem! Ourre...com todos os diachos! Seu homem, aonde pegou esse ratão tão grandaião assim? **Zé Corajudo** – Na Província da Bahia, dentro da fazenda de Santo Estevão. **Povaião** – (por uma boca só) Pois então está premiado com 20 medalhas ^{de primeira classe}

Essa ilustração também expressa uma opinião, tendo em vista que no jornalismo desse período, partidário e parcial, o humor gráfico era, igualmente, parcial e opinativo. Marques de Melo (2003) defende ainda que, especificamente a caricatura e a *charge* originam-se de fatos reais, ou seja, têm conteúdo de verdade (um dos pilares do jornalismo).

Observa-se também que a ilustração em questão é uma charge que combina desenho e texto em três ambientes diferentes: na terra (Bahia), no mar e na exposição em Paris. O governador com corpo de rato é mostrado num cenário de desmascaramento, caçado e preso numa ratoeira para ser exposto no exterior como o “maiorá”. Até o fato do capturador chamar-se Zé Corajudo, e ser elogiado como “home de coraje”, imprime a ideia de audácia por prender um “animal” perigoso.

A imagem traz ao leitor o desejo de afastar-se do rato, pela sensação de asco que o bicho transmite, mas, ao mesmo tempo, pode causar regozijo aos opositores e inimigos (ou, pelo contrário, suscitar o desprezo pelo “Iscrevedou Prupriataro” do *Foia dos Rocêro*).

A outra personificação também muito empregada no *órgo uficiá da roça*, citada várias vezes ao longo desse trabalho, é a Mulata Veia, figura feminina representante da Província da Bahia que se viu transformada em tema preferido para simular a vítima da exploração pecuniária praticada pelos governantes. Seus fartos seios, cheios de leite/dinheiro, serviam para alimentar os propósitos de enriquecimento ilícito, de acordo com as alusões do jornal. Segundo Lizir Alves, a mudança de *princesa* para *mulata velha* advém do despeito pelas belezas físicas da terra e pela grandeza dos homens nascidos na cidade da Bahia (ALVES, 2000, p.53). Esse tratamento era usado pelos habitantes e jornais do sul, principalmente do Rio de Janeiro, sobretudo a partir do período em que essa cidade se tornou capital. Uma outra capa da publicação ilustra a interpretação a que se prestava a mãezona dos corruptos:



Foia dos Rocêro, nº 25, 1ª Domingo do mês de junho de 1900, Mulata Veia

O governador Luiz Vianna, desnutrido no físico e no bolso e maltrapilho, mama no peito da Mulata Vêia ao ocupar o cargo. Depois de recuperado, gordo, bonito, bem vestido e com a mala cheia de dinheiro, lhe dá adeus ao fim do mandato, para seguir em direção ao navio que o levará a Paris.

Mulata Velha – Mame meu vehinho; apois tem leite de sobra.

Lulú – Inhar, sim, minha vêia. Tou xuxinho; é percizo criá banha

Mulata Velha – Tou, morta!...tou tísiga!...

Lulú – Adeus mulata!... Fiz o que devia fazê. Mizarave é o cachorro qui lhi atira o osso e non pega.¹¹⁴

114 - **Mulata Velha** – Mame meu velhinho; pois tem leite de sobra/ **Lulu** –Inhar, sim, minha velha. Estou xuxinho, é preciso criar banha./ **Mulata Velha** – Estou morta!... estou tísica!... [tuberculosa]/ **Lulu** – Adeus mulata!...Fiz o que devia fazer. Miserável é o cachorro que lhe atira o osso e não pega.

O diálogo demonstra o conhecido comportamento de políticos de mamar nas tetas do estado, fazer pouco pelo povo e ainda gastar o dinheiro público no exterior. Roubar (e não roubar pouco), deixar os cofres vazios ou a *Mulata Velha* tuberculosa [tísica]. O teor pejorativo é ainda mais reforçado pelo cinismo atribuído ao personagem ao enaltecer o princípio do oportunismo. Se há um explorado é porque existe um explorador.

A figura da Mulata Velha é usada no romance *O Feiticeiro*, de autoria do baiano Xavier Marques, no momento em que o protagonista, Paulo Bôto, se nega a ir morar no Rio de Janeiro mesmo com uma boa proposta de negócio:

Não posso, não posso separar-me desta mulata velha. Digam o que quiserem, é a primeira terra do Brasil. Não vou lá muito bem de negócios, é verdade; mas apesar dos pesares, para Côrte só na hipótese (...) Viva a Bahia: isto que é terra onde se pode viver em paz o rico e o pobre. Viva a nossa Bahia (XAVIER MARQUES, 1922, p.166/167).

As referências à *Mulata Velha* aparecem nas colunas e editorias sempre como a “mantenedora”, como, por exemplo, quando O imbirreiro diz a seu compadre roceiro: *Ora cumpade, voincê ta cuidando quelle chorou (Luiz Vianna) foi cum sodade da Mulata Velha? Tá muito enganado elle chorou pru via d'ella tê dado a teta a outro*¹¹⁵. Assim como no texto da legenda, percebemos o sentimento maternal a que o *Coronê Capa Bode* empresta à mãe Bahia, lugar fácil em que todos podem mamar. O desenho ilustra bem a idéia de Freud (1978) de que a caricatura seria um meio de enfatizar um traço cômico de maneira degradante. Engraçado, sim, mas ainda mais degradante por se tratar do uso e abuso daquilo que pertence ao povo.

Segundo Guerreiro (2007)¹¹⁶, existia uma prática na República Velha, segundo a qual todos os governadores afastavam-se para a Europa por

115 - (Ora compadre, você está cuidando que ele chorou foi com saudade da Mulata Velha? Está muito enganado ele chorou por ela ter dado a teta a outro.) Ano I, n° 25, 1ª Domingo do mês de junho/1900.

116 - Em entrevista concedida a autora em 09 de agosto de 2007.

uma boa temporada assim que terminados seus mandatos políticos. Além do dever de informar, o *Coroné Capa-Bode* tratava também, à sua maneira, de alertar a população de Salvador sobre esse fato.

O jornal *Foia dos Rocêro* usou bastante a personalização, definida por Teixeira (1998) como uma das características do discurso cômico mais usada nos órgãos de imprensa e principalmente voltada à crítica de sujeitos políticos. Além da figura do “rato”, há outras animalizações secundárias que seguem o mesmo estilo humorístico, irônico e depreciativo, tais como os *muricêgos* que simbolizavam os policiais. No semanário dos roceiros, todas elas são amplamente aplicadas tanto nas citações nominais, quanto nas ilustrações. Pela observação, portanto, é possível interpretar os operadores de humor utilizados pelo *Foia* como estratégias para desmascarar os poderosos e denunciar as feridas da política baiana do início do século XX.

O prazer ou alívio provocado pela veia cômica também pode ser um motivo encontrado pelo redator e seu público para fugir da dor e ser feliz. Para Freud (1978), o riso é um meio de se obter prazer da atividade intelectual através do humor. Nesse caso, o leitor preferia rir da forma como o *Coroné* desafiava os políticos a enfrentar uma dolorosa realidade. Já que o homem se pauta pelo “princípio do prazer”, nesse sentido o humor é subversivo e desobediente, pois não quer sofrer.

O estilo galhofeiro que o hebdomanário apresenta conta com o linguajar caipira e os ditados ou expressões típicas do meio rural. Tal marca e seus termos característicos fomentam sentimentos de pertencimento. Há palavras que são como pronomes especiais de tratamento no campo, a exemplo de *cumpade*, mas que nesse caso, denota mais do que o padrinho do filho ou um companheiro, remetendo a toda uma classe. Não é por acaso que há no *Foia* duas colunas de conversas entre compadres.

Dos conteúdos gerais de humor, o *Foia* referenciou líderes em todas as colunas de maneira engraçada, jocosa, com apelidos, provérbios ou ditos do ambiente linguístico rural. O alto percentual responde e faz jus ao estilo do jornal que optou por usar recursos do universo cômico. Os sujeitos políticos foram mencionados de maneira depreciativa, irônica, com zombaria, personificados em animais ou emitindo juízo de valor. -

Muitas expressões podem ser classificadas por vários dos operadores ao mesmo tempo. Por exemplo, o apelido é um indicador cômico, mas pode ser ao mesmo tempo um nome de animal, uma expressão depreciativa ou irônica.

Ao fazer a análise do periódico, seguiu-se a sugestão de Herscovitz (2005) de associar as observações dos enfoques quantitativo e qualitativo, por entender também que pesquisar os conteúdos manifestos e latentes juntos pode ajudar a compreender simultaneamente o significado explícito (ou aparente) e o implícito (ou subtendido) do texto jornalístico do *Foia dos Rocêro*: o contexto onde foi publicado, quem o produziu, para quem se dirigiam as críticas e porque o *Coroné Capa Bode* escolheu o estilo satírico para escrever.

O *Coroné Zé Perêra Capa Bode* dizia claramente nas páginas da *Foia dos Rocêro*: ame-me ou deixe-me: *Nosso Sinhô juramo pur a lúis do dia qui nos alumeia o seguinte, ainda mémo cá pêa pru os gurgumios: qui ou esse é o traviá da Foia dos Rocêro ou antonce a bixinha vira arcanfou.*¹¹⁷ Mesmo com as mudanças sofridas, alguma coisa do periódico da roça permaneceu inalterada ao longo dos 69 anos de existência: a pertinência crítica do imbirreiro, apresentada sob o talento político do *Coroné* jornalista.

117 - Exemplar nº 35 - 3ª Domingo do mês de Agosto de 1900, primeiro aniversário do jornal *Foia dos* Artigo “O Prémêro Caju da bixinha da gente”:

(Nosso Senhor juramos pela a luz do dia que nos alumia [ilumina] o seguinte, ainda mesmo com a peia [corda] pelos gurguminhos [no pescoço, garganta]: que ou esse é o trivial da *Foia dos Rocêro* ou então a bichinha vira alcanfor [exala, acaba como cânfora].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente obra sobre o *Foia dos Rocêro* se propôs a entender, principalmente, se a escolha de fazer um jornal de estilo humorístico foi uma opção estratégica do redator proprietário para dissimular a denúncia da notícia, porventura silenciada. Qual razão teria o redator proprietário, *Coroné Zé Perêra Capa Bode*, para procurar outro meio de noticiar a política baiana que não fosse o mais comum? A prática jornalística da época costumava ser abertamente tendenciosa, seja para o lado dos conservadores, seja para os liberais (RIBEIRO, 1998), o que induz a questionar sobre qual outra razão o leva a escrever de forma travestida ou caricatural.

O estilo cômico confere alguns itens que se prestam à narrativa burlesca do semanário. Sua base, o humor e a ironia, são recursos que promovem a ambiguidade, a cumplicidade com o leitor e a oportunidade de satisfazer os insatisfeitos com a provocação do riso de zombaria direcionado aos mandantes. A escolha em escrever num “dialeto” caipira constituía-se na demarcação do terreno da irreverência, espaço esse desprestigiado; também pode ser entendida como “uma rebeldia ortográfica” (CARPEAUX apud JANOVIČH, 2006, p. 170), apresentada como atitude anárquica contra o poder oligárquico e a grande imprensa. De um lado, estava a notícia como discurso oficial; do outro, a notícia como discurso rebelde.

O *Coroné Capa Bode* rompeu com a norma culta praticada na imprensa para fidelizar seu leitor, fazer a crítica e legitimar a fala do tabaréu. A linguagem caipira se aproximava do público da capital, porque todos riam, afinal as raízes do riso vêm das festas populares; distanciava-se, porque tal qual a ironia, é um código cifrado. Se a população era pouco alfabetizada, não havia tantos para ler a linguagem culta, nem mesmo essa linguagem construída pelo autor. Todavia, o “dialeto” era um diferencial da publicação, uma ação de combate contra os desmandos da política do governador Luiz Vianna e um meio de disfarçar os escândalos políticos.

O uso das ilustrações em forma de charges ferinas ou “caricaturas verbais” é outro dos instrumentos humorísticos que formavam sentido, auxiliando o leitor a entender a notícia. Caricaturas e charges, para Fonseca (1999), tornam-se verdadeiros editoriais, velados ou explicitamente opinativos, marcados pela ironia, sátira ou sarcasmo. As ilustrações mudam, ao longo de seu desenvolvimento, a feição do *Foia dos Rocêro*, passando das vinhetas, desenho do frontispício, capa e verso até a publicação de uma edição¹¹⁹ completa com desenhos e diálogos.

Além do emprego dos recursos do humor e ironia, do “dialeto” caipira e das ilustrações, o *Foia dos Rocêro* também utilizava outra característica da imprensa humorística. Os pseudônimos se prestavam a esconder as identidades de escritores que não queriam se identificar nos jornais, “também buscava preservar a curta vida dos jornais e a integridade de seus colaboradores” (cf. RIZZINI apud por JANOVITCH, 2006, p.141).

O dono do *Foia dos Rocêro* ficou conhecido apenas pelo pseudônimo de *Coroné Zé Perêra Capa Bode*. O cuidado que exerceu Jesuíno Ávila em preservar seu nome não interdita a confirmação de sua identidade como sendo a mesma do *Coroné*. Há possibilidade de explicar esse mistério pela necessidade do jornalista proteger-se contra agressões. Portanto, o riso como arma de poder e contra o poder, possivelmente tenha sido usado como estratégia para burlar a censura velada.

O discurso jornalístico do *Foia dos Rocêro* exercia um determinado papel a partir do nome que assinava as colunas e editorial, ou seja, a autoria assumida qualificava e designava o semanário. Nome ou pseudônimo, o *Coroné Capá Bode* produzia e fazia circular seu texto na comunidade de Salvador na virada do século XIX para XX.

Se o nome do fundador da *Foia* era Jesuíno Ávila ou *Coroné Capa Bode*, o maior destaque fica com a mensagem lançada e não com o nome de quem a escreveu. O redator construiu essa função autor e, através dela, identificava-se o jornal com sua fala caipira, o humor, a ironia, ilustrações e pelo pseudônimo do jornalista.

119 Exemplar nº 58, 3ª domingo do mês de fevereiro de 1901

Nos quatro exemplares do mês de agosto de 1900, os textos do *Foia* registram ameaças recebidas pelo jornal e seu redator chefe. São referências que vão desde pedidos para fechar o semanário a promessas de agressão física e até por arma de fogo: *Seu Machado, voincê ainda ta arrizurvido a dá um tiro no Imbirreiro pruvia de tê imbirrado a sumana passada cum voincê?*¹²⁰ Os historiadores Guerreiro e Dias Tavares (2007) esclarecem, em seus depoimentos, que havia coibições a qualquer contestação contra a ordem política vigente. Esse rigor se estendia, sem dúvidas, a área da comunicação, não obstante haver, oficialmente, liberdade de imprensa.

O panorama descrito suscitava o disfarce para praticar o jornalismo num veículo de pequeno porte que ousava desafiar o poder instalado. Acredita-se, segundo os textos e as ilustrações do semanário, que havia mesmo um noticiário mais incisivo a respeito dos fatos políticos por trás da linguagem ferrenha. Torna-se plausível, conseqüentemente, verificar que o *Foia dos Rocêro* quisesse driblar impedimentos de ordem da liberdade de expressão para falar ao público da cidade do Salvador.

No entanto, não foi encontrado nenhum registro desses caminhos apontados, quer seja nas atas das sessões do Conselho Municipal e da Câmara dos Deputados, quer em relatos de outros jornais ou queixas policiais. Diante dos fatos, não há subsídios suficientes para afirmar a existência da censura exercida sobre o jornal *Foia dos Rocêro*. A opressão aos meios de comunicação de pequeno porte era real ou apenas se mantinha uma estrutura geral nos modos da política soteropolitana? Imaginam-se duas alternativas como resposta: Uma, a de que o *Coroné Capa Bode* fosse provocativo com o intuito de se aproximar mais do público; outra, de que o sufocamento era a tal ponto intenso que não deixava pistas para evitar comprometimentos.

Nas quatro colunas escolhidas, nos meses de junho a setembro de 1900, o *Coroné Capa Bode* valeu-se dos recursos cômicos da ironia, de termos depreciativos e da estratégia de animalização para acautelar a população contra os abusos da autoridade maior do estado. A constatação implica que

120 Seu Machado, você ainda está resolvido a dar um tiro no Imbirreiro por ter imbirrado a semana passada com você?). *Foia dos Rocêro* n° 30, julho de 1900.

non tem dizê tarveis,¹²¹ o periódico é essencialmente humorístico, construído sob a sátira política e com o propósito de atingir os *vianistas* ao mesmo tempo em que usa de instrumentos para disfarçar a denúncia.

Conforme a teoria freudiana, por ser humorístico, o texto provoca humor ao mesmo tempo em quem o constrói e em quem o consome. Por isso, escrever sobre o *Foia dos Rocêro* foi prazeroso; o riso fácil no silêncio das bibliotecas ou na alegria de anunciar o discurso convincente do *órgo uficiá da roça* ajudou a enfrentar as adversidades e a dedicação prestada à pesquisa sobre o tema. O texto do *Foia*, ingênuo à primeira vista, faz sorrir, sim; porém também faz refletir sobre um modo distinto de noticiar. O trabalho proporcionou, assim, um aprendizado sem precedentes sobre a história da imprensa humorística, o rito político da virada do século XIX para o XX e o exercício desse jornalismo de tom exagerado. Notícia veiculada em mão dupla, que conseguia ser divertida e séria simultaneamente.

Apesar das dificuldades de adaptação à escrita em “dialeto” caipira e o pesar por ter que juntar, algumas vezes, os pedaços de suas folhas nas mãos, espera-se que o presente trabalho possa gerar outras sementes que vão germinar. Há ainda muito o que investigar sobre a produção humorística, ajudando a tirá-la da faixa de desprezo a que foi confinada para ajudar a quebrar “a intolerância dos circuitos da cultura culta em relação ao cômico” (SALIBA, 2002, p. 43).

Os caminhos apontam, por exemplo, para investigar se a estratégia de criticar a política sob os fundamentos do humor e da ironia transformava o *Coroné Capa Bode* em jornalista e a notícia do *Foia dos Rocêro* em Jornalismo. Em 1899-1900, era assimilado como tal; hoje, à luz das teorias mais modernas, seria visto como um discurso jornalístico?

Outro caminho que se abre é o estudo da autoria nas “páginas dominigueiras” do *Foia*. Autores aqui citados defendem a importância do texto em detrimento do autor, ou seja, apaga-se a autoria em função da escritura e do leitor; assinalam, ao mesmo tempo, a construção da função autor no ato da

121 (Não tem dizer talvez [não há dúvidas])

escrita, a qual será legitimada por quem o lê. Como considerar a assinatura em forma de pseudônimo no jornalismo? Talvez o mestre Foucault tenha razão em dizer que o anonimato não nos é suportável. Vale mais a mensagem ou o nome de quem a emitiu? É preciso ainda investigar.

Ao mesmo tempo, o jornal *Foia dos Rocêro* dá uma contribuição para entender a fase histórica intermediária e polêmica durante a qual o Brasil viveu mudanças fundamentais nos padrões políticos: do regime governamental da Monarquia para a República, com o surgimento de uma nova Constituição; a passagem do sistema escravocrata para o trabalho remunerado e a adoção de novas formas de produção. Apesar de tais mudanças, práticas institucionalizadas como conchavos e fraudes eleitorais continuavam, o mesmo ocorrendo com o coronelismo, a censura informal e pessoal e o desrespeito à liberdade de imprensa (isso sem falar nos moldes agressivos contra a cidadania).

O *Coroné Capa Bode* certamente nos deixou pistas sobre tais formas de fazer política e de viver na Província da Bahia no período em que o *Foia dos Rocero* foi publicado.

Inté *Coroné*.

REFERÊNCIAS

ALVES M. B. M.; ARRUDA S. M. **Como fazer Referências:** bibliográficas, eletrônicas e demais formas de documentos. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/design/framerefer.php#_0>. Acesso em: 03 jul. 2007.

AMARAL, A. **O Dialeto caipira.** São Paulo: Anhembi, 1995, pp.11-15.

ARISTÓTELES. Obras, Plêiade, décima *Aos leitores*, p.2; Livro de bolso, vol.II, p.23.

BAHIA, J. **Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira,** 4ed., São Paulo: Ática, 1990, p.122-130.

BAKHTIN, M. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais,** trad. Yara Frateschi Vieira. 4ª ed. São Paulo, Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999, p.01-65.

BARBOSA, G.; RABAÇA, C. A. **Dicionário de Comunicação,** 2ed., Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BARRETO, F. Uma recepção no passado. In: **Revista Fiscal da Bahia** (ed. especial dedicada ao IV Centenário da fundação da cidade de Salvador), Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1978, pp.72-73.

BARTHES, R. A morte do autor. In: BARTHES, Roland. **O Rumor da Língua,** Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/sala_de_aula/sala2/barthes1.html>. Acesso em: 08 ago. 2007, pp1-6.

BENETTI, M. A Ironia como Estratégia Discursiva da Revista Veja 1. **Compós.** Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_238.pdf>. Acesso em: 22 set. 2007, pp.1-16. B, H. **O riso:** ensaio sobre a significação da comicidade. 2ª ed., Rio de Janeiro:Zahar, 1983.

BLACK, A. V. A. S. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro,** 1883, 1893, 1895, 1898, 1899/1900, 1902.

BOZI, A. L. T. Charges: o riso como contestação na imprensa. **IV Encontro da REDE ALFREDO DE CARVALHO**, São Luis (MA), 2006. Disponível em: <<http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd4.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2007, pp.1-11.

BRAGA, H. S. **Sistemas eleitorais do Brasil** (1822-1988), Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 1990, pp.40-64.

CARVALHO, A.; TORRES, J. N. **Os Annaes da Imprensa da Bahia**, Salvador: Typographia Bahiana de Cincinnato Melchiades/ Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1911.

CASTRO, G.; GALENO, A. (org). **Jornalismo e Literatura: a sedução da palavra**, São Paulo: Escrituras Editora, 2002, pp. 99-108.

CIPRO NETO, P. **Gramática da Língua Portuguesa**, São Paulo: Scipione, 1998.

COUTINHO, A. **Introdução à Literatura no Brasil**, 10 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DELEUZE, G. **Conversações**, trad. Peter Pal Pelbart, Rio de Janeiro: Editora 34, 1990.

DIAS TAVARES, L. H. **História da Bahia**, 10 ed., Salvador: EDUFBA/ UNESP, 2001.

ECO, U. **Obra Aberta**, 4ed., São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.

FONSECA, J. **CARICATURA: a imagem gráfica do humor**, Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1999, pp.10-23, 204-221.

FONSECA, R. N. S. **“Fazendo fita”**: cinematógrafos, cotidiano e imaginário em Salvador (1987-1930), Salvador: EDUFBA. n° 150, 2002.

FOUCAULT, M. **O que é um autor?**, 2ª. Ed. trad. Antonio Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro. 2ed., Lisboa: Vega, 1992.

FREUD, S. **O mal estar na Civilização**. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Imago, 1978. XXI, pp.81-104

_____. Humor. In: **O mal estar na Civilização**. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Imago, 1978. , pp.187-194.

FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS. **Actas de sessões ordinárias e reuniões periódicas do Conselho Municipal da capital do Estado Federado da Bahia**, Livro de Actas, Salvador, 1900.

_____. **Estabelecimento de Oficinas de Impressão**, Salvador, 1850/1910.

GENRO FILHO, A. O jornalismo como forma de conhecimento: os limites da visão funcionalista. In: GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**, Porto Alegre: Tchê, 1987.

_____. O segredo da pirâmide ou a essência do jornalismo. In: GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo**, Porto Alegre: Tchê, 1987.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, São Paulo: Atlas, 1999.

GOMBRCH, E. H. **Arte e Ilusão: um estudo da psicologia e representação pictórica**, trad. Raul de Sá Barbosa. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1986, pp.289-313.

HERSCOVITZ, H. **Análise de Conteúdo em Jornalismo: uma receita para sair do gueto metodológico**, III Encontro Nacional De Pesquisadores em Jornalismo, Florianópolis, 2005, pp.1-18.

JANOVITCH, P. E. **Preso por trocadilho: a imprensa de narrativa irreverente paulistana (1900 -1911)**, São Paulo: Alameda, 2006.

KOTHE, F. R. **Para Ler Benjamin**, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976.

KOSCHIER, J. **Mata-me de prazer...**: a ironia verissiana em *O Clube dos anjos* (2005). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Fundação Universidade Federal do Rio Grande para obtenção do grau de mestre em História da Literatura .

Disponível em: < <http://www.ppgletras.furg.br/disserta/jaquelinethies.pdf>>. Acesso em: 01maio 2007.

LAGE, N. **Linguagem Jornalística**, 7ed., São Paulo: Ática, 2003.

LIMA, H. **História da Caricatura no Brasil**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.V. I, p.05-187.

LUCCHESI, D., BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org). **Projeto Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia** (UFBA). Disponível em: <http://www.vertentes.ufba.br/>. Acesso em 05 maio 2007.

LUSTOSA, I. **Roteiro para Herman Lima**. In: Catálogo da exposição "Outros céus, outros mares". Disponível em: <http://www.casaruiarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/k-n/FCRB_IsabelLustosa_Roteiro_HermanLima.pdf>. Acesso em: 04 maio 2007.

MARQUES DE MELO, J. **Jornalismo Opinitivo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**, Ed. Revista e ampliada, Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003, pp. 101-113, 162-173.

MARTINS, J. S. **Nheengatu e dialeto caipira**. Disponível em: <<http://www.sosaci.org/balaio2.htm>>. Acesso em: 03 maio 2007.

MATTOS E SILVA, R. V. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. In: ALKMIN, T. M. (org.) **Para a história do Português Brasileiro**, São Paulo: FLP/USP, 2002, pp.454-461 .

MATTOS, Sérgio. A Censura no Brasil Republicano. In: MARQUES DE MELO, J. (org). **Síndrome da mordaza: mídia e censura no Brasil (1706/2006)**, São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007, pp.51-84.

_____. **Mídia Controlada: a história da censura no Brasil e no mundo**, São Paulo: Paulus, 2005.

MATTOSO, K. M. Q. **Bahia, Século XIX: uma província no Império**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, pp.439-651.

MAXADO, F. **Cordel, Xilogravura e Ilustrações**, Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1982, pp.11-21.

MEDEIROS, J. B. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**, 7 ed., São Paulo: Atlas, 2005.

MENNUCCI, S. **Humor**, São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1923.

MOREL, M. **Imprensa periódica no século XIX**, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2006. Disponível em: <<http://www.bn.br/site/default.htm>>. Acesso em: 27 abr. 2007.

NOVAIS SAMPAIO, C. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República 1889-1930: uma política de acomodação**, Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1975, pp.17-57..

OLIVEIRA, M.; KEWITZ, V. A representação do caipira na imprensa paulista do século XIX – Estudos sobre História Social e Mudança Linguística. In: DUARTE, M. E. L.; CALLOU, D. (org.). **Para a História do Português Brasileiro**, vol. IV, Rio de Janeiro: FAPERJ - UFRJ/LETRAS, 2002, pp.134-143.

PASSOS, S. **O Processo autoral e a despersonalização como ferramenta**. Seminário de Cultura e Semiótica, Ielusc, Bom Jesus/, dez.2002. Disponível em:<<http://redebonja.cbj.g12.br/ielusc/necom/rastros/rastros05/rastros0505.html>>. Acesso em: 18 maio 2007.

PATACO, V.; VENTURA, M.; RESENDE, É. **Metodologia para Trabalhos Acadêmicos e Normas de Apresentação Gráfica**, 3^a.ed., Rio de Janeiro: Editora Rio, 2006.

PIERONI, C. P. **O pasquim e suas influências sobre a charge baiana** (1998). Trabalho de conclusão de curso apresentado na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PINHEIRO, H. P. **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)**, Salvador: EDUFBA, 2002.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**, São Paulo: Brasiliense, 1999.

Projeto Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.vertentes.ufba.br/transcricao.htm>>. Acesso em: 01 e 02 set. 2005.

PROPP, V. **Comicidade e Riso**, Trad. Aurora Farnoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade, São Paulo: Editora Ática, 1992, pp.15-183.

QUERINO, M. **Bahia de Otrora (1851-1923)**, vol.3, Salvador: Livraria Progresso, 1946.

RIBEIRO, L. M. **Imprensa e Esfera Pública: o processo de institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964)**, I Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Rio de Janeiro, 1-5 de junho de 2003:

RIBEIRO, M. T. D. **Revista Ilustrada (1876-1898): síntese de uma época**, resumo da dissertação de mestrado (1999), Disponível em: <<http://www.geocities.com/marcustdribeiro/revista.htm>>, acesso em: 14 de outubro de 2007.

RISÉRIO, A. **Uma história da Cidade da Bahia**, 2.ed., Rio de Janeiro: Versal, 2004, pp.400-454.

RIZZINI, C. Da Sátira e do Pasquim. In: **O jornalismo antes da Tipografia**, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, pp.105-110.

SALIBA, E. T. **Raízes do Riso: a representação humorística a história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTOS, M. A, S. **A república do Povo: sobrevivência e tensão**. Salvador: EDUFBA, 2001.

_____. **Os Caixeiros da Bahia: seu papel conservador na Primeira República**, Salvador: – Bahia. 1974. (Mimeografado), p. 117-125.

SCHNEEBERGER, C. A. **História do Brasil**, São Paulo: Rideel, 2003.

SEPÚLVEDA, C. **Definindo a Modernidade através do Urbano: Salvador na passagem do século XIX e XX segundo a perspectiva do romance “O Feiticeiro” de Xavier Marques (2007)**. Dissertação apresentada na Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia para obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais –, Salvador, 2007.

SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**, 4ed., Rio de Janeiro: Mauad, 1999, pp.154-180.

SOIHET, R. **A Subversão do Riso: estudos sobre o Carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas**, Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1998, pp.12-18, 47-49, 74-103.

SPANNENBERG, A. C. M. **A Construção do Leitor no Jornalismo impresso: estratégias de construção da recepção dos gêneros artigo opinativo e reportagem nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo (2004)**. Dissertação apresentada na Universidade Federal da Bahia para obtenção do grau de mestre em Comunicação e Cultura Contemporânea, Salvador, 2004.

TAVARES, L. G. P. (org). **Apontamentos para a História da Imprensa da Bahia**, Salvador: Academia de Letras da Bahia/Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2005.

TEIXEIRA, T. **O Bom-Humor da Imprensa: um estudo das charges contemporâneas (1998)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia para obtenção do grau de mestre em Comunicação e Cultura Contemporânea, Salvador, 1998.

TUCHMAN. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções da objectividade dos jornalistas. In: Traquina, N. (org.) **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**, Lisboa: Vega, p. 74-90, 1993.

VEIGA, C. **Um retrato da Bahia em 1904 – O PAPÃO**, nº 124, Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1986.

VEGA, C. F. de la. **O Segredo do Humor**. Vigo: Editorial Galáxia S.A., 1995, p. 66-67.

XAVIER MARQUES, F. **O feiticeiro**, Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1922.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**, Lisboa: Editorial Presença, 1999.

Fontes orais

BERTOLETTI, Esther. Biblioteca Nacional. Entrevista por e-mail. Recebida pelo endereço resgate@minc.gov.br. Em 04 e 06 de agosto de 2006.

CARVALHO, Kátia. Entrevista concedida à autora em 24 de julho de 2007.

CRUZ, Gutemberg. Entrevista por e-mail. Recebida pelo endereço gutecruz@bol.com.br em 23 de outubro de 2007.

DIAS TAVARES, Luis Henrique. Entrevistas concedidas à autora em 05 e 14 de setembro de 2007. Gravação em Pen-drive.

GUERREIRO, Antonio Fernando. Entrevista concedida à autora em 09 de agosto de 2007. Gravação em Pen-drive.

JANOVITCH, Paula Ester. Entrevista por e-mail. Recebida pelo endereço paulajano@terra.com.br, em 27 de março, 31 de maio, 27 de agosto, 18 de setembro e 24 de setembro de 2007.

LUSTOSA, Isabel. Fundação Casa de Ruy Barbosa. Entrevista por e-mail. Recebida pelo endereço [<ilustosa@rb.gov.br>](mailto:ilustosa@rb.gov.br) Em 29 de março, 02 de abril, 03 de maio, 18 e 19 de setembro de 2007.

NOVAIS SAMPAIO, Consuelo. Entrevista concedida à autora por telefone em 31 de agosto de 2007.

OLIVA, Celso. Entrevista concedida à autora por telefone em 14 de agosto de 2006.

PARAGUASSU, Mário Neto. Entrevista concedida à autora em 09 de dezembro de 2005.

PIRES NETO, Josias. Entrevista por e-mail. Recebida pelo endereço ctv@irdeb.ba.gov.br em 31 de agosto de 2007.

SALIBA, Elias Thomé. Entrevista por e-mail. Recebida pelo endereço

etsaliba-usp@uol.com.br em 17 de maio, 31 de maio, 27 de agosto, 18 de setembro e 24 de setembro de 2007.

SAMPAIO Lygia. Entrevista concedida à autora em 01 de agosto de 2006 e 04 de setembro de 2007.

TEIXEIRA, Cid. Entrevista concedida à autora em 30 de julho de 2006.

Lista de periódicos

A Bahia – Orgam do Comércio. Salvador, 05 de maio de 1900, nº 1337.

A Bahia. Salvador, 10 de maio de 1900, nº 1341

A Bahia. Salvador, 11 de maio de 1900, nº 1342

A Bahia. Salvador, 12 de maio de 1900, nº 1343

A Bahia. Salvador, 28 de maio de 1900, nº 1355

A Bahia. Salvador, 31 de maio de 1900, nº 1358

A Bahia. Salvador, 07 de agosto de 1900, nº 1413

A Bahia. Salvador, 07 de novembro de 1900, nº 1487

A Bahia. Salvador, 13 de novembro de 1900, nº 1493

A Coisa – Crítica, Satyrica e Humorística. Salvador, 07 de agosto de 1899.

A Coisa, 01 de outubro de 1899

A Coisa, 08 de outubro de 1899

A Coisa, 15 de outubro de 1899

A Coisa, 22 de outubro de 1899

A Coisa, 05 de novembro de 1899

A Coisa, 12 de novembro de 1899

A Coisa, 12 de novembro de 1899

A Coisa, 01 de março de 1900

A Coisa, 29 de julho de 1900

A Coisa, 05 de agosto de 1900

A Coisa, 12 de agosto de 1900

A Coisa, 19 de agosto de 1900

A Coisa, 16 de setembro de 1900

A Coisa, 30 de setembro de 1900

A Coisa, 04 de novembro de 1900

A Coisa, 05 de novembro de 1900

As Coisa dos Rocêro.

1ª Domingo do mês de Novembro de 1899 – nº 5

4ª Domingo do mês de novembro de 1899 – nº 7

1ª Domingo do mês de Dezembro de 1899 – nº 8

2ª Domingo do mês de Dezembro de 1899 – nº 9

3ª Domingo do mês de Dezembro de 1899 – nº 10

1ª domingo do mês de Janeiro de 1900 – nº 11

A Malagueta Jornal de Caricaturas. Salvador, 1897.

A TARDE, Salvador, 1968.

Correio de Notícias. Salvador, 11 de agosto de 1899

Correio de Notícias. Salvador, 10 de agosto de 1899

Correio de Notícias. Salvador, 16 de agosto de 1899

Correio de Notícias. Salvador, 18 de agosto de 1899

Correio de Notícias. Salvador, 20 de agosto de 1899

Correio de Notícias. Salvador, 21 de agosto de 1899

Correio de Notícias. Salvador, 09 de setembro de 1899

Correio de Notícias. Salvador, 29 de setembro de 1899

Correio de Notícias. Salvador, 07 de outubro de 1899

Correio de Notícias. Salvador, 14 de outubro de 1899

Correio de Notícias. Salvador, 23 de outubro de 1899

Correio de Notícias. Salvador, 02 de novembro de 1900

Correio de Notícias. Salvador, 06 de novembro de 1900

Correio de Notícias. Salvador, 13 de novembro de 1900

Correio de Notícias. Salvador, 14 de novembro de 1900

Diário de Notícias. Salvador, 02 de maio de 1900

Diário de Notícias. Salvador. 02 de novembro de 1900

Diário de Notícias. Salvador. 03 de novembro de 1900

Diário de Notícias. Salvador. 06 de novembro de 1900

Foia dos Rocêro. Salvador, de 1899 a 1968.

4ª Domingo do mês de janeiro de 1900 – nº 14 - Ano I

1ª Domingo do mês de fevereiro de 1900 - nº 15

2ª Domingo do mês de fevereiro de 1900 - nº 16

4ª Domingo do mês de março - nº 17

1ª Domingo do mês de abril de 1900 - nº 18

2ª Domingo do mês de abril de 1900 - nº 19

4ª Domingo do mês de abril - nº 20

1ª Domingo do mês de maio - nº 21

2ª Domingo do mês de maio - nº 22

3ª Domingo do mês de maio - nº 23

4ª Domingo do mês de maio - nº 24

1ª Domingo do mês de junho - nº 25

2ª Domingo do mês de junho - nº 26

3ª Domingo do mês de junho - nº 27

4ª Domingo do mês de junho - nº 28

1ª Domingo do mês de julho - nº 29

- 2^a Domingo do mês de julho - nº 30
- 3^a Domingo do mês de julho - nº 31
- 4^a Domingo do mês de julho - nº 32
- 1^a Domingo do mês de agosto - nº 33
- 2^a Domingo do mês de agosto - nº 34
- 3^a Domingo do mês de agosto - nº 35
- 4^a Domingo do mês de agosto - nº 36 - Ano II
- 1^a Domingo do mês de setembro - nº 37
- 2^a Domingo do mês de setembro - nº 38
- 3^a Domingo do mês de setembro - nº 39
- 4^a Domingo do mês de setembro - nº 40
- 1^a Domingo do mês de outubro - nº 40
- 2^a Domingo do mês de outubro - nº 42
- 3^a Domingo do mês de outubro - nº 43
- 4^a Domingo do mês de outubro - nº 44
- 1^a Domingo do mês de novembro - nº 45
- 2^a Domingo do mês de novembro - nº 46
- 3^a Domingo do mês de novembro - nº 47
- 4^a Domingo do mês de novembro - nº 48
- 1^a Domingo do mês de dezembro - nº 49
- 3^a Domingo do mês de dezembro de 1900 - nº 51
- 2^a Domingo do mês de janeiro de 1901 - nº 53
- 3^a Domingo do mês de janeiro - nº 54
- 4^a Domingo do mês de janeiro - nº 55
- 1^a Domingo do mês de fevereiro - nº 56
- 2^a Domingo do mês de janeiro - nº 57 (?)

3ª Duminga do meis de fevêro - nº 58

4ª Duminga do meis de março - nº 59

3ª Duminga do meis de abril - nº 62

1ª Duminga do meis de maio - nº 63

2ª Duminga do meis de maio - nº 64

3ª Duminga do meis de maio - nº 80

25 de abril de 1903 - nº 99 - Ano III

1ª Duminga do meis de maio de 1903, ano 3º - nº 100

3ª Duminga do meis de maio - nº 101

4ª Duminga do meis de maio - nº 102

1ª Duminga do meis de junho - nº 104

2ª Duminga do meis de junho - nº 105

09 de fevereiro de 1929, ano I, nº 1

24 de maio de 1947, ano XX, nº 106

14 de junho de 1947, ano XX, nº 109

Bahia, 30 de outubro de 1948, Ano XX nº 180,

15 de outubro de 1955, ano XXIX, nº 28

07 de julho de 1956, ano XXVIII, nº 21

14 de julho de 1956, ano XXVII, nº 22

09 de fevereiro de 1957, nº 1

25 de agosto de 1962, nº 1

14 de agosto de 1968, n.avulso, nº 2 reedição.

Gazeta dos Rocêro. Salvador, 30 de março de 1901 – Anno I, nº 2

Gazeta dos Rocêro. Salvador, 06 de abril de 1901 – Anno 3, nº 103

GRYZINSKI, Vilma. O Rei e nós. **Revista VEJA**. São Paulo: Editora Abril.

Edição Nº 2034, Ano 4, nº 45, p. 113, 14 de nov. 2007.

Jornal de Notícias, Salvador, 01 de julho de 1900.

Jornal de Notícias, Salvador, 15 de julho de 1900

Jornal de Notícias, Salvador, 30 de julho de 1900

Jornal de Notícias, Salvador, 07 de agosto de 1900

Jornal de Notícias, Salvador, 08 de agosto de 1900

Jornal de Notícias, Salvador, 13 de agosto de 1900

Jornal de Notícias, Salvador, 28 de agosto de 1900

Jornal de Notícias, Salvador, 01 de setembro de 1900

Jornal de Notícias, Salvador, 18 de setembro de 1900

Jornal de Notícias, Salvador, 02 de outubro de 1900

Jornal de Notícias, Salvador, 13 de novembro de 1900

Jornal de Notícias, Salvador, 14 de novembro de 1900

Lista de documentos

Arquivos da Junta Comercial da Bahia (JUCEB)

Livro de Contratos e Distratos –2.072 a 2.240- de 1901 a 1903

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia

Arquivo Histórico – nº 1436

Índice dos Irmãos – 6/112

Livro 9º dos Irmãos – de 1878 a 1892

Arquivo Público do Estado da Bahia

Sessão Judiciário – Inventário. Estantes 7/8, 3367/3014

Sessão Judiciário – Cível (Autos Crimes). Estantes 27/997/01 – 1018 – 38, Cx.1342

Sessão Escritura. Estantes 171/1713, 190/191, 31 a 47, E-9, Cx.3647/1969

Sessão Escritura. Por sobrenome. L 1488 – L.A - 197

Sessão Republicano. Sec.Int.Justiça. Estantes 4310,4261, 4270, 4273

Sessão Republicano. Sec.Int.Justiça. L- 1713 (191) 46 a 47

Sessão Republicano. Sec.Int.Justiça. Junta Comercial 4775/53

Atas das Sessões Ordinárias de Reuniões Periódicas do Conselho Municipal da Capital do Estado Federado da Bahia

De 01 a 30 de novembro de 1899

De 01 a 30 de dezembro de 1899

De 01 a 31 de maio de 1900

De 01 a 30 de junho de 1900

De 01 a 31 de julho de 1900

De 01 a 30 de agosto de 1900

Documentos eleitorais - Lista de títulos de eleitores

De 1877 a 1898 – Estante 40, Prateleira 01

De 1828 a 1893 – Estante 40, Prateleira 02.

APÊNDICES

Apêndice A

Tabulação dos operadores identificados na Coluna Bartulameu e Praxede, das edições 25, 30, 35 e 40 do Jornal *Foia dos Rocêro*.

Coluna Bartulameu e Praxede - N° 25

Operador / estratégia	Aparições
Referência a líderes	10 X
Expressões humorísticas (humor, apelidos, provérbios, ditos rurais e pseudônimos) (Ex. Lulu, Reis Sivi; Tomara elle cumê bacaiu e arrotá a sioba) ¹	10 X – 100%
Ironia (Ex.ironia explícita - Só falou nos <i>amioramento</i> quelle <i>amiorou</i> os quato anno) ² [grifo no original]	03 X – 30%
Termos depreciativos (Ex.Esse tá Lulu é um cabra véio cheio de intrimiquença) ³	08 X – 80%
Animalização O bixo entrou na Cambra) ⁴ (Ex.	02 X – 20%

Coluna Bartulameu e Praxede - Nº 30

Operador / estratégia	Aparições
Referência a líderes	20 X
Expressões humorísticas (humor, apelidos, provérbios, ditos rurais e pseudônimos) (Ex. referência o dialeto caipira - Voincê vê essa língua é grenada prate carcoto nas purnunça da gramata) ⁵	15 X – 75%
Ironia (Ex. O compade Praxede non tá memo <i>trimilica</i> gente!) ⁶	02 X – 10%
Termos depreciativos (Ex. Home, non voule a pena mexê c'us quarto pra ir a dita cuja vadiação) ⁷	03 X – 15%
Animalização	

Coluna Bartulameu e Praxede - Nº 35

Operador / estratégia	Aparições
Referência a líderes	12 X
Expressões humorísticas (humor, apelidos, provérbios, ditos rurais e pseudônimos) (Ex. Falou na arvinha ton no rasto qui nem cachorro no viado) ⁸	7 X – 58,33%
Ironia (Ex. Cumpade Praxede ta hoje na <i>tiorega!</i> ...) ⁹	04 X – 33,3%

Termos depreciativos (Ex. [...] meu sinhou, os vadio já tão cá língua afiada pra dá na vida da gente!) ¹⁰	01 X – 8,3%
Animalização	

Coluna Bartulameu e Praxede - N° 40

Operador / estratégia	Aparições
Referência a líderes	12 X
Expressões humorísticas (humor, apelidos, provérbios, ditos rurais e pseudônimos) (Ex. Eu tive ton ocupado na labuta d'uã goivara nas baixa da veia Vicença) ¹¹	07 X – 58,33%
Ironia (Ex. É um vehinho chamado Silveste) ¹²	02 X – 16,66%
Termos depreciativos (Ex. Aquelle arrenegado é fio do xujo) ¹³	12 X – 100%
Animalização (Ex. Inté o fim dese méis t'aqui o maivado do <i>ratão</i>) ¹⁴	02 X- 16,66%

Apêndice B

Tabulação dos operadores identificados na Coluna Imbirrança, das edições 25, 30, 35 e 40 do Jornal *Foia dos Rocêro*.

Coluna Imbirrança - Nº 25

Operador / estratégia	Aparições
Referência a líderes	04 X
Expressões humorísticas (humor, apelidos, provérbios, ditos rurais e pseudônimos) (Ex. Cá choradeira do difunto Reis do Xuxinho na hora de arriá a vara) ¹⁵	04 X – 100%
Ironia (Ex.ironia implícita – Coitado do seu Lulu!) ¹⁶	04 X – 100%
Termos depreciativos (Ex.Quondo hai quorqué festinha elles se mette no livorme e cás ispada arrastando e lá vai tudo munto coucho, cuidando qui ton fazendo um figurão, se arreprentá) ¹⁷	04 X – 100%
Animalização (Ex. Home, na verdade é percizo se tê cara de gallo pra mode se fazê um papé d’esse) ¹⁸	01 X- 25%

Coluna Imbirrança - Nº 30

Operador / estratégia	Aparições
Referência a líderes	07 X
Expressões humorísticas (humor, apelidos, provérbios, ditos rurais e pseudônimos) (Ex. O papa-mé gosta de chupa cardos) ¹⁹	07 X – 100%
Ironia (Ex.ironia explícita – Imbirrei cum o ta <i>lindo ar</i> ; mais porém qui é feião na filustria ²⁰	07 X – 100%
Termos depreciativos (Ex.Hai munto home qui já perdero a vregonha, seu cumpade!) ²¹	04 X – 57,14%
Animalização	

Coluna Imbirrança - Nº 35

Operador / estratégia	Aparições
Referência a líderes	08 X
Expressões humorísticas (humor, apelidos, provérbios, ditos rurais e pseudônimos) (Ex. Elle nem cunhece mais o Laigo do Triato. Istranha os asto do tempo) ²²	07 X – 87,5%
Ironia Ex.ironia explícita – Agora fais dó de vê um moreno <i>ton simpático</i> e ton <i>intillijudo</i> do juízo caí num atoleiro desse!) ²³	04 X – 50%
Termos depreciativos (Ex.Uma ocção ridícula e desonestrada qui inté fais vregonha). ²⁴	07 X – 87,5%
Animalização	

Coluna Imbirrança - Nº 40

Operador / estratégia	Aparições
Referência a líderes	05 X
Expressões humorísticas (humor, apelidos, provérbios, ditos rurais e pseudônimos) (Ex. Elle dixê qui pode lhe dizê o qui non se diz a cachorro, só não quer que se diga qui non é intillijudo) ²⁵	02 X – 40%
Ironia (Ex. É um sujeito mulatado da cou, grosso de coipo, qui só veve munto cherozo qui nem “muié” [...]) ²⁶	04 X – 80%
Termos depreciativos (Ex. Elle tem as mais maió taxa, qui pode tê um home sem caráte, ingrocêro, veiacó cumo cobra, peteiro cumo nego cativo, saberente nas prantação das canna) ²⁷	05 X – 100%
Animalização	

Apêndice C

Tabulação dos operadores identificados na Coluna Diz os Abiudo..., das edições 25, 30, 35 e 40 do Jornal *Foia dos Rocêro*.

Coluna Diz os Abiudo... – Nº 25

Não existe

Coluna Diz os Abiudo... – Nº 30

Operador / estratégia	Aparições
Referência a líderes	05 X
Expressões humorísticas (humor, apelidos, provérbios, ditos rurais e pseudônimos) (Ex. ...qui macaco veio non metre mão na cumbuca) ²⁸	05 X – 100%
Ironia (Ex.ironia implícita – Essa foiazinha é o diaxo! Non larga o nosso Lulu nem...) ²⁹	01 X – 20%
Termos depreciativos (Ex....qui o Freira Fio ta cum vontade de arriá a vara de intendedou pra gragatiá a de disputado, na vaga de seu Jame Villas Boa) ³⁰	02 X – 40%
Animalização	

Coluna Diz os Abiudo... – Nº 35

Operador / estratégia	Aparições
Referência a líderes	05 X
Expressões humorísticas (humor, apelidos, provérbios, ditos rurais e pseudônimos) (Ex. ...qui esse negoço tá cuma s'arremedá siroula veia cum argudão novo) ³¹	05 X – 100%
Ironia (Ex....qui um tá zarolho pru nome João Fernande, Consieiro ingrocêro, lambedou de cardo, instradou das butina dos Papa-mé [...]) ³²	01 X – 20%
Termos depreciativos (Ex....qui o tale Rodrigão ta cuã histora de carta abrida ao Reis Sivi, querendo vê qui pode arremendá a buraquêra qu'elle fêis impariado cum <i>ratão</i>) ³³	04 X – 80%
Animalização (Ex. ...qui seu Coroné Capa Bode ta no principosto rozado de ferruá o bicho no toupou millindrozo) ³⁴	03 X - 30%

Coluna Diz os Abiudo... – Nº 40

Operador / estratégia	Aparições
Referência a líderes	06 X
Expressões humorísticas (humor, apelidos, provérbios, ditos rurais e pseudônimos) (Ex. ...qui a gente papameleira ficou ca crista mucha ca taboca e o xabú qui levou o veio Zama, Alfredo e o Freira nas inleição de dumingo) ³⁵	06 X – 100%
Ironia (Ex....qui non tem caratê os vindião qui se mettê na ingroçação do arricibimento do Papa-mé.) ³⁶	01 X – 16,6%
Termos depreciativos (Ex....qui o ta Xico Vai já foi mais o ta Zé Crucino pra Pernambuco, pra isperá o senhou delle lá e vim assoprando o canudo do ingroça desna de longe) ³⁷	06 X – 100%
Animalização (Ex. ...qui o Foia dos Rocêro vai dá uma numbro isperciá no dia da chegada do <i>rataião</i>) ³⁸	02 X - 33,3%

Apêndice D

Tabulação dos operadores identificados no editorial, das edições 25, 30, 35 e 40 do Jornal *Foia dos Rocêro*.

Editorial do exemplar N° 25

O reis Vehinho¹²¹

Operador / estratégia	Aparições
Referência a líderes	15 X
Expressões humorísticas (humor, apelidos, provérbios, ditos rurais e pseudônimos) (Ex. [...] e vai sahando de banda oiando pra trais, pras Oropa cumê deitado o que gragatiou os quato anno qui a Mulata Veia lhe cahiu os gadanho [...]) ³⁹	15 X – 100%
Ironia (Ex. Ironia explícita – No dia do passamento da vara elle Lulu isprivitou, no Cazaião dos Canudinho (eu tou vendo chamá) na vista dos óio d’um bandão de gente cum papé qui tinha iscrivido todos os <i>bemfeito</i> delle [...]) ⁴⁰ [grifo no original]	07 X – 46,6%
Termos depreciativos (Ex. O ta Lulu é o home mais cheio de trimamoca qui muié já pariu) ⁴¹	08 X – 53,33%
Animalização (Ex. ...qui nem cachorro qui corta um taco de prisunto e vai apricurá um lugá bem longe do dono, pra mode papá seu sucegado) ⁴²	02 X - 1,33%

Editorial do exemplar Nº 30

Uã trimamoca d'um cabra

Operador / estratégia	Aparições
Referência a líderes	10 X
Expressões humorísticas (humor, apelidos, provérbios, ditos rurais e pseudônimos) (Ex. O afere Jão Izé Pinheiro bateu na porta do seu ranxo meia noite veia, a muié d'elle abriu, é quando botou separação quelle tava in soloura e prigunta: “Ou!...Janjão, antonce o qui é isso? Você tá sem a carça?” ⁴³)	10 X – 100%
Ironia (Ex. Ironia explícita – [...] elle inventou qui os ladrão féis o <i>maganatismo</i> , quelle perdeu o juízo no caminho e ahi os dito cujo rancaro las carça das perna sem elle dá pur a coiza [...]) ⁴⁴)	06 X – 60%
Termos depreciativos (Ex. Ahi, o cabra qui é nêgo véio iscupeteiro, féis qui non sabia de nada [...]) ⁴⁵)	08 X – 80%
Animalização (Ex. O bixo ganhou o mato qui ainda hoje corre...) ⁴⁶)	02 X - 20%

Editorial do exemplar N° 35**O premêro Caju**

Operador / estratégia	Aparições
Referência a líderes	35 X
Expressões humorísticas (humor, apelidos, provérbios, ditos rurais e pseudônimos) (Ex. Féis na fumaça do dia d'hoje um niversaro de anno qui a rapaziada cá da roça arriunida na graça de nossa Milagrenta Padrueira Nossa Mãe a Senhora do Ó istuciou lavrá uã foia qui ispruvitace as nutiça). ⁴⁷	27 X – 77,14%
Ironia (Ex. Ironia implícita – No principio qui prispou se souo pamode guentá a dita cuja im cércomtança das infulorença dos moço da capitá [...]) ⁴⁸	03 X – 8,57%
Termos depreciativos (Ex. Pricigui os supilicante qui o povaião dá um lugá na déreção da Pruvíncia qui intraro istriziado da barriga e quere sahi c'u ella inchida im tempo de impaziná) ⁴⁹	04 X – 11,42%
Animalização (Ex. E impurrá a viola no <i>Lulu Ratão</i> , o mais maió inimigo qui o povaião bahiano tem) ⁵⁰	01 X - 2,85%

Editorial do exemplar N° 40

É vem o rataião!!!

Operador / estratégia	Aparições
Referência a líderes	21 X
Expressões humorísticas (humor, apelidos, provérbios, ditos rurais e pseudônimos) (Ex. Arregala o ôio, gente!... Ao Reis Sivi!!! [...] mande fecha bem fechada as caxa dos coconé da Pruvíncia e im riba bote guarda nas porta, qui o bixo mais os calunga ingrocêro pode querer azunhar o resto qui ficou) ⁵¹	21 X – 100%
Ironia (Ex. Ironia implícita – Vó-siuria bem qui já cunhece as malineza desse dito cujo aniceto brabo e ferois, qui dexou a Mulata Veia tisga) ⁵²	21 X – 100%
Termos depreciativos (Ex. S'aperpare, rapaziada!... arrecebam o bixo cuma deve sê! Ovo goro, tanto haja...afio o bico pra dá assubiu!...) ⁵³	21 X – 100%
Animalização (Ex. [...]qui tive briantaria qui guarde bem guardada no fundo d'arca, feche os bahú, as gaveta e os armaro, qui mais maió rabudo de dente de cueio d'essa Pruvíncia bota as unha im terra n'esses oito dia).	13 X 9,84%

Apêndice E

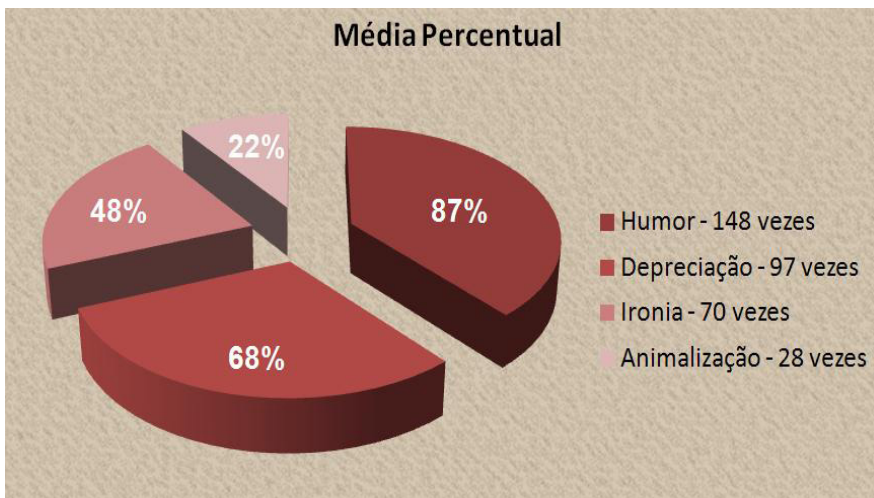


Gráfico 1 (quadro geral)

Média de citações sobre líderes políticos nas colunas e editorial:

- “Bartulameu e Praxedé”
- “Imbirrança”
- “Diz os abiudo...”
- Editorial

(Footnotes)

- 1 (Ex. O compadre Praxedé não está mesmo *trimilica* gente!)
- 2 (Só falou nos melhoramentos que ele melhorou os quatro anos).
- 3 (Ex. *Esse tal Lulu é um cabra velho cheio de intrimiquença*)
- 4 (O bicho entrou na Câmara).
- 5 (Você vê essa língua é grenada prate carcoto nas pronúncias da gramática).
- 6 (O compadre Praxedé não está mesmo *trimilica* gente!)

- 7 (Homem, não vale a pena mexer com os quartos para ir à dita cuja vadiação).
- 8 (Falou na alvinha estou no rastro que nem cachorro no veado).
- 9 (Compadre Praxede está hoje na tiorega!)
- 10 ([...] Meu senhor, os vadios já estão com a língua afiada para dar na vida da gente!).
- 11 (Eu estive tão ocupado na labuta de uma coivara na baixa de Velha Vicença)
- 12 (É um velhinho chamado Silvestre)
- 13 (Aquele arrenegado é filho do sujo).
- 14 (Até o fim deste mês está aqui o malvado do *ratão*)
- 15 (Com a choradeira do Reis Xuxinho na hora arriar a vara)
- 16 (Coitado do seu Lulu)
- 17 (Quando há qualquer festinha eles se metem no uniforme e com a espada arrastando e lá vão tudo muito coxo, cuidando que estão fazendo um figurão, se representar).
- 18 (Homem, na verdade é preciso se ter cara de galo pra fazer um papel desse).
- 19 (O papa-mel gosta de chupar caldos)
- 20 (Embirrei com o tal *lindo ar*, mas porém que é *feião* na fisionomia).
- 21 (Há muito homem que já perdeu a vergonha, seu compadre).
- 22 (Ele nem conhece mais o Largo do Teatro. Estranha os astros do tempo)
- 23 (Agora faz dó de ver um moreno *tão simpático* e *tão inteligente* do juízo cair num atoleiro desse!)
- 24 (Uma ação ridícula e desonesta que até faz vergonha)
- 25 (Ele disse que pode lhe dizer o que não se diz a cachorro, só não quer que se diga que não é inteligente)
- 26 (É um sujeito mulatado da cor, grosso no corpo, que só vive muito cheiroso que nem mulher)

27 (Ele tem as mais maiores taxas, que pode ter um homem sem caráter, ingroceiro, velhaco como cobra, peteiro como negro cativo, saberente nas plantações da cana).

28 (...que macaco velho não mete a mão na cumbuca)

29 (Essa folhazinha é o diacho! não larga o nosso Lulu, nem...)

30 (...qui o Freire Filho está com vontade de arriar a vara [cargos] de Intendente para gragatiá a de Deputado no lugar de seu James Villas Boas).

31 (...que esse negócio está como se remendar siroula [cueca] velha com algodão novo)

32 (...que um tal zarolho por nome de José Fernandes, conselheiro ingroceiro, [bajulador] lambedor de caldo, instrador das botinas dos papas-mel)

33 (...que o tal Rodrigão está com uma história de carta aberta ao Reis Sivi [governador Severino Vieira] querendo ver que pode remendar a buraqueira que ele fez empareado [em par] com o *ratão*).

34 (...que o Coroné Capa Bode está no principosto rozado de ferroar o bicho no topo melindroso)

35 (...que a gente papameleira ficou com a crista murcha, com a taboca [decepção] xabú [falha] que levou o velho Zama, [Cesar Zama] Alfredo e o Freire nas eleições de domingo).

36 (Que não tem caráter os comerciantes que se meteram na ingrocação [bajulação] do recebimento do papa-mé).

37 (...que o tal Xico Vai já foi para o Pernambuco, para esperar o senhor dele lá e vim assoprando o canudo do engroça desde longe).

38 (...que o *Foia dos Rocêro* vai dar um número especial no dia da chegada do *rataião*).

39 (E vai saindo de banda olhando para trás, para a Europa comer deitado o que gargatiou os quatro anos que a Mulata Velha lhe caiu os gardanhos).

40 (No dia do passamento da vara [passar o cargo] ele Lulu espevitou, no Cazaião dos Canudinho [no Palácio do governador] (eu estou vendo chamar) na vista dos olhos de um bandão de gente com o papel que tinha escrito tos os *benfeitos* dele).

- 41 (O tal Lulu é um homem mais cheio de trimamoca que mulher já pariu).
- 42 (...que nem cachorro que cota um pedaço de presunto e vai procurar um lugar bem longe do dono, para papar seu sossegado).
- 43 (O alferes João Izé Pinheiro bateu na porta do seu rancho meia noite velha, a mulher dele abriu, é quando botou separação que ele estava em seloura e perguntou: “Ou!...Janjão, então o que é isso? você está sem a calça?)
- 44 (Ele inventou que os ladrões fizeram um magnetismo, que ele perdeu o juízo no caminho e aí os ditos cujos arrancaram as calças sem ele dar por a coisa).
- 45 (Aí o cabra que é negro velho escopeteiro, fez que não sabia de nada).
- 46 (O bicho ganhou o mato que ainda hoje corre...).
- 47 (Fez na fumaça do dia de hoje um aniversário de ano que a rapaziada cá da roça reunida na graça de Nossa Milagrenta Padroeira Nossa Mãe a Senhora do Ó istuciou [inventou] lavrar uma folha que espevitasse as notícias).
- 48 (No princípio que prispinou se suou para agüentar a dita cuja em circunstâncias das influências dos moços da capital).
- 49 (Perseguir os suplicantes que o povaião dar um lugar na direção da Província que entraram istriziados da barriga e querem sair com ela cheia em tempo de impazinar).
- 50 (E empurra a viola no Lulu Ratão, o mais maior inimigo que o povaião baiano tem).
- 51 (Arregala o olho, gente! Ao Reis Sivi !!! [...] Mande fechar bem fechada as caixas dos coconé [dinheiro] da Província e em cima bote guarda nas portas, que o bicho mais os calungas ingroceiros podem querer unhar o resto que ficou).
- 52 (Vossa Senhoria bem que já conhece as malinezas desse cujo inseto bravo e feroz que deixou a Mulata Velha tísica).
- 53 (Se prepare rapaziada!...recebam o bicho como deve ser! Ovo gôro tanto haja... afia o bico para dar assovio).

ANEXOS

Anexo A

LISTA DOS JORNAIS *AS COISA DOS ROCÊRO* E *FOIA DOS ROCÊRO*

Coleção da ABI (Associação Bahiana de Imprensa)

As Coisa dos Rocêro. Órgo do partido do Sinhou Bom Santo Antonio Coceiro. Inscrevedou prupriataro *Coroné Zé Perera Capa Bode.* Vila da Cana Verde, Friguizia de Noça Sinhora do Ó. Salvador – Ba. (02 exemplares)

2ª Duminga do meis de Dezembro de 1899 – nº 9

1ª Duminga do mês de Janêro de 1900 – nº 11

Foia dos Rocêro. Órgo ufiçia da roça e do partido do dizingrossa. Inscrevedou prupriataro *Coroné Zé Perera Capa Bode.* Vila da Cana Verde, Friguizia de Noça Sinhora do Ó. Salvador – Ba. (57 exemplares)

1ª Duminga do meis de feverero de 1900 - nº 15 - Ano I

4ª Duminga do meis de março - nº 17

- nº 18 - duplicata

4ª Duminga do meis de abril - nº 20 - duplicata

1ª Duminga do meis de maio - nº 21

2ª Duminga do meis de maio - nº 22

3ª Duminga do meis de maio - nº 23

4ª Duminga do meis de maio - nº 24

1ª Duminga do meis de junho - nº 25 – 1ª ilustração de capa

2ª Duminga do meis de junho - nº 26

3ª Duminga do meis de junho - nº 27 - de cor azul

4ª Duminga do meis de junho - nº 28 - de cor azul

1ª Duminga do meis de julho - nº 29 - de cor azul

- 2^a Domingo do mês de julho - nº 30
- 3^a Domingo do mês de julho - nº 31
- 4^a Domingo do mês de julho - nº 32
- 1^a Domingo do mês de agosto - nº 33
- 2^a Domingo do mês de agosto - nº 34
- 3^a Domingo do mês de agosto - nº 35
- 4^a Domingo do mês de agosto - nº 36 - Ano II
- 1^a Domingo do mês de setembro - nº 37
- 2^a Domingo do mês de setembro - nº 38
- 3^a Domingo do mês de setembro - nº 39
- 4^a Domingo do mês de setembro - nº 40 tamanho maior
- 1^a Domingo do mês de outubro - nº 40 -
Nº especial – tamanho maior
- 2^a Domingo do mês de outubro - nº 42 - tamanho maior
- 3^a Domingo do mês de outubro - nº 43 - mudança no frontispício
- 4^a Domingo do mês de outubro - nº 44 - mudança nas vinhetas
- 1^a Domingo do mês de novembro - nº 45
- 2^a Domingo do mês de novembro - nº 46
- 3^a Domingo do mês de novembro - nº 47
- 4^a Domingo do mês de novembro - nº 48
- 3^a Domingo do mês de dezembro de 1900 - nº 51 - (Ilustrador – Nestor)
- limite de análise da pesquisa.
- 2^a Domingo do mês de janeiro de 1901 - nº 53
- 3^a Domingo do mês de janeiro - nº 54
- 4^a Domingo do mês de janeiro - nº 55
- 2^a Domingo do mês de janeiro - nº 57 (?)
- 3^a Domingo do mês de fevereiro - nº 58
- 4^a Domingo do mês de março - nº 59
- 3^a Domingo do mês de abril - nº 62
- 1^a Domingo do mês de maio - nº 63
- 2^a Domingo do mês de maio - nº 64
- 3^a Domingo do mês de maio - nº 80
- 25 de abril de 1903 - nº 99 - Ano III
- 1^a Domingo do mês de maio de 1903, ano 3º - nº 100,
- 3^a Domingo do mês de maio - nº 101
- 4^a Domingo do mês de maio - nº 102
- 1^a Domingo do mês de junho - nº 104
- 2^a Domingo do mês de junho - nº 105

Foia dos Rocêro. Prupriadade sem dono, jorná sem partido e sem redação. Direto Cirilo seu Criado – Ano I, nº 1; Mário Paraguassú, ano de 1947 a 1968 – Salvador – BA

09 de fevereiro de 1929, ano I, nº 1

24 de maio de 1947, ano XX, nº 106

14 de junho de 1947, ano XX, nº 109 - 2ª Postura (Redação Euricles de Matos)

15 de outubro de 1955, ano XXIX, nº 28

07 de julho de 1956, ano XXVIII, nº 21

14 de julho de 1956, ano XXVII, nº 22

09 de fevereiro de 1957, nº 1

25 de agosto de 1962, nº 1

14 de agosto de 1968, n.avulso, nº 2 reedição – Nome do fundador, Jesuíno Ávila - Registro nº 337.053

Arquivo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia

As Coisa dos Rocêro. Órgo do partido do Sinhou Bom Santo Antonio Coceiro. Inscrevedou prupriataro *Coroné Zé Perera Capa Bode*. Vila da Cana Verde, Friguizia de Noça Sinhora do Ó. Salvador – Ba. (06 exemplares)

1ª Duminga do méis de Novembro de 1899 – nº 5

4ª Duminga do méis de novembro de 1899 – nº 7

1ª Duminga do méis de Dezembro de 1899 – nº 8

2ª Duminga do méis de Dezembro de 1899 – nº 9

3ª Duminga do méis de Dezembro de 1899 – nº 10

Foia dos Rocêro. Órgo oficiá da roça e do partido do dizingrossa. Inscrevedou prupriataro *Coroné Zé Perera Capa Bode*. Vila da Cana Verde, Friguizia de Noça Sinhora do Ó. Salvador – Ba. (33 exemplares)

4ª Duminga do meis de janêro de 1900 de 1900 – nº 14 - Ano I - (dilacerado)

1ª Duminga do meis de feeverero de 1900 - nº 15 - (dilacerado)

2ª Duminga do meis de feeverero de 1900 - nº 16 - 4ª Duminga do meis de março - nº 17 - (dilacerado)

- 1ª Domingo do mês de abril de 1900 - nº 18 - (dilacerado)
2ª Domingo do mês de abril de 1900 - nº 19 4ª Domingo do mês de abril - nº 20 - (dilacerado)
1ª Domingo do mês de maio - nº 21
3ª Domingo do mês de maio - nº 23
4ª Domingo do mês de maio - nº 24
2ª Domingo do mês de junho - nº 26 - (dilacerado)
2ª Domingo do mês de julho - nº 30
3ª Domingo do mês de julho - nº 31
4ª Domingo do mês de julho - nº 32
1ª Domingo do mês de agosto - nº 33
2ª Domingo do mês de agosto - nº 34
3ª Domingo do mês de agosto - nº 35
4ª Domingo do mês de agosto - nº 36 - Ano II
1ª Domingo do mês de setembro - nº 37
2ª Domingo do mês de setembro - nº 38
3ª Domingo do mês de setembro - nº 39
4ª Domingo do mês de setembro - nº 40 – tamanho maior
1ª Domingo do mês de outubro - nº 40 - Número especial – tamanho maior
2ª Domingo do mês de outubro - nº 42 - tamanho maior - (dilacerado)
3ª Domingo do mês de outubro - nº 43 - mudança no frontispício
4ª Domingo do mês de outubro - nº 44 - mudança nas vinhetas
1ª Domingo do mês de novembro - nº 45
2ª Domingo do mês de novembro - nº 46 - (dilacerado)
3ª Domingo do mês de novembro - nº 47
4ª Domingo do mês de novembro - nº 48 - duplicata
1ª Domingo do mês de dezembro - nº 49
2ª Domingo do mês de janeiro de 1901 - nº 53
1ª Domingo do mês de fevereiro - nº 56

Foia dos Rocêro. Propriedade sem dono, jornal sem partido e sem redação. Direto Cirilo seu Criado – Ano I, nº 1; Mário Paraguassú, ano de 1947 a 1968 – Salvador – BA

Ano XX – Bahia, 30 de outubro de 1948, nº 180

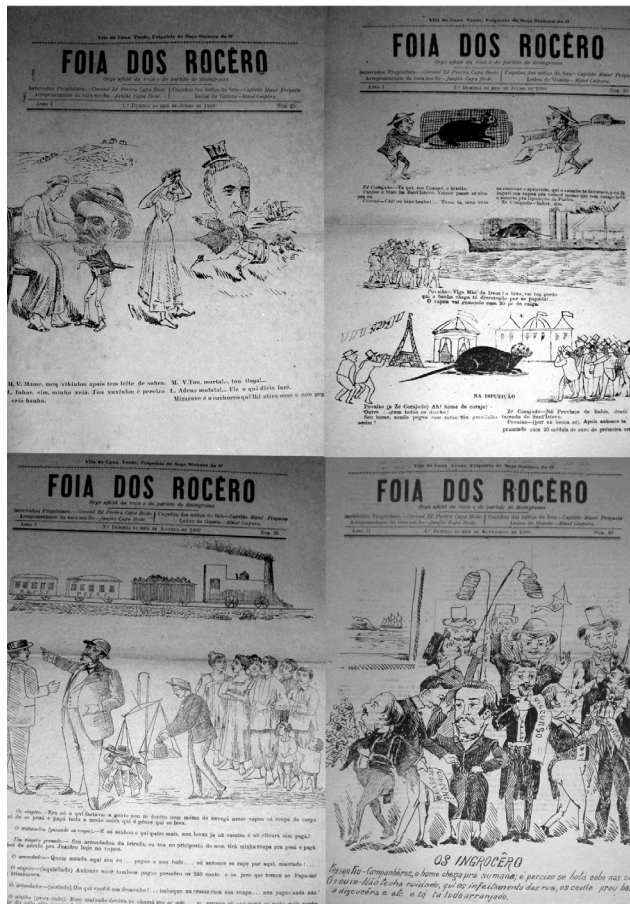
Contamos com 98 exemplares, tendo 10 edições de números diferentes no arquivo da Biblioteca Pública: n°s 5, 7, 8, e 10 de *As Coisa dos Rocêro*; n°s 14, 16, 19, 26, 49, 56 de a *Foia dos Rocêro*.

Anexo B



Foia dos Rocêro, exemplos de ilustrações: Vinhetas; Capa com letreiro (n° 27); frontispício; capa com quatro quadros que contam uma historinha – Um sonho... [a peregrinação do governador L.Vianna ao céu e inferno após a morte (n° 43)]; enterro de D.Ratão (verso do n° 51); edição toda em ilustrações e textos, (verso do n°58).

Anexo C



Folia dos Rocêro: capas das edições selecionadas (n^{os} 25, 30, 35 e 40) para análise das colunas específicas através do uso dos operadores a partir das referências aos líderes políticos de junho a setembro de 1900 (Análise de Conteúdo).

Este Livro foi impresso pela Gráfica e Editora Copiart, no formato 14,8 x 21 cm. Mancha gráfica de 11,6 x 18 cm. Fontes: Garamond Premier Pro e Times New Roman. Papel Polén Soft 80grs.